

*Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável*

Amazônia em crise: o avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil.

Clarissa Presotti Guimarães Carvalho

Dissertação de Mestrado

Brasília, DF. Março/2009.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Amazônia em crise: o avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil

Clarissa Presotti Guimarães Carvalho

Orientador: Fabiano Toni

Dissertação de Mestrado

Brasília, DF. Março/2009.

Presotti, Clarissa Guimarães Carvalho

Amazônia em crise: o avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil. / Clarissa Presotti Guimarães Carvalho.

Brasília, 2009.

112 p. : il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.
Universidade de Brasília, Brasília.

1. Amazônia. 2. Desmatamento. 3. Jornalismo. 4. Imprensa.

I. Universidade de Brasília. CDS.

II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do (a) autor (a).

Assinatura

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Amazônia em crise: o avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil

Clarissa Presotti Guimarães Carvalho

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção de grau de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção acadêmica.

Aprovado por:

Fabiano Toni, Doutor (CDS-UnB)
(orientador)

José Augusto Leitão Drummond, Doutor (CDS-UnB)
(examinador interno)

Antônio Ribeiro de Almeida Júnior, Doutor (Esalq/USP)
(examinador externo)

Brasília, DF. 20 de março de 2009.

Aos meus pais e a todas as pessoas
que dedicam suas vidas à proteção
das florestas.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para que esse trabalho fosse realizado: família, amigos, professores, colegas de trabalho e instituições de ensino. Primeiro, faço um agradecimento especial aos meus pais, Sérgio, Martha e Tetê, pelo apoio, amor incondicional e ricos ensinamentos em todos os momentos da minha vida. Sem eles nada disso teria sido possível.

Boa parte desta dissertação tem a generosa parceria da minha irmã Luara Presotti, que me auxiliou com a análise de dados e formatação. Agradeço a ela de todo coração o apoio e a amizade eterna. Também não posso deixar de mencionar a colaboração do meu companheiro Guilherme Abdala. Sou grata a ele pelo carinho, suporte e pelas conversas inspiradoras que contribuíram para o meu amadurecimento intelectual.

Agradeço especialmente ao professor Fabiano Toni pela excelente orientação, confiança e por todas as recomendações muito proveitosas e precisas no decorrer deste trabalho. Sou grata também aos membros da banca de qualificação, pelas intervenções e sugestões oportunas, os professores doutores José Augusto Drummond e Elimar Nascimento. Minha gratidão ao professor doutor Antônio Almeida Júnior, da Esalq/USP, pela atenção, estímulo e auxílio precioso para as pesquisas desta dissertação.

Meu reconhecimento ao Centro de Desenvolvimento Sustentável, ambiente fértil para o exercício acadêmico e espaço importante para o amadurecimento das questões presentes neste trabalho. Quero agradecer também o CNPq pela concessão da bolsa que viabilizou a pesquisa.

Meus profundos agradecimentos a todos aqueles que me concederam entrevistas, as quais foram fundamentais para a concretização deste trabalho. Muitos deles são ocupadíssimos e tiveram a gentileza de me receberem. Por isso, não poderei deixar de mencioná-los: André Trigueiro, Marcelo Leite, Claudio Angelo, Luciana Constantino, Paulo Moutinho, Adriana Ramos, Cláudio Langone, Alexandre Mansur, Juliana Arini e Adalberto Veríssimo.

Aos diretores da Elabore meu reconhecimento pelo incentivo e confiança que depositaram em mim ao longo desses anos. Agradeço em especial aos amigos Eduardo Martins e Iracema Gonzales, que me cederam gentilmente momentos de discussões oportunas e materiais muito proveitosos.

Os meus colegas e amigos da Elabore vêm acompanhando de perto as minhas atividades acadêmicas e a eles o meu muito obrigada! Faço menção especial a Beth Fernandes e Beatriz Barcelos, que generosamente fizeram a edição e formatação final deste trabalho. Também não posso deixar de mencionar a compreensão e parceria constante de Cilene de Freitas.

O jornalista acaba se contentando em ver troncos de árvores simplesmente porque perdeu a chance de contemplar a floresta.

Wilson da Costa Bueno, 2007.

RESUMO

O presente estudo avalia a cobertura do desmatamento da Amazônia brasileira feita pelos jornais de circulação nacional do País. Para tanto, foram selecionadas matérias de três jornais impressos (*Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*), especificamente em três períodos de divulgação das taxas de desmatamento: 2005, 2007 e 2008. Por meio da análise de conteúdo, foi realizada uma avaliação quantitativa considerando os seguintes aspectos: o universo de notícias veiculadas, as fontes de informação consultadas, os grupos de atores citados, os temas considerados, os focos principais e as causas do desmatamento abordadas. Observou-se uma oscilação no número de matérias entre os períodos analisados e uma diferenciação da cobertura dos jornais pesquisados. Em 2008, houve uma intensificação da cobertura pela imprensa, respondendo cerca de 60% do universo de matérias analisadas. A concentração da discussão aconteceu principalmente na *Folha de São Paulo* e no *Estado de São Paulo*, responsáveis por mais de 80% da amostra no período de 2008. As fontes de informação governamentais prevalecem amplamente nos textos pesquisados, enquanto que a pluralidade de vozes e a diversidade de temas relacionados ao desmatamento são pouco consideradas, variando conforme as conjunturas de cada período. Os resultados deste trabalho demonstram que a mídia tem tido dificuldades para distinguir a informação científica relevante daquela produzida sob a influência da disputa de interesses. Profissionais da comunicação e especialistas, entrevistados no decorrer deste trabalho, apontam algumas falhas na cobertura do desmatamento da grande imprensa, como o tratamento descontínuo do assunto pelos jornais, a falta de qualificação dos jornalistas e a carência de investimentos dos veículos para a realização de reportagens mais aprofundadas e qualificadas. Ao mesmo tempo, os entrevistados consideram que se abre uma nova janela para um jornalismo mais comprometido com as questões socioambientais globais.

Palavras-chave: Amazônia; Desmatamento; Jornalismo; Imprensa.

ABSTRACT

The present study evaluates the national-press coverage of deforestation in the Brazilian Amazon. For this reason, news articles were selected from three newspapers (*Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, and *O Globo*), specifically during three periods following the announcements of annual deforestation rates: 2005, 2007 and 2008. By means of an analysis of content, a quantitative evaluation was carried out considering the following aspects: the full amount of news, the sources of information, the groups of mediated actors, the subjects, the main focuses and the reported causes of the deforestation. Concerning the volume of news published, we observed a both a sharp overall inter annual oscillation and a variation amongst the three newspapers. In 2008, the press coverage was the most intensive and represented around 60% of the universe of the analyzed news. The concentration of the discussion occurred mainly in *Folha de São Paulo* and in *O Estado de São Paulo*, responsible for more than 80% of the sample in the period of 2008. The governmental sources of information prevail widely in the news, whereas the plurality of voices and the diversity of subjects related to the deforestation are not much considered, varying according to the states of affairs of each period. The results of this work demonstrate that the mass media has been having difficulties to distinguish the scientific relevant information from that produced under dispute of interests. Communication specialists interviewed in the course of this work pointed out some of the weaknesses of the national-press coverage of the deforestation, like the discontinuous treatment of the subject by the newspapers, the lack of qualification of the journalists and the lack of investments of the newspapers in the elaboration of deeper and more qualified reports. At the same time, the interviewees believe that a new window of opportunity opens for a journalism more committed to the global social-environmental questions.

Key Words: Amazon; Deforestation; Journalism; Press.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de matérias pertinentes publicadas, por ano e por jornal.	52
Tabela 2 - Total de matérias pertinentes publicadas pelos jornais nas três semanas de 2005 .	55
Tabela 3 - Total de matérias pertinentes publicadas pelos jornais nas três semanas de 2007 .	55
Tabela 4 - Total de matérias pertinentes publicadas pelos jornais nas três semanas de 2008..	56
Tabela 5 - Total de matérias pertinentes publicadas por ano em cada uma das três semanas..	57
Tabela 6 - Fontes consultadas nos três períodos analisados (total da amostra).	58
Tabela 7 - Fontes consultadas nos três períodos, por jornal (total da amostra).....	59
Tabela 8 - Atores citados nos três períodos analisados (total da amostra).....	61
Tabela 9 - Atores citados nas matérias analisadas (total por jornal).	62
Tabela 10 – Focos principais das matérias analisadas (total por semana).	66
Tabela 11 – Focos principais das matérias analisadas (total por ano).	67
Tabela 12 – Focos principais das matérias analisadas (total por jornal).	68
Tabela 13 – Causas do aumento do desmatamento citadas nas matérias analisadas.....	69
Tabela 14 - Causas da queda do desmatamento citadas nas matérias analisadas.....	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do rebanho bovino amazônico e nacional entre 1990 e 2006.....	31
Gráfico 2 - Desmatamento anual na Amazônia Legal (1988 a 2007)	35
Gráfico 3 - Desmatamento anual no Mato Grosso, Pará e Rondônia (1988 a 2007).....	37
Gráfico 4 - Desmatamento anual no Acre, Amazonas e Maranhão (1988 a 2007).....	38
Gráfico 5 - Desmatamento anual no Amapá, Roraima e Tocantins (1988 a 2007).....	38
Gráfico 6 - Total de matérias pertinentes publicadas, por ano e por jornal.	53
Gráfico 7 - Total de matérias pertinentes publicadas pelos jornais nas três semanas de 2005..	55
Gráfico 8 - Total de matérias pertinentes publicadas pelos jornais nas três semanas de 2007.	56
Gráfico 9 - Total de matérias pertinentes publicadas pelos jornais nas três semanas de 2008.	56
Gráfico 10 - Total de matérias pertinentes publicadas por ano nas três semanas analisadas. .	57
Gráfico 11 - Fontes de informação consultadas pelos jornais nos três períodos analisados	60
Gráfico 12 - Atores citados nas matérias pertinentes publicadas (total da amostra- %)	61
Gráfico 13 - Temas abordados pelos jornais analisados (% de matérias).....	64
Gráfico 14 - Focos principais das matérias pertinentes analisadas (total da amostra - %)	67
Gráfico 15 - Focos principais das matérias pertinentes publicadas (total por jornal).	68
Gráfico 16 - Causas citadas do aumento do desmatamento (2005 e 2008).	70
Gráfico 17 - Causas citadas da queda do desmatamento (2007).....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linhas de atuação dos quatros subgrupos do PPCDAM.....	42
---	----

LISTA DE SIGLAS

- Andi** – Agência de Notícias dos Direitos da Infância
- Deter** – Desmatamento em Tempo Real
- FSP** – Folha de São Paulo
- Funai** – Fundação Nacional do Índio
- GLB** – O Globo
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Ibama** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- Imazon** – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
- Incra** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- Inpe** – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- Ipam** – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
- IPCC** – Intergovernmental Panel on Climate Change
- ISA** – Instituto Socioambiental
- Mapa** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente
- OESP** – O Estado de São Paulo
- ONGs** – Organizações Não-Governamentais
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PAC** - Programa de Aceleração do Crescimento
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PIN** – Programa de Integração Nacional
- PPCDAM** – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
- PPG7** – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
- Prodes** – Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia
- SAD** – Sistema de Alerta de Desmatamento
- SUDAM** – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO	1
1 MEIO AMBIENTE NA IMPRENSA	8
1.1 O JORNALISMO A SERVIÇO DO BEM COMUM.....	8
1.1.1 O Jornalismo em crise	12
1.2 INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO AMBIENTAL	13
1.3 JORNALISMO E DESINFORMAÇÃO: UMA COBERTURA AMBIENTAL COMPROMETIDA.....	18
1.4 A AMAZÔNIA NA IMPRENSA	22
2 DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA: OCUPAÇÃO, FRONTEIRAS E POLÍTICAS PÚBLICAS	25
2.1 OCUPAÇÃO E EXPANSÃO DE FRONTEIRAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	25
2.2 CAUSAS DO DESMATAMENTO	28
2.2.1. Gado e grãos na Amazônia.....	30
2.2.2 Grilagem de terras e a indústria madeireira ilegal: o desmatamento “oculto”	33
2.3 O AVANÇO DO DESMATAMENTO	35
2.3.1 Geografia do desmatamento: estados campeões	36
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS: PARADOXOS	38
2.4.2 Plano Amazônia Sustentável	43
3 DESMATAMENTO NA IMPRENSA	45
3.1 MÉTODO E UNIVERSO PESQUISADO.....	45
3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
3.3.2 Os atores	60
3.3.3 Principais temas relacionados.....	63
3.3.4 Principais focos das notícias	65
3.3.5 Afinal, de quem é a responsabilidade?	69
4 A PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS E ESPECIALISTAS	73
4.1 ENTREVISTAS	73
4.2 A COBERTURA	74
4.3 OS JORNAIS	77
4.4 OS PROBLEMAS.....	81
4.4.1 Ausência de relações.....	86
4.5 OS JORNALISTAS.....	88
4.5.1 Falta de recursos e investimentos.....	91
4.5.2 Mais interesse e dedicação.....	92
CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

A Amazônia perdeu 17% de suas florestas entre 2000 e 2005, conforme relatório recente da Organização das Nações Unidas (ONU). Somente nos últimos cinco meses do ano de 2007 foram desmatados cerca de sete mil quilômetros quadrados da Amazônia brasileira, segundo estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O índice, considerado alarmante em comparação ao mesmo período de anos anteriores, despertou atenção da sociedade civil e abriu uma crise no âmbito do governo, por colocar em cheque a atual política pública de combate ao desmatamento – apontada como a principal responsável pela queda consecutiva do desmatamento na Amazônia nos últimos anos do primeiro governo Lula.

Enquanto a floresta estava sendo destruída, ministros, governadores e cientistas, até mesmo o presidente da República, participavam de um "jogo de empurra" sobre as possíveis causas da elevação repentina do desmatamento e até questionavam a confiabilidade dos dados apresentados pelo Inpe. A crise foi tamanha dentro do governo que pode ter sido o motivo precursor da saída da senadora Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente, em maio de 2008. A ex-ministra, personagem de renome internacional, adotou o controle do desmatamento como bandeira principal na sua gestão.

A grande imprensa tornou-se o principal palco dos debates e crises que envolvem o tema. Naquela ocasião houve um *boom* de notícias nos grandes meios de comunicação do País. O desmatamento da Amazônia ganhou repercussão nacional durante semanas seguidas, com direito a manchetes nas capas dos principais jornais impressos, editoriais e artigos de jornalistas renomados, além do destaque em programas jornalísticos da TV aberta.

Nas décadas passadas, a preocupação com a preservação da natureza era vista como uma barreira para o desenvolvimento, o que não poderia ser tolerado em um país em pleno crescimento econômico como o Brasil. O discurso que justificava o progresso a qualquer preço tinha a imprensa como forte aliada. Hoje, com o crescimento da discussão dos novos conceitos de desenvolvimento, globalização e sustentabilidade por todos os setores da sociedade, os veículos de comunicação parecem rever suas posturas.

Dada a importância da questão ambiental, há necessidade da construção de outro tipo de jornalismo – com mais qualidade e profundidade no trato de temas socioambientais complexos, contribuindo para que a sociedade entenda que todas as ações humanas têm impactos sobre o meio ambiente, que inclui todos os seres-vivos. O fortalecimento da educação ambiental e dos movimentos ambientalistas impõe novas exigências à imprensa para atender as demandas da sociedade por informações que façam realmente alguma diferença nas vidas das pessoas, visto que surgem e surgirão políticas e decisões provenientes do desafio da humanidade frente às decisões e conflitos socioambientais.

Os meios de informação são apontados por pesquisadores da área de comunicação como importantes aliados no processo de construção de uma sociedade mais participativa e democrática. Passaram a ser instrumentos de formação de opinião e mediação política, como forma de impulsionar movimentos sociais, moldar valores e ditar padrões, mobilizando a comunidade para a ação política. Neste sentido, a mídia pode funcionar como um aparelho de vigilância, no papel de "cão de guarda", para resguardar as liberdades políticas e civis, e como fórum para o debate pluralista e como agente de mobilização para a participação cívica.

Entretanto, foi constatado que a imprensa não está cumprindo as suas funções na cobertura das questões ambientais. Os assuntos relevantes que compõem o cenário de crise ambiental, no qual o modelo de desenvolvimento põe em risco a continuidade da vida no planeta, mostram-se periféricos nas pautas dos grandes veículos de comunicação brasileiros. No geral, os temas ambientais recebem da imprensa tratamento superficial, com pouca contextualização e carentes de análise crítica. O fluxo das informações acerca das questões socioambientais, que deveria ser permanente, geralmente é fragmentado, descontínuo e acionado diante de problemas de grande impacto.

Esse modo de cobertura inclui a Amazônia, muitas vezes reportada de forma eventual e dependente de grandes acontecimentos para alcançar a opinião pública. Vira notícia em momentos de crise, por exemplo, quando há denúncias graves de corrupção que impulsionam o desmatamento, quando são divulgadas taxas que comprovam que enormes áreas de florestas estão sendo destruídas ou, principalmente, quando há conflitos entre atores importantes. É em ocasiões como estas que se observa o aumento vultoso do número de matérias nos grandes jornais, chegando a triplicar em comparação a outros períodos.

Mas a repetição de um tema na imprensa não quer dizer necessariamente que o leitor ou o telespectador compreenderá o seu significado e as suas implicações locais ou globais. A massificação do debate na mídia pode fazer com que temas ambientais complexos convertam-se em "lugar comum", causando até mesmo um efeito contrário no público – desinteresse ou indiferença pelo assunto. Para que tal não ocorra, avalia-se a necessidade de a imprensa considerar situações e realidades diversas no processo da produção jornalística.

Nos últimos anos, evidencia-se a abertura de um espaço mais amplo na imprensa para a discussão das questões ambientais, incluindo o desmatamento da Amazônia, devido à preocupação de segmentos da sociedade nacional e internacional com relação às mudanças climáticas. A publicação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC, na sigla em inglês) e a ocorrência de fenômenos naturais, vistos como prováveis consequências das alterações no clima, têm tornado o tema recorrente nas páginas dos diários brasileiros.

Mesmo com este diferencial de cobertura, cabe questionar se as matérias divulgadas pela grande imprensa nacional sobre temas socioambientais estão sendo apresentadas com a profundidade, a contextualização e a análise crítica que temas ambientais complexos requerem. Esta é a principal indagação que incitou a realização desta pesquisa, que tem por objetivo analisar a cobertura jornalística do desmatamento da Amazônia. A intenção foi identificar como os grandes jornais impressos retratam os debates sobre o desmatamento da Amazônia nas diversas esferas (política, social e científica), considerando a pluralidade de temas e atores envolvidos com a questão. O presente estudo propõe ainda uma reflexão sobre o papel da imprensa no processo democrático, ou seja, se está conseguindo oferecer aos cidadãos informações de qualidade – a respeito de questões ambientais –, permitindo-lhes participar das decisões que interferem na qualidade de vida no planeta. Nesse sentido, surgiu o interesse em investigar como a imprensa nacional repercute os problemas ambientais da sociedade atual.

Considera-se que o caso do desmatamento da Amazônia seja bastante rico para uma análise que pretenda visualizar como a imprensa tem abordado temas científico-ambientais complexos. A mídia tornou-se uma possível legitimadora do novo processo que evidencia os debates sobre um assunto agora prioritário nas agendas políticas governamentais. O feixe de relações políticas conflituosas que se observa nas diversas esferas (governamental, social e científica) em torno do desmatamento da Amazônia e o papel da mídia na

ampliação das discussões socioambientais despertaram a relevância de traçar um perfil da cobertura jornalística do desmatamento da Amazônia, tendo como objeto de estudo os jornais *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*.

Os veículos foram escolhidos por serem reconhecidos como os três maiores jornais impressos do Brasil: estão entre os de maior tiragem e circulação do País e projetam-se como nacionais tanto pela abrangência territorial e temática de sua cobertura, quanto pela circulação. A seleção se deu, também, porque foram os veículos impressos de abrangência nacional com maior número de matérias – editoriais, artigos opinativos, entrevistas e reportagens – sobre o desmatamento da Amazônia no período pesquisado. Sendo assim, os três jornais são tratados algumas vezes, de maneira geral, como um único objeto. As diferenças entre eles são apontadas quando relevantes.

No total, foram analisadas 206 matérias jornalísticas sobre o tema "desmatamento da Amazônia". Os períodos selecionados para o estudo correspondem a três momentos distintos da divulgação do índice de desmatamento da Amazônia Legal, cada um relativo a três semanas dos anos de 2005, 2007 e 2008. A escolha desses três recortes temporais se deu em função da quantidade de matérias publicadas sobre o assunto, com diferentes enfoques, discursos e debates, além da especificidade do contexto histórico-político do momento.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo é feita uma discussão teórica do papel social do jornalismo, considerando a função política da imprensa no processo de produção da notícia e as tendências da cobertura jornalística que requer mais qualidade no tratamento de assuntos socioambientais complexos. Neste capítulo, que compreende uma parte importante do referencial teórico, é apresentado um panorama da cobertura jornalística de meio ambiente no Brasil, dando destaque à evolução do tema "Amazônia" na imprensa.

Atualmente, os temas mais frequentes abordados pela mídia com relação à Amazônia são o desmatamento, a extração ilegal de madeira, a demarcação das Terras Indígenas, o conflito pela terra, o potencial biotecnológico da região e a construção de grandes obras de infra-estrutura, como rodovias e hidrelétricas. Ainda assim, foi constatado que a Amazônia não conseguiu entrar no agendamento dos grandes jornais brasileiros, recebendo ainda uma abordagem superficial.

São apontadas algumas dificuldades atuais na prática do jornalismo que impedem que as notícias cheguem com qualidade aos leitores. Um dos problemas lembrados hoje, tanto pelos profissionais em exercício quanto pelos teóricos da profissão, é o fator “tempo” na produção de um jornal diário, que está sempre na contramão do que é classificado como o ideal na produção jornalística, já que uma matéria bem escrita exigiria tempo. Outro fator é a ausência de investimentos na qualificação e ampliação da equipe e deslocamentos para regiões remotas. A pressa e a falta de investimentos, com a conseqüente superficialidade, são deficiências da cobertura jornalística do desmatamento da Amazônia.

O Capítulo 2 apresenta uma síntese do contexto histórico do processo de ocupação da Amazônia, considerando as principais causas do avanço do desmatamento, os dados recentes dos institutos de pesquisa e as políticas públicas do governo federal. Para a elaboração deste capítulo, foram utilizados artigos científicos e bibliografias de autores qualificados sobre a ocupação e o desmatamento na Amazônia. O objetivo foi fazer uma breve análise contextual para introduzir o leitor ao tema do desmatamento da Amazônia, traçando um panorama das realidades distintas e situações complexas que envolvem a região amazônica.

Nesse segundo capítulo veremos que o modelo tradicional da ocupação da Amazônia tem levado a um aumento significativo do desmatamento, sendo este um fenômeno de caráter bastante complexo, que não pode ser atribuído a um único fator. Nas últimas décadas, o desmatamento começou a se tornar mais intenso, a partir da introdução do modelo de desenvolvimento e de integração pensado para a região, pautado por políticas de ocupação baseadas na implantação de grandes projetos colonização e incentivos fiscais. Este modelo desencadeou a expansão da pecuária bovina e da fronteira agrícola, a intensificação da exploração madeireira, a abertura de estradas, o crescimento populacional, a especulação por terras e o crescimento econômico regional. As principais causas do desmatamento na Amazônia, apontadas por autores referenciados nesta pesquisa, são a conversão de florestas em pastagens para a criação de gado, a implantação de cultivos de grãos pela agroindústria e a grilagem de terras como incentivadora do desmatamento ilegal.

Nos últimos anos, o combate ao desmatamento na Amazônia tem recebido mais atenção do governo federal – fato que se deve à pressão, principalmente, de organizações ambientalistas nacionais e internacionais, por causa das altas taxas de desmatamento ocorridas nos primeiros anos do governo Lula. Com o intuito de reduzir o desmatamento diminuísse, foi lançado pelo governo federal em 2004 o Plano de Prevenção e Combate ao

Desmatamento da Amazônia (PPCDAM). Apesar de desenhada como uma estratégia transversal de articulação governamental, este tipo de plano tem acontecido historicamente em contextos de políticas paradoxais, ou seja, em meio a programas governamentais de investimento em obras de infra-estrutura. Um exemplo a ser considerado é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2008.

O Capítulo 3 traz a análise da cobertura jornalística do desmatamento da Amazônia. Nessa seção, foi quantificado o espaço que o tema ocupou ao longo dos períodos pesquisados e foram identificados cinco aspectos da cobertura: 1) os assuntos mais abordados; 2) os principais focos das notícias; 3) as fontes de informação consultadas; 4) os atores citados; e 5) as causas do aumento ou queda do desmatamento apontadas pelos meios de comunicação pesquisados.

O método utilizado para a classificação e sistematização das matérias jornalísticas foi o da análise de conteúdo, com o objetivo de delinear as principais tendências gerais da cobertura, fornecendo uma visão geral do perfil dos jornais e do comportamento da mídia impressa nacional sobre o tema. A análise de conteúdo é potencialmente uma das mais importantes técnicas de pesquisa empírica na área da Ciência Social, usada principalmente em pesquisas de jornalismo e comunicação.

Algumas lacunas foram observadas na cobertura dos três jornais impressos, comprometendo a qualidade da informação jornalística sobre o tema. Há, por exemplo, a falta de um acompanhamento contínuo e regular das questões socioambientais na região Amazônia, a reduzida utilização de fontes de informação ou atores das comunidades locais atingidas pelo desmatamento e a ausência de relações entre temas inerentes e relevantes ao debate.

O Capítulo 4 corresponde à segunda parte da pesquisa empírica e foi realizada a partir de entrevistas com profissionais da comunicação e especialistas ligados ao tema. De roteiro aberto, exploratórias e flexíveis, as entrevistas abordam a evolução da cobertura jornalística de meio ambiente, em especial a do desmatamento da Amazônia nos grandes jornais impressos brasileiros. Ao todo, foram realizadas – de outubro de 2007 a novembro de 2008 – dez entrevistas, sendo seis com profissionais da área de comunicação e quatro com especialistas.

Os entrevistados da categoria jornalistas são profissionais com comprovada experiência na área de ciência e tecnologia e meio ambiente, sendo alguns editores dos jornais objetos da pesquisa. Eles apontam algumas mudanças no tratamento de temas ambientais pela imprensa, bem como lacunas existentes neste tipo de cobertura. Também revelam percepções sobre os jornais analisados, considerando o papel do jornalista na elaboração de matérias sobre a temática e as dificuldades para realizar uma cobertura jornalística de qualidade que trate de assuntos socioambientais relevantes e complexos como o desmatamento da Amazônia.

Centradas no tema, as entrevistas com especialistas revelam olhares diferenciados sobre a cobertura de temas científicos e ambientais complexos como o desmatamento da Amazônia. Os entrevistados desta categoria são pessoas que, geralmente, participam dos debates no meio social, científico e governamental, e, por isso, servem de fontes aos jornalistas. Eles apresentam uma visão crítica dos debates e temas presentes – ou ausentes – na pauta da grande imprensa, apontando para a dimensão dos desafios editoriais que a imprensa terá que enfrentar nos próximos anos.

Em geral, este estudo constatou que a cobertura jornalística do tema está longe de ser ideal. Boa parte das matérias apresenta caráter superficial e o fluxo das informações, que deveria ser constante, é fragmentado e descontínuo. A imprensa não só aborda o assunto apenas quando lhe é conveniente, como também silencia vozes de atores locais, “esquecendo” das relações existentes acerca de um tema tão complexo como o desmatamento da Amazônia.

1 MEIO AMBIENTE NA IMPRENSA

1.1 O JORNALISMO A SERVIÇO DO BEM COMUM

A finalidade do jornalismo, desde que surgiu a noção de imprensa, há mais de 300 anos, tem sido constantemente debatida e pesquisada. Desde que começou a ser praticado, o jornalismo servia para construir a comunidade, a cidadania e a democracia (KOVACH & ROSENTIEL, 2004). Assim, os seus princípios e funções não são definidos apenas pela tecnologia, pelos jornalistas, ou pelas técnicas utilizadas diariamente, e sim pela diferença que exerce na vida das pessoas, como explicam os autores:

Jornalismo é contar uma história com uma finalidade. A finalidade é fornecer às pessoas informação que precisam para entender o mundo. O primeiro desafio é encontrar a informação que as pessoas precisam para tocar suas vidas. O segundo desafio é tornar essa informação significativa, relevante e envolvente. (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, p. 226).

Como lembra Park (2008, p. 71): “o poder da imprensa é a influência que jornais exercem na formação de opinião pública mobilizando a comunidade para a ação política”. A esse propósito, o autor diz:

O papel da imprensa neste caso não é meramente orientar o público a respeito das questões envolvidas, mas de criar um desejo coletivo e um poder político o qual, à medida que mobiliza a comunidade, tende a finalizar a discussão. Isto é o que constitui o poder da imprensa. (PARK, 2008, p. 72).

A fim de qualificar melhor o papel que a mídia exerce na mediação política, Maia (2002) identifica três importantes funções políticas do sistema midiático, mais especificamente associados ao jornalismo, nas sociedades democráticas: a) aparelho de “vigilância” para as liberdades políticas e civis (“cão de guarda” ou *watchdog*, para usar expressão anglo-saxônica); b) fórum para o debate pluralista, colaborando para elevar o nível público de transparência das mesmas; e c) agente de mobilização para a participação cívica.

Gurevitch (1985 *apud* MAIA, 2002, p. 4) vai além quando diz que os meios de comunicação devem desempenhar normativamente os seguintes papéis nas democracias constitucionais: 1) vigiar o ambiente sócio-político, trazendo a público desenvolvimentos capazes de interferir, positiva ou negativamente, no bem-estar dos cidadãos; 2) definir as questões significativas da agenda política, identificando as questões-chave, bem como as forças que as conceberam e que podem trazer uma solução; 3) estabelecer as plataformas que permitem aos políticos, aos porta-vozes de outras causas e de outros grupos de

interesses, defender as suas opiniões de modo inteligível e esclarecedor; 4) permitir diálogo entre diferentes pontos de vista e entre detentores de poder (atuais e futuros) e público de massa; 5) criar mecanismos que permitam acionar os responsáveis para prestar contas sobre o modo como exercem o poder; 6) incentivar os cidadãos a aprender, a escolher e a se envolver com o processo político, abandonando a função de meros espectadores; 7) resistir, em nome de princípios bem definidos, aos esforços exteriores à mídia que visam subverter a sua independência, integridade e capacidade de servir ao público; e 8) respeitar os membros do público espectador e leitor como virtuais envolvidos e capazes de entender seu ambiente político.

Há muito se reconhece que, em seu papel de guardião, a imprensa deve escrutinizar as autoridades políticas e as instituições públicas, a fim de fazer com que os governantes e os dirigentes sejam responsáveis por suas ações. Para Kovach & Rosenstiel (2004, p. 175), “o objetivo da função de vigilante da mídia vai além da administração e execução da transparência do poder, tornando conhecidos e entendidos os efeitos desse mesmo poder”. Segundo avaliam os autores:

“O princípio guardião significa muito mais que simplesmente uma forma de monitorar as ações do governo, pois na verdade se estende a todas as instituições poderosas da sociedade”. (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, p. 173).

Como fórum para o debate pluralista, todas as atividades vivenciadas pelos jornalistas podem servir para essa finalidade. Ao informar diariamente sobre eventos programados, denunciar práticas incorretas ou revelar uma tendência em movimento, o jornalismo exerce a função, seja como arena de debate mediando o Estado e os cidadãos, seja como espaço da comunicação orientada ao entendimento (facilitando a deliberação informada sobre as questões mais amplas da agenda política). “Nesta dimensão, o sistema jornalístico deve funcionar, de maneira mais geral, como o ‘canal’ que proporciona aos governantes e aos governados as oportunidades para a efetiva comunicação uns com os outros”. (MAIA, 2002, p. 4).

A concepção do jornalismo como agente de mobilização social diz respeito à possibilidade gerar conhecimento sociopolítico e engajamento cívico. Por este critério, podemos considerá-lo bem sucedido se encoraja a aprendizagem sobre as questões política e de interesse público, estimulando a discussão entre os cidadãos, motivando a participação social por meio de canais e redes disponíveis para a ação cívica.

Outro papel importante da mídia noticiosa nas sociedades democráticas é o seu potencial de agendamento e de gerar informação contextualizada (ANDI, 2008). Sobre o primeiro aspecto, pesquisadores que se ocuparam especificamente da cobertura jornalística sobre assuntos ambientais e científicos têm ressaltado constantemente o poder de agendamento da mídia. O volume de informações sobre determinado tema aparentemente garante o seu agendamento. Isto é, uma expressiva quantidade de notícias sobre meio ambiente, de acordo com a teoria do agendamento, terá como resultado uma maior preocupação dos leitores e, logo, dos tomadores de decisão sobre o assunto (ANDI, 2008).

No entanto, o jornalismo não pode ter apenas o papel de inserir o tema na agenda política. É necessário que a informação transmitida seja adequadamente contextualizada, isto quer dizer que imprensa deve fornecer aos leitores uma matéria com o maior volume de elementos possíveis, para que o assunto seja amplamente compreendido, inclusive no que se refere à absorção de posições adversas. Conforme Dines:

A matéria de hoje deve estar conectada – ainda por uma ágil oração intercalada – com a de ontem. O leitor não consegue guardar todos os detalhes da notícia e, com a velocidade das informações, sua capacidade de informação dilui ainda mais. Por esta razão, o repórter deve adotar uma atitude referencial e paciente, embasando cada informação nova com a devida complementação, ainda que a dita informação já tenha sido registrada em dias anteriores. (1986, p. 49).

Para que seja atingido este objetivo, alguns autores pontuam como devem ser as notícias (informações). Erbolato (1991) defende que toda notícia deve ser recente, inédita, verdadeira, objetiva e de interesse público. O autor afirma ainda que “só se considera completa uma notícia quando ela proporciona ao leitor a idéia exata e minuciosa sobre um acontecimento”. (ERBOLATO, 1991, p. 57).

Partindo desse ponto, destacam-se os conceitos de Luiz Beltrão (1980), que vai um pouco além, ao teorizar sobre a reportagem jornalística. Conforme o autor, a principal característica do jornalismo é a informação de idéias, situações e fatos atuais, interpretados à luz do interesse coletivo e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de promover o bem comum. Kovach & Rosenstiel (2004) compartilham desta visão quando entendem que o jornalismo deve abrir espaço para crítica e compromisso público. Portanto deve ter o compromisso com o interesse da sociedade, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate (BUENO, 2007).

Assim, embora não formalmente, uma das funções do jornalismo seria a educativa, ao fornecer para os leitores dados objetivos que esclareçam a opinião pública, permitindo à comunidade agir com discernimento na busca do progresso, da paz e da ordem justa. Nas palavras de Beltrão (1980, p. 38): “Nenhuma ação pode ser construtiva se seu agente desconhece os fatos, as idéias que os geram, seus antecedentes e possíveis consequências”.

Contudo, há certa dificuldade entre os teóricos para definir o que é de interesse público e social a ser noticiado jornalisticamente. A maioria dos autores pesquisados concorda que o conceito de “notícia” e de “informação jornalística”, pura e simples, contrapõe-se ao de reportagem. Conforme Lage (2001, p. 112), “a reportagem seria uma exposição que combina interesse do assunto com o maior número possível de dados, formando um todo compreensível e abrangente”. Assim, ao contrário da notícia pura e simples, que trataria apenas de noticiar um fato, a reportagem refere-se a um assunto, determinado ou não por um fato gerador de interesse. A reportagem seria então um complemento ao fato objetivo e fragmentário, a partir de pesquisas, apuração e dados secundários.

Essa categoria do jornalismo, que ficou conhecida como jornalismo interpretativo, começou nos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial. Faz parte da evolução por que passou o jornalismo desde a invenção de Gutenberg. O objetivo, então, era oferecer ao leitor uma explicação sobre o que havia por trás dos acontecimentos e mostrar porque eles ocorriam. Não bastava, para produzir um bom material jornalístico, responder às seis perguntas básicas (o que, quem, onde, como, quando, por que). Nesse caso, Rossi (1994) lembra que, a partir desse momento, a ênfase do jornalismo impresso deveria estar no porquê de um determinado fato. Isso significa uma investigação profunda sobre os antecedentes e as consequências de um determinado fato, além da necessidade de o jornalista reunir uma razoável soma de conhecimentos sobre o tema que está sendo tratado.

Outro motivo para o aparecimento do jornalismo interpretativo nos meios impressos foi a competição direta com outros meios de comunicação, sobretudo a televisão e o rádio. Esses são veículos que, por sua natureza, ganham do jornal impresso em rapidez, já que são capazes de informar no mesmo instante em que o fato está acontecendo. Esse tipo de jornalismo começou a ser praticado na imprensa escrita também para diferenciá-la dos outros meios, ao estabelecer uma conexão entre o fato e uma situação num contexto mais amplo. O objetivo era levar ao leitor uma idéia completa sobre a importância de uma

determinada informação para a vida social, econômica e cultural da comunidade em que estava inserido. Além disso, buscava-se oferecer ao leitor os antecedentes e as implicações de uma notícia, proporcionando a ele a advertência de que não existem fatos isolados, mas sim que cada um deles é parte de uma concatenação de ocorrências (BELTRÃO, 1980).

1.1.1 O Jornalismo em crise

Autores como Kovach & Rosenstiel (2004, p. 227) dizem que “uma lista enorme de problemas atravança o caminho, impedindo que as notícias cheguem aos leitores de forma impactante: pressa, ignorância, clichês, preconceitos, antolhos culturais”. Desta lista, um dos problemas mais identificados hoje, tanto pelos profissionais em exercício quanto pelos teóricos da profissão, é o fator “tempo” na produção de um jornal diário. Ele está sempre na contramão do que é classificado como o ideal na produção jornalística, já que exige tempo para uma matéria bem escrita (para escapar do esquema da pirâmide invertida: onde, o quê, quando, como, quem, por que).

Diante dessa realidade, o jornalista Ricardo Noblat (2002) afirma que, no entanto, não há razão para o jornalismo impresso diário continuar sendo feito às pressas e sem profundidade. Conforme destaca o autor:

A pressa é a culpada, nas redações, pelo aniquilamento de muitas verdades, pela quantidade vergonhosa de pequenos e grandes erros que borram as páginas dos jornais e pela superficialidade de textos que desestimulam a reflexão. Apurar bem exige tempo. Escrever bem exige tempo. E não existe mais razão de jornal ser feito às pressas. Notícia em tempo real deve ficar para os veículos de informação instantânea – rádio, televisão e internet. Jornal deve ocupar-se com o desconhecido. E enxergar o amanhã. (NOBLAT, 2002, p. 38).

Outro fator é a ausência de investimentos em coberturas jornalísticas de qualidade, aquelas que exigem mais recursos financeiros, pois necessitam de mais tempo, de equipe maior e mais especializada e eventuais deslocamentos para outras regiões. Este tipo de cobertura é cada vez mais rara no Brasil, visto que a imprensa, particularmente os grandes jornais, vem atravessando, nos últimos anos, uma crise sem precedentes. “As empresas jornalísticas têm acumulado dívidas crescentes, tornando-se frágeis e vulneráveis”. (BUENO, 2007, p. 85-86). Destaca o mesmo autor:

A cena brasileira, sobretudo nos anos recentes, não tem dado trégua aos empresários, desestimulados ao investimento pelos juros exorbitantes, pela carga tributária excessiva e pela instabilidade permanente da economia nacional, refém dos humores do mercado (especialmente financeiro). (BUENO, 2007, p. 86).

Sant'anna (2008a) conta que o faturamento bruto somado de todos os jornais brasileiros tem caído nos últimos anos, sendo menor do que o das emissoras de TV, os *sites* na *internet* e as emissoras de rádio. Em suas palavras:

O aumento da concorrência e a queda de circulação e de receitas ocorreram em um momento em que as empresas que publicam os três mais importantes jornais brasileiros – as Organizações Globo, o Grupo Estado e a Empresa Folha da Manhã – atravessam dificuldades financeiras, resultantes de dívidas assumidas na década de 1990. (SANT'ANNA, 2008a, p. 18).

Conforme Bueno (2007, p. 87): “muitos veículos estão batendo às portas do BNDES, buscando irrigar suas receitas à custa do governo, em um processo de capitulação que pode ser fatal para a independência de suas linhas editoriais”.

A crise financeira que a imprensa enfrenta na atualidade é responsável pela a drástica redução das redações e dos salários, rejuvenescimento das equipes, fusões de empresas jornalísticas etc. Todos esses fatores – aliados à sua rendição aos interesses empresariais – resultam na perda da capacidade de os jornais exercerem seu papel crítico e em matérias de menos qualidade e profundidade.

A pressa e a falta de investimentos e a conseqüente “superficialidade” são notáveis no caso específico do presente estudo: a cobertura dos grandes jornais impressos sobre o desmatamento da Amazônia. Os próprios envolvidos na cobertura apontam esses fatores como um dos principais “culpados” pela ausência de contextualização com que foi abordado o tema em diversos momentos, como se verá no último capítulo.

1.2 INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO AMBIENTAL

A informação ambiental é um elemento fundamental do conjunto de ações interdisciplinares que procuram avançar uma compreensão correta das relações sociedade e meio ambiente (LUHMANN, 1989). Assim, o jornalismo de qualidade – plural, independente, crítico e responsável – é peça vital para a boa governança e para a transparência nas sociedades democráticas, especialmente em momentos de extrema polarização de interesses e conhecimentos.

Nas últimas décadas, reportagens e artigos sobre os mais variados assuntos da pauta ambiental vêm sendo publicados pela mídia convencional e alternativa, visto que o tema se configura como questão da mais alta relevância para as sociedades contemporâneas e, sobretudo, para os chamados tomadores de decisão e formadores de opinião. O meio

ambiente se tornou importante demais para que a mídia o ignore, principalmente com o crescimento da discussão sobre os novos conceitos de desenvolvimento, globalização e conservação do meio ambiente, em todos os setores da sociedade. Com a inclusão da ecologia como pauta diária nos veículos de informação, surgiu uma nova especialidade do jornalismo, o “jornalismo ambiental”, que é o tratamento através dos meios de comunicação de massa dos temas relacionados ao meio ambiente (BACCHETTA, 2000). Segundo este autor, o jornalismo ambiental considera os efeitos da atividade humana, desde a ciência e a tecnologia em particular, sobre o planeta e a humanidade.

Bueno (2007), por sua vez, entende que o jornalismo ambiental caracteriza-se por produtos/veículos que decorrem do trabalho realizado por profissionais que “militam” na imprensa em favor da causa ambiental. Como conceitua o autor:

Ele está definido tanto pelas matérias/colunas/editoriais/cadernos sobre meio ambiente publicados na mídia de massa como nos veículos ou espaços exclusivamente destinados ao meio ambiente. [...] é o reduto dos profissionais da imprensa que têm se organizado para qualificar a informação e incrementar o debate ambiental, em redes, núcleos e encontros [...]. (BUENO, 2007, p. 31-32).

Conforme a opinião de um dos jornalistas mais engajados neste movimento, Roberto Villar (1997), o jornalismo ambiental é uma tendência irreversível na imprensa mundial. Não é mais considerada uma atividade exótica, ainda mais porque as questões ambientais têm ramificações econômicas, políticas, sociológicas e de saúde pública.

Com a abordagem constante deste tema, os veículos de comunicação e os meios de informação alternativos passaram a ser instrumentos de formação de opinião, como forma de impulsionar movimentos sociais, moldar valores e ditar padrões, pois muitos que os utilizam só têm este meio para se informar (NELKIN, 1995). Tornaram-se também uma forte influência em todas as áreas do conhecimento (COSTA, 2006), e é por meio deles que questões ambientais fazem parte do processo político (ANDRADE, 2003).

Boycoff & Boycoff (2004) afirmam que o público, em geral, retira a maior parte do seu conhecimento sobre ciência dos meios de comunicação de massa. Segundo enfatiza Nelkin (1995), a mídia é a única forma da maioria da população entrar em contato com o que tem acontecido nas áreas da ciência e tecnologia, bem como a principal fonte de informação sobre as mudanças que acontecem em suas vidas. Então, toda a informação ambiental veiculada de forma correta, sem sensacionalismo ou fragmentação, tem uma função educativa e política a ser explorada.

Com relação à pauta ambiental, esta não se esgota na contemplação da superfície (há sempre razões e interesses encobertos) e geralmente o equívoco está em buscar soluções ou explicações sem que possa (ou se queira) vislumbrar o quadro completo:

A pauta ambiental é sempre complexa porque não se reduz a uma instância meramente técnica ou científica, mas agrega uma perspectiva econômica, uma vontade (ou falta de vontade) política, um componente sócio-cultural e assim por diante. O erro está sempre em não perceber as conexões intrincadas entre meio ambiente, economia, cultura, política e sociedade, em reduzir, por ingenuidade ou falta de conhecimento, a pauta em uma instância particular, simplista, num reducionismo que favorece grandes interesses. (BUENO, 2007, p. 39).

Dada a relevância da questão ambiental, um dos problemas mais importantes do final do século (LEFF 2003), é requisito inadiável pela mídia a produção e disseminação de “informação qualificada”, visto que surgem e surgirão políticas públicas (específicas e transversais) provenientes do desafio da humanidade frente às decisões e conflitos socioambientais.

Muitas vezes a imprensa constitui-se no palco dos debates travados pelos atores que integram a rede da produção das ciências, a qual envolve interesses diversos (FUJIYOSHI, 2006). A participação dos setores organizados da sociedade brasileira – cientistas, políticos, empresários, representantes do governo, militantes de organizações não-governamentais (ONGs) e outros atores – nesse debate constitui um fenômeno sociológico significativo, no qual determinados atores desempenham papel cada vez mais fundamental, formando uma teia complexa de interesses (ANDRADE, 2003). Evidenciam-se disputas de interesses e, pela divergência ou convergência de argumentos e opiniões, o movimento de translação e fortificação dos elos, o estabelecimento de redes e a disputa de interesses entre atores que integram setores divergentes. Neste cenário, a imprensa assume também o papel de “palco” dos conflitos e disputas da construção social dos fatos políticos e da realidade.

O jornalista, como ator social e mediador de sentidos, não pode estar ausente do debate ambiental (GERAQUE, 2006). Deve estar preparado e atento, juntamente com a imprensa, para uma cobertura qualificada dos debates e das decisões que levarão à formulação das políticas públicas e, futuramente, da repercussão da implementação das políticas e seus efeitos. Para que o jornalista seja capaz de oferecer ao leitor um panorama dos acontecimentos nessa área, ou em qualquer outra mais complexa, é necessário algum aprofundamento no tema. Na opinião de Bacchetta (2000), este tipo de jornalismo requer uma preparação específica por lidar com uma grande variedade de conhecimentos, muitos dos quais exigem o domínio de informações de diversas ciências e teorias, desde as físicas

e naturais, bem como as sociais e culturais. A jornalista especializada na área, Liana John, também defende a qualificação do jornalista para tratar de questões ambientais. Nas suas palavras:

Uma matéria sobre um tema simples, como reciclagem de lixo, por exemplo, pode ser instrutiva e ajudar a formar opiniões, do mesmo modo como pode se transformar num instrumento político, sem informação ambiental ou pode traduzir conceitos errados e confundir o público. Tudo depende de quem vai escrevê-la, do grau de conhecimento e engajamento pessoal do repórter e/ou do redator. (JOHN, 1996, p. 31)

Conforme Lage (2001), a própria teoria da cognição demonstrou que não é possível transmitir conhecimento sobre um determinado tema sem formar um modelo mental dele, isto é, entender minimamente do assunto que será abordado. Assim, explica o autor:

Um modelo mental é uma estrutura incompleta, aproximada e referida a um contexto cultural que é o acervo da memória. Ou seja, não é necessário formar-se biólogo ou engenheiro florestal para poder escrever sobre meio ambiente, mas deve-se dispor do máximo de informações sobre os temas e jargões ambientais. (LAGE, 2001, p. 111).

Como o jornalista especializado normalmente encontra dificuldades nas empresas jornalísticas, já que elas não costumam ter condições econômicas de manter em seus quadros especialistas para todos os tópicos tratados no jornal, jornalistas como Clóvis Rossi avaliam que é necessária, ao menos, a busca de informações mais aprofundada sobre o tema. De acordo com o autor:

A dificuldade inicial é que também os jornalistas não podem ter uma carga tão universalizada de conhecimentos, que lhes permita escrever, com a mesma facilidade, sobre medicina e política, energia nuclear e Afeganistão, educação e meio ambiente. Há, é verdade, um crescente número de jornalistas especializados em diferentes temas. Mas a gama de assuntos é tão ampla que as empresas jornalísticas, mesmo as maiores, não têm condições econômicas de manter em seus quadros especialistas para todos os tópicos que aparecem nos jornais [...]. Essa dificuldade estrutural pode ser amenizada por meio de providências relativamente simples, mas infelizmente pouco generalizadas: uma delas é o jornalista recorrer aos arquivos de sua publicação e armar-se do maior número possível de informações já publicadas, referentes ao tema. (ROSSI, 1994, p. 38)

Não se trata, portanto, de exigir dos jornalistas um conhecimento profundo sobre todos os temas tratados em uma editoria como a de Cidades, que engloba toda sorte de assuntos, como saúde, educação e meio ambiente. Menos que isso, é necessário um esforço do repórter no sentido de entender o tema e reunir o maior número possível de informações.

Outro aspecto sobre a especialização do jornalista, abordado por Villar (2004), é que à medida que o profissional vai se especializando, ele não encontra mais clima no jornalismo diário, “pois falta interesse editorial para publicar grandes reportagens e dinheiro, dizem, para remunerar dignamente o trabalho. São raríssimas as exceções” (VILLAR, 2004, p. 26).

O jornalismo moderno, segundo Bueno (2007), fragmentado em editorias, dificulta a adoção da perspectiva interdisciplinar e transversal, fundamental para a produção de uma reportagem ambiental. “Enxergar o meio ambiente sob uma perspectiva exclusiva ou majoritariamente econômica ou técnico-científica (como fazem as editorias, respectivamente de economia e ciência) significa empobrecer a cobertura” (BUENO, 2007, p. 39). Portanto, reduzir o foco implica em restringir o leque de fontes e empobrecer a cobertura o debate. “Dependendo do caso, a pauta ambiental termina em frangalhos. O jornalista acaba se contentando em ver troncos de árvores simplesmente porque perdeu a chance de contemplar a floresta” (BUENO, 2007, p. 39). Assim, segundo aponta Dines (1996, p.18): “quanto menos profunda for a investigação das circunstâncias, quanto menos cruciais forem as situações e condições apuradas relativas ao acontecimento, mais perecível será este jornalismo”.

No caso específico do meio ambiente ou das ciências, Lage (2001) enfatiza que uma abordagem consistente é ainda mais importante, porque o jornalismo especializado nessa área tem a função não apenas de informar, mas também uma função social, educativa, cultural, econômica, política e ideológica. Isso porque, ao se informar, o leitor complementa e atualiza os seus conhecimentos e, nesse sentido, aprende e modifica a sua forma de pensar e agir na sociedade. Assim, ao transmitir o conhecimento, o jornalismo atua sobre a sociedade e a cultura, determinando escolhas econômicas e, no fim, opções político-ideológicas.

O jornalista norte-americano Peter Nelson, engajado no movimento ambiental, também defende a idéia de que as notícias ambientais são diferentes das demais e, portanto, precisam de uma atenção especial por parte dos jornalistas. Conforme o autor, as notícias sobre meio ambiente:

São abrangentes, pois discorrem sobre a própria vida. São interdependentes, pois estão relacionadas com outros campos, como a política, a cultura e a economia. São complexas e, portanto incompatíveis com explicações e fórmulas simplistas. São técnicas, o que significa que exigem uma certa especialização. As reportagens são imprecisas, porque a ciência do meio ambiente é imprecisa nas suas fontes, nos seus dados, na metodologia científica e nas soluções. E são carregadas de emoção, por causa do efeito que exercem sobre as pessoas. (NELSON, 1999, p. 10).

Sendo assim, a responsabilidade das empresas de comunicação com a ampliação do espaço para esta temática é ainda maior para a formação de uma “consciência coletiva”, o que pode significar o jornal criar cadernos e páginas específicas destinadas à questão.

O objetivo maior a ser alcançado, com uma editoria [...] em meio ambiente, é o de começar a incluir e formar no seio da sociedade uma consciência crítica sobre esta problemática, bem como providenciar o surgimento de idéias e alternativas para a solução de problemas ambientais. (UNGARETTI, 1998, p. 28-29 *apud* LUFT, 2005, p. 46).

No entanto, atualmente, a maior parte dos grandes jornais impressos do Brasil não mantém editorias e nem cadernos dedicados a esta temática. Aqueles que têm geralmente põem foco na área de Ciência e Tecnologia, preenchida em sua maioria por notícias de agências estrangeiras e limitam-se a noticiar denúncias, em vez de se preocupar com um jornalismo mais aprofundado e preventivo (LUFT, 2005).

Contudo, para o jornalista Carlos Tautz (2004), está aberta uma janela histórica para a elaboração de um tipo de jornalismo que vá além da mera constatação do aprofundamento da agressão ambiental ao planeta e incorpore novos paradigmas civilizatórios na cobertura de crises ecológicas sem precedentes no campo dos recursos hídricos e das alterações climáticas globais. Nas palavras do autor:

[...] Um tipo de jornalismo que surja desse momento de crise da água e do ar (os dois elementos essenciais à vida) e deixe de tratar a informação como simples espetáculo. Um jornalismo que discuta os rumos do desenvolvimento de um povo-nação significa uma tentativa de recuperar valores éticos, humanos e sociais do jornalismo estritamente comercial dos conglomerados da informação. (TAUTZ, 2004, p. 150).

1.3 JORNALISMO E DESINFORMAÇÃO: UMA COBERTURA AMBIENTAL COMPROMETIDA

As redes de comunicação e satélites computadorizados possibilitaram que qualquer ponto da Terra seja visualizado e pesquisado, em qualquer momento e que, desta forma, obtenha-se informações sobre os mais diversos acontecimentos que envolvem a sociedade:

[...] jamais a humanidade assistiu a tão radical revolução como se processou nos últimos cinquenta anos com o estabelecimento formal do sistema dos meios de comunicação de massa. Imprimindo velocidade, ubiquidade e penetrabilidade à mensagem em escalas e níveis jamais alcançados, os meios técnicos, sobretudo os eletrônicos, criaram uma espécie de pseudoambiente entre os homens e o mundo objetivo “real” – (e) são vistos como a envolver o homem moderno numa espécie de realidade substituta. (BELTRÃO & QUIRINO, 1986, p. 119).

Entretanto, desde a invenção de Gutenberg, até o desenvolvimento de complexas tecnologias de comunicação, os interesses da classe dominante e os da imprensa têm sido correspondentes. Segundo pontuam Nascimento & Vianna (2006), nas democracias liberais a mídia constituiu-se como um negócio privado cujo funcionamento obedece às leis de mercado. Os grandes veículos de comunicação de massa ficaram nas mãos das elites detentoras de poder, em diferentes tipos de sociedade e regimes de governo, o que fez com que, em diversos momentos, as notícias fossem instrumentos para manipular a opinião pública e orientá-la em qualquer direção.

O jornalismo tal como conhecemos hoje omite circunstâncias determinantes dos fatos. Apesar de todas as suas pretensões, muitos jornais não estão dando ao público o que ele deseja. A imprensa está suprimindo constantemente notícias importantes, como consequência de sua comercialização e de sua frequente submissão a interesses externos (ROSS, 2008)¹. A esse deslocamento do controle para mãos de pessoas com motivações comerciais Ross dá o nome de “a comercialização da imprensa”. Este aspecto estritamente comercial da mídia faz com que os princípios do jornalismo sejam “desvirtuados”, quando começam a omitir, sonegar e até mesmo “deformar” as informações para atenderem anunciantes, ou favorecer interesses políticos.

Serva (2001) trabalha com três conceitos (omissão, sonegação e submissão) que devem ser entendidos como diferentes níveis e razões que determinam lacunas de informação em coberturas jornalísticas, ou lacunas de compreensão no consumidor de informação, prejudicando a sua capacidade de compreensão do mundo. Segundo explica o autor sobre os três conceitos:

- 1) Pode-se chamar de omissão a ausência de informação, de qualquer natureza, causada por falta de condições de órgão de imprensa de obtê-la;
- 2) Por sonegação entende-se aquela informação que, sendo de conhecimento do órgão de imprensa, não foi colocada na edição por alguma razão; e
- 3) Por submissão ou deformação entende-se o fato que, embora noticiado, tem uma edição que não permite o receptor compreender e deter sua real importância ou mesmo o seu significado. (SERVA, 2001, p. 65).

A função primordial da imprensa, de sincronizar a sociedade, acaba sendo esquecida e transforma-se em “técnicas de desinformação” com a adoção desses padrões. “A imprensa consegue satisfazer a demanda do leitor por informação, ao mesmo tempo em que nega. Informa, mas necessariamente desinforma.” (SERVA, 2001). Como explicita o autor:

¹ O artigo “*The suppression of important news*” foi publicado originalmente na revista *Atlantic Monthly*, em 1910. Em 2008, foi incluído no livro “A era glacial do jornalismo” e traduzido da versão ao espanhol de Estebán López-Escobar, “*La supresión de las noticias importantes*”, publicada pela revista *REIS*, em 2001.

A possível confusão de notícias provocada pela submissão de informação está comumente associada a casos do que podemos chamar de “desinformação informada”: embora tendo tido acesso às informações, o consumidor não consegue compreender claramente o fato. [...] Quando a informação gerada por alguns casos de submissão é tão grande que chega a provocar a compreensão errada da informação, isso poderia ser chamado de *deformação da informação*. (SERVA, 2001, p. 68-69, grifo do autor).

Por tudo isso, a missão do jornalismo – a de informar –, fica comprometida. A imprensa acaba produzindo uma visão simbólica da realidade que se propõe retratar, impondo filtros que tornam a representação dos fatos muito mais distante daquela que se tem em outros códigos ou conceitos.

Essa situação ainda é muito mais grave na cobertura de temas científicos e ambientais, pois são assuntos muito mais complexos – necessitam de textos conexos, mais detalhados, que expliquem os jargões técnicos, e sincrônicos para que o leitor possa entender a mensagem. Para Bueno (2007), o assunto tem sido transmitido em vários momentos de forma fragmentada, descontextualizada da história, da política e economia, sendo ainda as publicações submetidas aos interesses comerciais. Em síntese, o autor considera que “essa perspectiva tem contribuído para a disseminação de conceitos cosméticos de desenvolvimento sustentável”:

O jornalismo ambiental, travestido do jornalismo econômico tradicional, nega a relação entre a biodiversidade e a sociobiodiversidade, promove a desterritorialização das relações de poder, ignora a vertente cultural, apoiado num modelo que admite a inexorabilidade das soluções globais. (BUENO, 2007, p. 45).

Assim, o jornalismo da forma como costuma ser praticado – com fins essencialmente lucrativos – prejudica o “saber ambiental”, que é a hibridação entre uma ciência objetivadora e um saber que condensa os sentidos que se perderam o ser através do tempo - um diálogo de saberes (LEFF, 2003). Como aborda Bueno:

O saber ambiental tem sido penalizado pelo mosaico informativo que caracteriza a produção midiática, que lhe retira a perspectiva integrada e a sua dimensão histórica, contemplando-a a partir de fragmentos de cobertura que descartam os contextos, as conexões e, portanto, o verdadeiro ‘ethos’ deste campo. (2007, p. 17-18).

Por este motivo, o leitor, muitas vezes, sente dificuldades para entender a amplitude e importância de determinadas situações, realidades e contextos, e geralmente vislumbra o meio ambiente como algo que lhe é externo e distante. O jornalismo teria o papel, principalmente neste momento em que a sociedade, em geral, está afetada pela incerteza,

pela ignorância e pelo conflito de valores (LEFF, 2003), de potencializar o “diálogo de saberes”, tratando de suprir o *déficit* de conhecimento ante o crescimento de problemas ambientais.

Mesmo que o meio ambiente esteja diariamente na pauta de assuntos da imprensa, geralmente ocupa espaços periféricos e recebe uma abordagem exótica. As reportagens, na maioria das vezes, são frutos do interesse e da curiosidade do próprio jornalista (VILAS BOAS, 2004). Os profissionais da imprensa cotidiana, em geral, têm dificuldades de cobrir os temas ambientais de forma criativa, abrangente e analítica.

Uma pesquisa realizada pela revista *Imprensa*, em junho de 2001, sobre o grau de envolvimento da grande imprensa com o tema meio ambiente, confirma que os jornais diários ainda não se conscientizaram da importância de manter espaços mais amplos para esse tipo de matéria (LUFT, 2005). Tal estudo comprova que a imprensa costuma preocupar-se com o meio ambiente basicamente em três ocasiões:

- a) catástrofes naturais e/ou acidentes graves que causam danos à natureza;
- b) relatórios publicados por revistas estrangeiras com dados científicos sobre o aquecimento global; e c) no dia 5 de junho, data em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, instituído pela ONU (IMPRESA, 2001, p. 22-6 *apud* LUFT, 2005, p. 46)

Na opinião de alguns autores, a imprensa brasileira ainda não despertou para o jornalismo ambiental. Conforme Vilas Boas (2004, p. 10): “Uma cobertura recorrente, aprofundada e multifacetada praticamente inexistente. Há poucas exceções, e elas geralmente aparecem em cadernos especiais de jornais ou em reportagens de revistas especializadas”.

Por tradição ou preconceito, boa parte da imprensa brasileira trata a questão ambiental como algo superficial, espetacular, que atrai pelo que tem de exótico ou catastrófico, e não por seu impacto concreto: político, econômico ou social. Na visão da jornalista especializada na área de meio ambiente, Regina Scharf:

Não importa quão abrangente e complexa seja a questão ambiental. A maioria dos repórteres, por hábito ou falta de tempo, continua a aplicar ao pé da letra o velho esquema simplista de “ouvir o outro lado, o segundo lado”, criando polarizações conflituosas tipo “empresas versus ONGs”, ignorando que seria necessário dar voz a inúmeros outros lados esquecidos – lideranças comunitárias e pesquisadores, por exemplo. (SCHARF, 2004, p. 53).

1.4 A AMAZÔNIA NA IMPRENSA

A Amazônia ainda é reportada na imprensa brasileira de forma isolada, fragmentada e depende de acontecimentos especiais para alcançar a opinião pública (LUFT, 2005)². Vira notícia principalmente em momentos de crise, quando se divulgam as taxas que detectam o aumento do desmatamento e que geram conflitos entre atores importantes, ou quando são apresentadas denúncias graves de corrupção que impulsionam o desmatamento ilegal. Contudo, a complexidade que marca os discursos e práticas sociais na Amazônia faz com que, desde a década de 1970, ela seja um tema candente da mídia nacional e internacional (ABREU, 2006).

Segundo Costa (2008)³, que analisou – com ênfase na temática dos desmatamentos e queimadas na Amazônia – como se estruturou o discurso da mídia impressa sobre as questões ambientais durante as últimas quatro décadas, a ocorrência em 1970 de matérias que abordaram o assunto foram pouco expressivas com relação aos anos seguintes. A autora constatou:

[...] os desmatamentos já eram citados em artigos e matérias que alertavam para a rápida destruição da floresta em decorrência dos projetos de colonização do governo federal e das políticas de investimentos na região, especialmente o incentivo à formação de pastos, sob a tutela da Sudam. (COSTA, 2008, p. 9).

Foi no final da década de 1980 que a imprensa, principalmente a internacional, percebeu que os problemas na Amazônia brasileira podiam render uma série de manchetes. Ainda mais porque houve uma onda de denúncias contra a devastação da Floresta Amazônica por organizações como o World Resources Institute (WRI), a World Wide Fund for Nature (WWF) e o Banco Mundial (Bird). Porém, conforme Abreu (2006), parte das discussões ainda era ancorada em argumentos como o de a região ser o “pulmão do mundo” e por causa da sua rica biodiversidade, ainda considerada misteriosa e exótica – com espécies que podiam conter a cura de doenças.

Esta mudança na intensificação da cobertura sobre Amazônia na década de 1980 ocorreu especialmente pela divulgação, a partir de 1988, das imagens de satélite pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que contabilizou para a Amazônia Legal uma média anual de 21.050 mil km² de desmatamento entre 1977 e 1988 (INPE, 2008).

² Luft fez uma análise qualitativa sobre a cobertura dos desmatamentos na Amazônia nos maiores jornais da região, *O Liberal* e *A Crítica*, de 5 de junho de 2000 a 5 de setembro de 2000.

³ Costa fez uma sistematização e análise de aproximadamente 1.450 artigos e/ou reportagens publicadas nas principais revistas (*Veja*, *Isto É*, *Época*) e jornais brasileiros (p.ex.: *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *o Liberal*).

Soma-se a isso, a criação de reservas extrativistas e florestas nacionais, o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, o início do debate científico sobre o efeito estufa e o aquecimento global, além dos prejuízos ambientais causados por projetos de mineração, grandes obras públicas (como as hidrelétricas) e as discussões políticas sobre a internacionalização da Amazônia (COSTA, 2008).

Os anos de 1990 também foram marcados por uma intensa cobertura jornalística sobre a Amazônia, principalmente antes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992 – por isso chamada de “Rio-92” ou “Eco-92”. Havia um forte interesse da mídia nas discussões sobre a “ameaça de internacionalização da Amazônia, que mobilizou políticos, militares, entidades não-governamentais e representantes da sociedade civil, chegando a ocupar 30% do noticiário”. (RAMOS, 1996, p. 64)⁴.

A partir da década de 1990, a cobertura jornalística passou também a refletir os debates sobre desenvolvimento sustentável, buscando ouvir representantes do governo, de ONGs e cientistas para traçar o futuro da região amazônica (ABREU, 2006). A jornalista Luciana Costa explica os fatores que intensificaram a cobertura sobre a Amazônia na década de 1990:

O ponto alto das publicações foram os anos de 1992, 1997 e 1998, em decorrência da realização da Rio 92 e dos períodos de seca provocados pelo fenômeno El Niño, que no caso brasileiro, culminaram com o incêndio florestal em Roraima. Este incêndio foi um marco na história do ambientalismo brasileiro devido às medidas governamentais implementadas a partir daí, incluindo-se mais verbas orçamentárias para o Ministério do Meio Ambiente em relação aos anos anteriores. (COSTA, 2008, p. 14).

Atualmente, os temas mais abordados pela mídia são o desmatamento, a extração ilegal de madeira, a demarcação das terras indígenas, o conflito fundiário, o potencial biotecnológico e a construção de grandes obras de infraestrutura, como rodovias e hidrelétricas. Ainda assim, a Amazônia não conseguiu entrar definitivamente no agendamento dos grandes jornais brasileiros, como comprovado no capítulo 3 deste trabalho.

Há, ainda, determinados segmentos da imprensa, principalmente o televisivo, que mostram a Amazônia como uma região de cenários maravilhosos e fauna pitoresca, e, em

⁴ Esses resultados foram obtidos por Ramos (1996), por meio de um estudo quantitativo da cobertura de meio ambiente dos jornais *FSP* e *O Estado de S. Paulo*, no período de 1º de junho de 1991 a dezembro de 1992.

geral, ignoram a presença humana e os conflitos (ABREU, 2006). Outro autor apresenta visão parecida sobre a cobertura jornalística da Amazônia:

[...] a floresta frequentemente é mostrada sem ocupação humana, dando uma visão fictícia e fantasiosa da realidade, por vezes exagerando na dose de pessimismo, “a Amazônia está sendo destruída”, sem apontar exatamente o que é devastado; evidencia os conflitos mais do que os trabalhos desenvolvidos em benefício da biodiversidade; ignora detalhes sutis que podem dar grandes explicações ao público. (BITTENCOURT, 2008, p. 9).

A cobertura local da Amazônia, que deveria apresentar uma abordagem mais aprofundada, pelo fato de os jornalistas estarem inseridos no contexto amazônico, acaba seguindo os moldes da imprensa da Região Centro-Sul. Ocorre esporadicamente, em momentos de crise ou pautada por eventos de grande repercussão. Para Luft (2005), pelo menos dois aspectos significativos comprometem sobremaneira a qualidade da informação jornalística da Amazônia:

A falta um acompanhamento efetivo para os fatos ambientais da região, que ainda depende de denúncias e de atos isolados; e a participação inexpressiva das fontes de informação ligadas ao meio científico, apesar de se constituírem em elementos vitais para a construção da notícia sobre temas ambientais e com um grau de complexidade maior. (p. 111).

Em recente estudo realizado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância, sobre 50 jornais no período de julho de 2005 a junho de 2007, foi constatado que os jornais de referência e especializados em temas econômicos (editados em Brasília, Rio e São Paulo) dedicam-se com mais intensidade a debater a questão das mudanças climáticas com foco na região amazônica do que os veículos ali sediados (ANDI, 2007).

Mesmo sendo pauta esporádica dos meios de comunicação, nacionais e regionais, a Amazônia tem sido referência nos eventos e debates internacionais, seja pela sua biodiversidade e sua importância no equilíbrio ambiental e global, seja por seus problemas crônicos, como a questão madeireira, o avanço do desmatamento, os conflitos pela terra, cujas raízes estão vinculadas a um processo histórico de ocupação predatória. Os assuntos referentes à ocupação e desmatamento da Amazônia são apresentados com mais detalhes no próximo capítulo.

2 DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA: OCUPAÇÃO, FRONTEIRAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 OCUPAÇÃO E EXPANSÃO DE FRONTEIRAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

O bioma Amazônia estende-se do oceano Atlântico às encostas orientais da Cordilheira dos Andes, até aproximadamente 600 metros de altitude, contendo parte de nove países da América do Sul, sendo cerca de 60% dessa área pertencente ao Brasil (AB'SABER, 1977; IBGE, 2007). A Amazônia Legal brasileira, estabelecida pela lei nº 5.173, de outubro de 1966, abrange 10 Estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e cinco municípios de Goiás), totalizando uma área de cerca de cinco milhões de quilômetros quadrados, o que representa 59% do território brasileiro (IBGE, 2008).

Desde o início da colonização, a Amazônia brasileira tem sido alvo de uma ação sistemática de extração de recursos, que se configurou em diversas maneiras de produção e organização social e política (SAYAGO; TOURRAND; BURSZTYN, 2004). O processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia foi intensificado na fase da extração da borracha, quando houve grande expansão da colonização da região, gerando riqueza para aqueles que se beneficiaram do comércio do produto. O “Ciclo da Borracha” teve seu auge entre os anos de 1879 e 1912, houve grande impulso de crescimento nas cidades de Manaus (AM) e Belém (PA), até hoje os maiores centros da região.

Depois desse período, “a região sofreu um período de estagnação, com pouco investimento, desenvolvimento ou crescimento populacional” (FAMINOW, 1998, p. 32), principalmente, pelo rápido aumento da competição com a borracha da Ásia, que causou à economia da Amazônia um período de 30 anos de estagnação e colapso. Tal estagnação foi interrompida brevemente em meados de 1920, indiretamente pelos ingleses, que restringiram a produção em suas colônias, o que gerou aumento dos preços da borracha no mercado internacional. No período da Segunda Guerra Mundial, houve novo impulso no setor, devido ao bloqueio do fornecimento da borracha asiática e à demanda crescente dos países do Bloco Aliado, resultante dos esforços de guerra.

O crescimento populacional regional também estagnou com a crise da borracha, já que os trabalhadores recrutados de outras regiões começaram a deixar a Amazônia em busca de oportunidades mais promissoras. A população que restou passou a viver, em sua maioria, da agricultura de subsistência, suplementada pelas atividades extrativistas

(principalmente do látex e de castanha-do-Brasil), quando as condições do mercado permitiam (MAHAR, 1979).

O processo de ocupação da bacia amazônica começou ser intensificado na década de 1960 com a construção de estradas ligando o Centro-Sul à região Norte, fruto das políticas de desenvolvimento do governo militar que conduziram a uma onda nova de investimento econômico e migração para a região. Havia na época a percepção geopolítica nacionalista do Exército, segundo a qual a Amazônia era um 'vazio' estrategicamente vulnerável por ser pouco utilizada economicamente. Uma vez que o País viveu sob um regime militar entre 1964 e 1985, essa perspectiva se tornou a base para política de desenvolvimento da região (NEPSTAD, *et. al.*, 2002). Os formuladores de tal política viam o ambiente – com florestas ricas em biodiversidade, recursos minerais, baixa densidade populacional e bacias hidrográficas – como um obstáculo para o progresso. O Exército dizia temer que a Amazônia se transformasse em uma área de fácil ocupação para outros países ou para atividades ilegais (como mineração em pequena escala e tráfico de drogas).

Na década de 1970, em plena ditadura militar, houve a intervenção em larga escala do governo brasileiro no planejamento e implementação da colonização da Amazônia (MORAN, 1991), principalmente com o Programa de Integração Nacional (PIN), lançado pelo presidente e general Emilio Garrastazu Médici, com a intenção de povoar a região amazônica. O ponto de partida do PIN foi a construção da rodovia Transamazônica e a implementação de projetos de colonização, criados também para diminuir as tensões sociais no Nordeste, densamente povoado e com alta concentração da posse de terra. Além disso, deveriam mudar o fluxo geral de migrações internas, que estavam indo para o Sul, para as regiões relativamente desocupadas na Amazônia (WOOD & WILSON, 1991).

O projeto de colonização da Transamazônica, em particular, o PIN, quando anunciado, pareceu ter todos os ingredientes de sucesso. “A lógica básica para a colonização é a abertura de uma fronteira que beneficia um país e que a terra e oportunidade econômica atraem pioneiros”. (FAMINOW, 1998, p. 115). O governo oferecia um pedaço de terra de 100 hectares em solos como os de terra roxa “tão boa quanto a do Paraná” e davam aos recém-chegados um adiantamento de seis meses de salário mínimo. Ofereciam-se também créditos para plantação de cereais, acesso a outros benefícios como sementes, fertilizantes e pesticidas, além de uma casa pronta ao longo da rodovia ou em comunidades formadas, estradas ligando fazendas para os mercados, escolas e serviços médicos (MORAN, 1991, p. 286).

Durante séculos a Amazônia brasileira permaneceu como fronteira econômica, demográfica e geopolítica do País. A redução dos custos de transportes propiciada pelos investimentos governamentais nos grandes eixos rodoviários, os subsídios fiscais e créditos aos investimentos privados e a emergência de mercados consumidores urbanos mais próximos (como Brasília, Belém e Manaus) tornaram lucrativa a implantação de atividades agropecuárias, antes inviáveis na região (MARGULIS, 2003, p. 17).

A dinâmica de ocupação da fronteira amazônica foi intensa. “Entre 1960 e 1980 a população dos estados da Amazônia quase triplicou” (FAMINOW, 1998, p. 115). Entre 1970 a 1980, a região que se estende de Rondônia a Mato Grosso e oeste do Pará teve um crescimento populacional rural de aproximadamente 6% ao ano (SAWYER, 1991). Encampado sob o conceito de “pólos de desenvolvimento”, o viés geopolítico prevaleceu durante os governos militares, que traziam o slogan “integrar para não entregar” como um dos princípios para ocupação da região amazônica.

Porém, as políticas públicas desenhadas para a região durante o regime militar não conseguiram promover uma ocupação espacial eficiente e bem organizada. Substanciais investimentos em infraestrutura contribuíram para a redução do isolamento entre as distantes regiões do Brasil, para o surgimento de novas alternativas de investimentos e, conseqüentemente, para a realização de ganhos financeiros. Por outro lado, tais investimentos também aceleraram o processo de ocupação espacial, resultando em uma exploração predatória dos recursos naturais e no agravamento das disparidades sociais (SERRA & FERNÁNDEZ, 2004).

Com a colonização rural a partir da década de 1970, quando grandes levas de agricultores vindos de todos os cantos do País foram transferidos para a região sem um preparo para a vida da floresta, o desmatamento se tornou inevitável. Os colonos produziam e adaptavam ao novo meio com as mesmas práticas que conheciam em suas localidades de origem, como o sistema de corte e queima da vegetação nativa para implantar atividades agrícolas (SAYAGO; TOURRAND; BURSZTYN, 2004). Na escala de grande produção, os incentivos fiscais foram agentes fortemente motivadores de desmatamento na década de 1970 (MAHAR, 1979). No final da década de 1980, concentraram-se principalmente nos estados do Pará e Mato Grosso, e a maior parte dos incentivos foi concedida a grandes fazendas por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Além dos incentivos fiscais, o crédito também teve um papel importante no avanço da pecuária

bovina (TONI *et. al.*, 2007), considerada um dos principais motores do desmatamento na região (PIKETTY *et. al.*, 2004).

2.2 CAUSAS DO DESMATAMENTO

O desmatamento é um processo inerente à expansão da fronteira da Amazônia (SCHIMINK & WOOD, 1991; FAMINOW, 1998; MARGULIS, 2003; ALENCAR, *et. al.*, 2004), e pode ser entendido como um reflexo da política econômica nacional. A integração da Amazônia a mercados regionais e internacionais e a dependência de investimentos externos na região têm submetido a trajetória do desmatamento, ao longo dos anos, à dinâmica econômica do país. O modelo tradicional da ocupação da Amazônia tem levado a um aumento significativo do desmatamento na Amazônia Legal, sendo este um fenômeno de natureza bastante complexa, que não pode ser atribuído a um único fator (ALENCAR *et. al.*, 2004).

Fearnside (2007), entre outros autores, ressalta que o desmatamento na Amazônia tem sido uma característica de paisagem desde antes da chegada de europeus em 1500. Como destaca o estudioso:

O desmatamento tem sido uma característica de paisagem amazônica desde antes da chegada de europeus em 1500. Realmente, nenhuma floresta na região pode ser considerada 'virgem' no sentido de não serem afetadas por atividades humanas passadas. Antes de dizimação das populações por doença e violência praticada pelos europeus, povos indígenas mantiveram áreas extensas de agricultura e eles enriqueceram a floresta circunvizinha com espécies úteis como a castanha-do-pará. (FEARNSIDE *et. al.*, 2007, p. 1).

Porém, esse desmatamento "pré-histórico" é considerado praticamente irrelevante para outros autores. Ainda em 1970, a Amazônia brasileira era um vazio demográfico com densidade média de apenas cerca de 1,5 habitante/km² e menos de 1 habitante/km² nas áreas rurais. Apenas 12% do território da região encontravam-se em propriedades privadas, sendo que mais de 80% dessas propriedades não eram desmatadas (MARGULIS, 2003, p. 18). Até meados do século XX, a Floresta Amazônica brasileira tinha permanecido praticamente intacta, embora iniciativas públicas e privadas de desenvolvimento na região terem existido na época colonial – elas eram antes de tudo geradoras de exploração de produtos florestais ou como se dizia na época, as drogas do sertão. Essas esporádicas intrusões criaram períodos de prosperidade, mas seus efeitos de longo prazo foram insignificantes (MAHAR, 1979).

O desmatamento começou a se tornar mais significativo nas últimas três décadas a partir da introdução do modelo de desenvolvimento e de integração pensado para a região, pautado por políticas de ocupação concretizadas por meio da implantação de grandes projetos de colonização e mineração, como o Polonoroeste, Projeto Carajás e construção de usinas hidroelétricas e rodovias (ALENCAR *et. al.*, 2004, p. 19). Esses projetos atraíram a população para terra firme e para novas áreas, abrindo grandes clareiras na floresta (BECKER, 2004).

Construções rodoviárias, tais como as rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e a BR-319 (Manaus-Porto Velho), acarretaram a abertura de grandes áreas de floresta para a entrada de agentes de desmatamento. O mero anúncio de projetos de construção e de melhoria de rodovias levou a uma corrida especulativa por terra, com “grileiros” (grandes pretendentes ilegais de terra), que frequentemente tomam posse de áreas extensas, com expectativa de lucros oriundos do rápido aumento do preço da terra, uma vez que a rodovia esteja completa.

Ângelo & Sá (2007) avaliam que a variação de diversos fatores socioeconômicos, tais como o preço do boi gordo, o efetivo do rebanho bovino, a produção de madeira em tora, a indústria madeireira, a malha viária, o crescimento econômico, a população, o crédito rural, a energia elétrica, o preço médio da terra, o preço da terra para agricultura e o preço da terra para pecuária, influencia no desflorestamento bruto na Amazônia.

Ao contrário do que normalmente é conjecturado, Campari (2005) evidencia que o desmatamento da Amazônia é uma fonte de ganhos econômicos privados, frequentemente significativos, ao mesmo tempo em que impõe externalidades negativas ou custos sociais (ambientais) associados ao desmatamento.

A maior parte dos modelos conceituais e explicativos a respeito do desmatamento e da mudança no uso da terra na Amazônia pode ser agrupada de acordo com uma destas quatro amplas variáveis: demografia (crescimento populacional e migração); socioeconomia (incentivos fiscais, inflação, mercado); políticas institucionais (colonização e restrições legais; e infraestrutura (urbanização, rodovias e mercado) (BRONDÍZIO, *et. al.*, 2002, p 133-134).

Um bom indicador da ligação entre o desmatamento e a economia tem sido a relação positiva entre a evolução anual do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e as taxas de perda de cobertura florestal (ALENCAR, *et. al.*, 2003; ÂNGELO & SÁ, 2007). Assim, quanto maior o capital disponível na economia nacional, maior será o volume de investimentos na Amazônia que acarretam desmatamento.

O processo de ocupação da Amazônia brasileira desencadeou uma série de fatores indutores do desmatamento, dentre os quais merecem destaque os projetos de colonização, a expansão da pecuária e fronteira agrícola, a exploração madeireira, a abertura de estradas e outras infra-estruturas, o sistema de concessão de direito de posse, o aumento populacional, a especulação por terras, o crescimento econômico regional, etc.

Entre essas causas do desflorestamento, as três principais, segundo ALENCAR *et. al.* (2003), são a conversão de florestas em pastagens para a criação de gado, o corte e a queima da floresta para cultivos anuais pela agricultura familiar e a implantação de cultivos de grãos pela agroindústria.

Os incentivos fiscais para os grandes projetos agropecuários tiveram papel importante, viabilizando a conversão de grandes áreas florestais em pastagens. Estes incentivos foram dirigidos a projetos de pecuária bovina extensiva (631 de 950 projetos foram aprovados por fundos entre 1966 e 1985) (KIRBY *et. al.*, 2006).

Segundo estudo recente elaborado por Ângelo & Sá (2007), a extração madeireira mostrou-se como o fator que mais afeta o desflorestamento na Amazônia, apesar de não ser identificada a origem dessa madeira. O aumento da população residente na região, muito embora não seja encarado como fator principal, também exerce bastante influência no processo do desflorestamento.

2.2.1. Gado e grãos na Amazônia

Os projetos de colonização desenvolvidos na região amazônica sempre privilegiaram e incentivaram as atividades agropecuárias, principalmente a pecuária bovina extensiva. Esta atividade se caracterizou pela baixa qualidade dos seus pastos e baixo rendimento das criações, exigindo assim uma área muito maior para suportar um determinado número de animais em relação ao desempenho obtido em outras regiões do Brasil (ÂNGELO & SÁ, 2007).

Segundo Hecht (1991), particularmente após o golpe militar em 1964, o desenvolvimento da Amazônia foi motivado pela grande pressão nacional e internacional – para manter a soberania nacional e proteger as fronteiras – que o novo governo se confrontou. Essas pressões levaram políticos a escolher a pecuária e o latifúndio como uma forma de estratégia de ocupação da Amazônia. Para Margulis (2003), os desmatamentos recentes em várias regiões da Amazônia são impulsionados pela pecuária em média e grande escalas. Piketty *et. al.* (2004) consideram a pecuária bovina um dos principais motores do desmatamento na Amazônia, visto que fazendeiros transformam imensas áreas de florestas primárias em pastagem para criar gado de corte. Levantamento do Greenpeace (2009), com dados do Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que cerca de 80% das áreas utilizadas na Amazônia Legal (exceto Maranhão) estavam ocupadas com pastagens. Entre 2002 e 2006, das 20,5 milhões de cabeças de gado adicionadas ao rebanho bovino brasileiro, 14,5 milhões estão na Amazônia (GREENPEACE, 2009; IBGE, 2006).

Barreto, Pereira & Arima (2008) estimam que aproximadamente 25,3 milhões de hectares foram potencialmente ocupados por pastos entre 1990 e 2006. Em 16 anos, o rebanho bovino nacional cresceu de 147 milhões de cabeças para 206 milhões, sendo que 80% deste aumento ocorreram na Amazônia Legal, cujo rebanho saltou de 26 milhões (18% do total nacional) para 73 milhões de cabeças (36% do total nacional) (ver Gráfico 1) (BARRETO; PEREIRA; ARIMA, 2008).

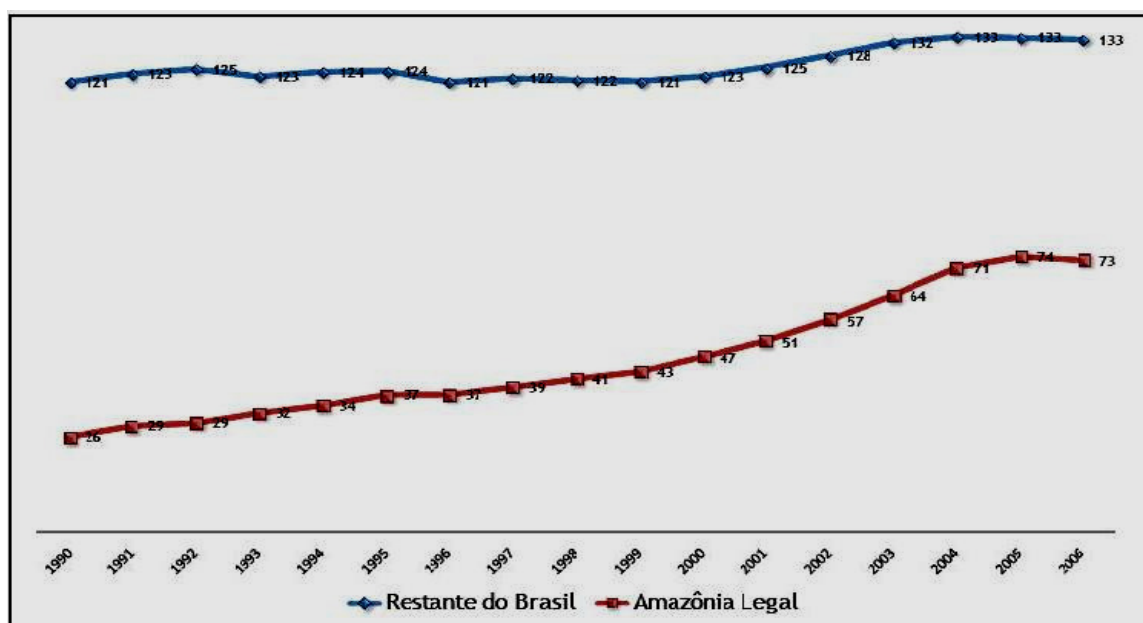


Gráfico 1: Evolução do rebanho bovino amazônico e nacional entre 1990 e 2006.
Fonte: BARRETO; PEREIRA; ARIMA, 2008.

Alguns dos motivos da expansão da pecuária na região amazônica seriam o desenvolvimento da economia regional e o aumento da demanda por carne bovina nos mercados urbanos, fatores que tornam a atividade economicamente rentável (FAMINOW, 1998; TONI *et. al.*, 2007). Outras causas apontadas para a expansão da pecuária na Amazônia são os subsídios governamentais e a especulação imobiliária na compra e venda de terras (HECHT, 1991).

Durante as décadas de 1970 e 1980, o aumento de áreas de pastagens foi comumente associado à alta inflação que assolava o país. O gado representava um ativo real que servia de *hedge* (seguro) contra a desvalorização monetária (TONI *et. al.*, 2007), além de valorizar as terras desmatadas onde se implementavam as pastagens (MAHAR, 1979). Na Amazônia, as vantagens econômicas de investimento em gado são óbvias: a existência de terra abundante e barata, propiciadora de rápido ganho de capital, exigências mínimas de mão-de-obra, e um bom mercado para o produto (MAHAR, 1979, p. 24). Mas é importante enfatizar que essas vantagens estão atreladas às políticas governamentais de investimentos em infraestrutura que possibilitaram a ocupação de grande parte da Amazônia, particularmente por meio da abertura de rodovias como a Belém-Brasília, a BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e a Transamazônica, em torno das quais se concentraram grandes frentes de expansão da fronteira agrícola, seja por meio de assentamentos e projetos de colonização, seja por meio de grandes fazendas (TONI *et. al.*, 2007).

Como está demonstrado no Gráfico 1, a pecuária bovina na Amazônia Legal deu um salto a partir da década de 1990. Barreto, Pereira e Arima (2008) estimam que em 2005 a produção total de carne a partir de gado da Amazônia ficou em torno de 2,8 milhões de toneladas. Os autores informam que os frigoríficos na Amazônia inspecionados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) destinaram 95% da produção para o mercado nacional e 5% para outros países. Do total destinado ao mercado nacional, 88% foram consumidos fora da Amazônia e 12% na região. Entre 2000 e 2006 o Mato Grosso foi o principal exportador e o maior responsável pelo crescimento das exportações de carne bovina da Amazônia (BARRETO; PEREIRA; ARIMA, 2008, p. 13).

A crescente demanda de carne no Brasil e no mundo, puxada pelo aumento populacional e pela ampliação da renda em países em desenvolvimento, tende a expandir ainda mais a pecuária na Amazônia. Agora é incerto dizer se a atividade será mais produtiva e sustentável, se usará áreas de pastagens antigas ou já desmatadas, ou se abrirá novas frentes de desmatamento.

Além da pecuária bovina, a produção de grãos na Amazônia brasileira também tem contribuído de forma considerável para impulsionar o desmatamento. As monoculturas de soja e algodão cresceram intensamente nos últimos dez anos. A atividade é uma dos responsáveis por fomentar novos desmatamentos, já que exige grande quantidade de terra (KIRBY *et. al.*, 2006). A principal cultura é a soja, impulsionada pela posição cada vez mais vantajosa da agroindústria brasileira no mercado de exportações e pelos investimentos em infraestrutura, especialmente pela pavimentação de estradas (NEPSTAD *et. al.*, 2002). Até 2004, cerca de 1,2 milhões de hectares foram convertidos em plantações de soja (GREENPEACE, 2006). Segundo o estudo do Greenpeace (2006), a produção de soja lidera o avanço da fronteira agrícola em direção à Amazônia, sendo uma das principais causas do desmatamento da Amazônia. Isto se dá, principalmente, pela crescente demanda global pelo grão aliada ao espaço reduzido para expandir a produção em campos limpos⁵ e de vegetação arbustiva no sul do Brasil.

O aumento da demanda pela soja tem levado, em municípios onde essa cultura já está estabelecida, à expansão da área plantada sobre áreas recém-desmatadas (ALENCAR *et. al.*, 2004). No Estado de Mato Grosso, grandes plantações de soja têm se alastrado em direção ao Norte a partir da área de cerrado (FEARNSIDE, 2001). Mato Grosso se tornou em poucos anos o maior produtor de soja do Brasil, responsável por quase um terço da safra total de 2004 (GREENPEACE, 2006).

2.2.2 Grilagem de terras e a indústria madeireira ilegal: o desmatamento “oculto”

Existem cerca de 100 milhões de hectares de terras sob suspeita de grilagem⁶ em todo o país (SAYAGO & MACHADO, 2004; IPAM, 2006). Na Amazônia, especificamente, os principais articuladores da expansão do desmatamento tal como é hoje praticado encontram-se, embora em diferentes hierarquias, no topo da cadeia da grilagem (IPAM, 2006). As principais vítimas desta ocupação ilegal de terras públicas têm sido as populações indígenas e os pequenos posseiros, que dependem da floresta para a sua sobrevivência (GREENPEACE, 2006). Na Amazônia a grilagem é propiciada:

Por um lado, pela imensidão das terras, pela difícil acessibilidade e pelas enormes distâncias e, por outro lado, e pela notória fragilidade do poder público na fiscalização e no controle de terras que pertencem à União e pela inconstância dos programas e projetos governamentais na região. (SAYAGO & MACHADO, 2004, p. 220).

⁵ O campo limpo é destituído de árvores, com uma composição bastante uniforme e com arbustos espalhados e dispersos. Ocorre em áreas do Cerrado e dos Pampas brasileiros.

⁶ A apropriação de terras públicas.

Geralmente, além do desmatamento propriamente dito (“corte raso” da floresta), registrado pelas imagens de satélite, a grilagem de terras está associada aos incêndios florestais e à exploração madeireira ilegal, que representam formas de “desmatamento oculto” (ALENCAR *et. al.*, 2004). Estas formas de uso da terra e dos recursos florestais deixam várias árvores em pé e, por isso, são mais difíceis de detectar em imagens orbitais. “Os incêndios ocorrem quando o fogo, utilizado como ferramenta de manejo pela pecuária bovina e pela agricultura de corte, escapa ao controle e queima áreas vizinhas” (ALENCAR *et. al.*, 2004, pp. 38-39).

Segundo estudo do Ipam (2006), a economia da grilagem está vinculada intimamente a outros setores de atividades, como a indústria madeireira. As análises estatísticas de Ângelo & Sá (2007) indicam a extração madeireira, originada também da extração seletiva ilegal, como um dos fatores que mais influenciam no desflorestamento. Tal atividade pode atingir, anualmente, uma área tão extensa (10.000-15.000 km²) quanto a desmatada anualmente na Amazônia (NEPSTAD, *et. al.*, 1999). O desmatamento é ilegal ou inapropriado quando:

a) visa apenas justificar a posse da terra, sendo usado de forma especulativa para “mostrar produtividade” aos órgãos governamentais; b) ocorre em terras inapropriadas ao cultivo agrícola e à criação de gado, levando a sistemas agropecuários de baixa produtividade; c) fere o Código Florestal (desmatamento de reserva legal e/ou das áreas de proteção permanente, Lei 4.771, de 15 de novembro de 1965), ou seja, é ilegal; d) ocorre em unidades de conservação, terras indígenas, ou em áreas de elevado valor para a conservação ou a utilização sustentável da biodiversidade; e) ocorre em áreas onde a melhor opção econômica de uso da terra é a florestal – seja para a produção madeireira, seja para a produção não-madeireira, ou para ambas. (ALENCAR *et.al.*, 2004, p. 23).

Na Amazônia ainda prevalecem as práticas de desmatamento ilegal que mercantilizam os recursos naturais. Em 2004, a estimativa era de que pelo menos 70% da área desmatada detectada pelos satélites do Inpe foram afetadas por ação criminosa. Em 2006, o índice de ilegalidade subiu para mais de 90% (GREENPEACE, 2008). Esse fator pode estar diretamente correlacionado ao crescimento da indústria da grilagem na região, em que o avanço sobre as terras públicas se aproveita das carências do poder público e da falta de governança (GREENPEACE, 2008), fomentando a exploração ilegal madeireira e a abertura de novas frentes na região. Segundo Becker (2005), essas frentes hoje são comandadas por madeireiros, pecuaristas e sojeiros.

2.3 O AVANÇO DO DESMATAMENTO

Desde 1988 o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)⁷ realiza medições anuais do desmatamento na Amazônia. Os índices têm apresentado oscilações significativas ao longo dos anos, como pode ser visto no Gráfico 2. As taxas anuais de desmatamento geralmente variam de acordo com as mudanças relacionadas às forças econômicas, que incluem picos no desmatamento em 1995, e nos primeiros anos do governo Lula, especificamente entre 2003 e 2004, quando houve o desmatamento de mais de 27 mil quilômetros quadrados (INPE, 2008), um recorde histórico superado apenas pelo índice de 1995, que ultrapassou 29 mil quilômetros quadrados (ver Gráfico 2).

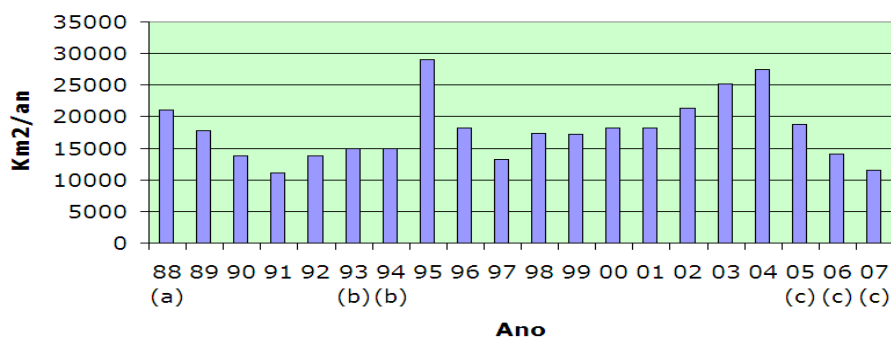


Gráfico 2: Desmatamento anual na Amazônia Legal (1988 a 2007)
(a) média entre 1977 e 1988; (b) média entre 1993 e 1994; (c) taxas anuais consolidadas⁸.
Fonte: Inpe, Prodes Estimativas Anuais, 2008.

Os dados do Inpe/Prodes confirmam a queda acumulada 59% do índice de desmatamento na Amazônia Legal entre 2004 e 2007 (de 27 mil km² para 18 mil em 2005; 14 mil km² em 2006; e 11,2 mil km² em 2007). Esta queda consecutiva pode estar ligada às taxas de câmbio desfavoráveis para exportações, combinada às ações do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), que previa a criação de milhões de hectares de áreas protegidas e operações de combate ao desmatamento ilegal (MMA, 2004; ABDALA, 2008), como a operação Curupira⁹, em Mato Grosso.

⁷ Desde 1988, a taxa de desmatamento anual é historicamente medida de agosto a agosto pelo Prodes (Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia), do Inpe. Os sensores dos satélites utilizados para o Prodes têm melhor resolução espacial do que os do sistema Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real). Porém, o processamento e análise das imagens são mais demorados e em geral os índices anuais são divulgados no ano seguinte.

⁸ O Inpe conceitua a taxa de desmatamento anual como um valor estimado, medido em quilômetros quadrados, interpolado para uma data de referência (1 de agosto), e que leva em conta a área das imagens coberta por nuvens. Sendo assim, no decorrer deste trabalho, a taxa de desmatamento será tratada desta mesma forma.

⁹ Essa operação foi realizada pelo Ibama e Polícia Federal em 2 de junho de 2005, e resultou na detenção de mais de uma centena de madeireiros, fazendeiros, despachantes e funcionários públicos estaduais e federais.

Segundo avaliação de Abdala (2008), a queda consecutiva do desmatamento nos últimos anos pode estar relacionada a uma conjunção de fatores, entre eles:

O desenvolvimento de novas estratégias de monitoramento de desmatamento pelo Inpe (Deter), as ações de fiscalização conjugadas com instrumentos de investigação criminal desenvolvidos pela Polícia Federal e Ministério Público, a criação de quase 20 milhões de hectares de unidades de conservação após a implementação de oito mil km² de Área de Limitação Administrativa Provisória, a homologação de 10 milhões de hectares de terras indígenas, a aprovação de lei de gestão de florestas públicas e a criação do Distrito Florestal Sustentável da BR 163, dentre outras várias ações implementadas no âmbito do PPCDAM. (p. 12).

Embora o patamar de desmatamento entre 2006 e 2007 seja equiparável ao menor de toda série histórica mapeada pelo Inpe, desde 1988, há novos fatores e tendências a ser considerados. Um deles é a participação dos desmatamentos com área inferior a 50 hectares “que aumentou de 29% em 2002, para 33% em 2003, 38% em 2004, 45% em 2005 e 54% em 2006” (ABDALA, 2008, p. 12). Segundo o autor, “os menores desmatamentos podem ter correlação direta com a descapitalização dos produtores rurais e, portanto, com reais dificuldades de assimilar ações de fiscalização mais contundentes” (2008, p. 14).

Além disso, o Inpe projetou pelo sistema Deter um aumento recorde de desmatamento nos últimos cinco meses de 2007 (que pode ter chegado a sete mil km²). Algumas explicações sobre as possíveis causas desta retomada do desmatamento foram apontadas pelo Greenpeace:

Uma delas é o fato de que apenas 31% do que estava planejado [no plano de combate ao desmatamento do governo Lula] foi cumprido. [...] Outra é o aumento nos preços das *commodities* agrícolas e da carne bovina. Uma terceira é a transferência da responsabilidade por monitorar e autorizar o licenciamento de propriedades rurais, a exploração de madeira e desmatamentos para os estados amazônicos, desaparelhados para a tarefa. (2008, p. 2).

2.3.1 Geografia do desmatamento: estados campeões

Desde que o Inpe iniciou o monitoramento anual do desmatamento da Amazônia, em 1988¹⁰, os estados do Mato Grosso e do Pará têm ocupado de forma isolada os primeiros postos. Enquanto Mato Grosso foi o campeão dos maiores desmatamentos registrados, o Pará nos últimos anos tem liderado o *ranking*, como pode ser visualizado no Gráfico 3.

¹⁰ A partir de 2002 as estimativas passaram a ser produzidas por classificação digital de imagens do satélite Landsat, seguindo a metodologia Prodes.

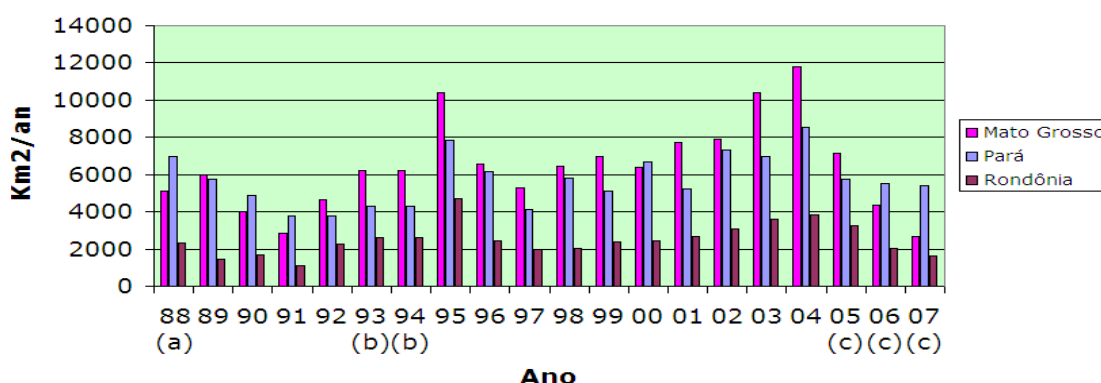


Gráfico 3: Desmatamento anual no Mato Grosso, Pará e Rondônia (1988 a 2007).
Fonte: Inpe, Prodes Estimativas Anuais, 2008.

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)¹¹ também tem trabalhado com o monitoramento do desmatamento da Amazônia por meio do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD)¹². As informações obtidas pelo SAD têm sido divulgadas por meio de boletins mensais chamados de “Transparência Florestal”, disponibilizados no sítio eletrônico do Imazon (<http://www.imazon.org.br>).

Segundo os dados recentes do Inpe e do Imazon, Mato Grosso e Pará têm sido os estados líderes em desmatamento na Amazônia Legal. Em outubro de 2008, foram registrados 102 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal pelo Imazon, ocorrendo com mais intensidade nas regiões da Terra do Meio e da BR-163 (Estado do Pará), noroeste de Mato Grosso, norte de Rondônia e região sul do Amazonas. (SOUZA JÚNIOR; VERÍSSIMO; COSTA, 2008). Já segundo alertas do Deter¹³, no mesmo período, a área desmatada foi de 541 quilômetros quadrados, com a liderança dos estados de Mato Grosso e Pará (que desmataram 232 e 218 quilômetros quadrados, respectivamente).

Na avaliação de Alencar *et. al.* (2004), os grandes desmatamentos no Mato Grosso resultaram, em geral, da conversão de florestas em áreas de pecuária extensiva de grande porte, ou em lavouras em larga escala, como a soja. Já no Pará grande parte das aberturas na floresta está relacionada às atividades de pecuária em pequena escala, tanto para a

¹¹ Fundado em 1990, o Instituto é uma associação sem fins lucrativos e qualificada pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). A sua sede fica em Belém, Pará.

¹² O SAD foi desenvolvido pelo Imazon. Utiliza imagens *Modis* e tem capacidade de detectar automaticamente incrementos de desmatamentos adjacentes às áreas desmatadas do tamanho do pixel das imagens *Modis* (6,25 hectares) a cada 16 dias. O SAD está operacional no Estado do Mato Grosso desde agosto de 2006 e por toda Amazônia desde agosto de 2007. O SAD só é utilizado para detectar desmatamento (corte raso) e não inclui dados de degradação progressiva das florestas.

¹³ O sistema do Inpe de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) identifica e mapeia áreas desflorestadas em formações florestais na Amazônia. Esse sistema utiliza imagens dos sensores *Modis*, a bordo do satélite Terra, da Nasa, e imagens do WFI, a bordo do satélite brasileiro CBERS-2B do Inpe. Esses sensores cobrem a Amazônia com alta frequência temporal, de dois e cinco dias, respectivamente, mas com resolução espacial limitada de 250 metros e 260 metros (WFI).

produção leiteira, como para a cria e engorda por pequenos e médios fazendeiros (ALENCAR *et. al.*, 2004).

Os outros estados da Amazônia Legal brasileira – Acre, Amazonas, Maranhão, Amapá, Roraima e Tocantins – também contribuem com o avanço do desmatamento. No entanto, entre 1988 a 2007, o total desmatado anualmente por esses estados tem sido menos significativo em comparação à de Mato Grosso e Pará, como mostram os gráficos abaixo:

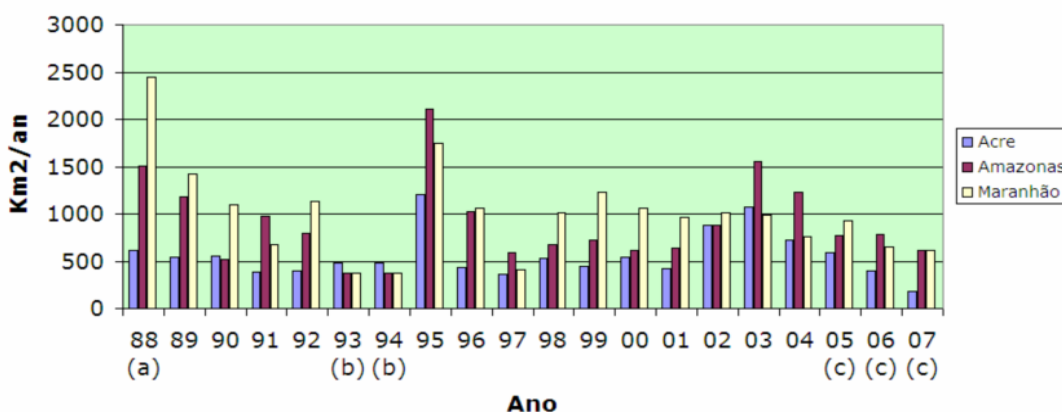


Gráfico 4: Desmatamento anual no Acre, Amazonas e Maranhão (1988 a 2007).
Fonte: Inpe, Prodes Estimativas Anuais, 2008.

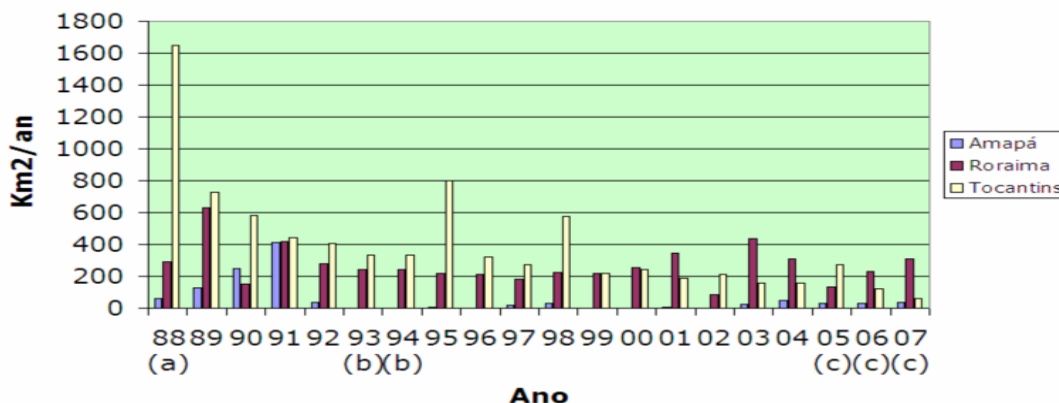


Gráfico 5: Desmatamento anual no Amapá, Roraima e Tocantins (1988 a 2007).
Fonte: Inpe, Prodes Estimativas Anuais, 2008.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS: PARADOXOS

O combate ao desmatamento no Brasil tem feito parte da agenda do governo e, principalmente, das organizações ambientalistas nacionais e internacionais. Monitoramento e repressão compreendem atualmente a estratégia principal para diminuir a destruição de

florestas (FEARNSIDE, 2005). Mas a história de planos e programas governamentais brasileiros de combate ao desmatamento não evidencia resultados que possam ser chamados de “eficientes”, principalmente se forem considerados o desmatamento nos últimos meses de 2007, após dois anos sucessivos de queda nas taxas (2005 e 2006)¹⁴.

Na verdade, o que se observa é que os planos de combate ao desmatamento tenderam a ser concebidos em meio a políticas públicas paradoxais, ou seja, foram lançados, sempre, no bojo de programas governamentais de investimento em obras de infraestrutura que têm reforçado o desmatamento (ALENCAR *et. al.*, 2004, p. 19).

No âmago dessa contradição, encontra-se a constatação descrita por Mattos *et. al.*:

Nos últimos 30 anos, o processo intenso de ocupação humana na fronteira amazônica tornou-se possível graças às políticas públicas que consideraram a floresta como um obstáculo ao desenvolvimento, negligenciando seu potencial valor de uso múltiplo. (2001, p. 14).

Os programas desenvolvimentistas militares não adotavam o conceito de sustentabilidade, que foi incorporado de forma tardia pela sociedade brasileira (CHERMONT, 2002). No entanto, em termos de políticas ambientalistas, não se pode julgar que o governo militar foi completamente nulo, pois foi em 1965, que se instituiu o Código Florestal brasileiro. Dois anos depois, em 1967, instituiu-se a Lei de Proteção da Natureza. Esses dois instrumentos refletem preocupações pioneiras da sociedade brasileira com a proteção do meio ambiente, as quais não sofreram obstrução expressa do regime autoritário prevalecente.

Foi na gestão do presidente José Sarney que ocorreu a primeira iniciativa que adotou de forma mais clara a concepção de desenvolvimento sustentável. O “Programa Nossa Natureza”, acoplado à criação do Ibama, buscou na Amazônia favorecer as comunidades locais, os colonos recém-chegados e os governos locais que não tinham até então recebido qualquer apoio financeiro do governo federal. Contudo, o programa apresentava um forte viés de “monitoramento e controle”, qualificando-o dentro de um espectro coercitivo, ou repressivo, nas palavras de Fearnside (2005), sendo que, em sua totalidade, os resultados foram considerados inexpressivos (SERRA & FERNÁNDEZ, 2004).

¹⁴ Segundo dados do Inpe, o desmatamento na Amazônia Legal caiu 25% entre agosto de 2005 e julho de 2006. No período, a região perdeu 14.039 km² de suas florestas, ante 18.793 km² no período anterior.

Foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que se fundamentaram as primeiras iniciativas que apreendiam em suas concepções o “desenvolvimento sustentável” da região amazônica. A medida mais notável se deu no ano de 1995, com o lançamento do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). O objetivo geral era “proteger a biodiversidade da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, reduzir as emissões de gás carbônico, promover a melhoria da qualidade de vida das populações locais e fornecer experiência em cooperação internacional em questões ambientais globais” (SERRA & FERNÁNDEZ, 2004).

Porém, tornou-se visível no governo FHC que a nova estratégia de desenvolvimento e conservação concebida pelo governo federal para a região amazônica entrava em contradição com outros programas. O PPG7 foi lançado em 1995, mas em 1996 o Governo Federal lançou o Plano “Brasil em Ação”, seguido, em 2000, do programa “Avança Brasil”, e mais recentemente, no governo Lula, do plano “Brasil de Todos” (BRASIL, 2003). Os três apresentam propostas de expansão dos investimentos produtivos e de infraestrutura, principalmente, para a região amazônica.

O “Avança Brasil” foi alvo de muitas críticas de cientistas vinculados à proteção da Amazônia, já que previa investimentos de cerca de quarenta bilhões de dólares na construção e recuperação de cerca de 7.500 km de estradas, aumentando drasticamente a acessibilidade a muitas áreas remotas (FERREIRA *et. al.*, 2005). Os pesquisadores do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), por exemplo, discutiram os custos ambientais do “Avança Brasil” em estudo liderado por Daniel Nepstad, em 2000, sobre o desmatamento associado às futuras rodovias (FEARNSIDE & LAURANCE, 2002). O grupo do Ipam calculou que o desmatamento adicional causado por elas seria de 120 mil a 270 mil quilômetros quadrados ao longo de 20 ou 30 anos, levando à emissão de 6 a 11 bilhões de toneladas de carbono (200 a 550 milhões de t/ano).

Além disso, o “Avança Brasil” foi qualificado como um “eco” de programas passados, que favoreceram a extração de madeira, a agricultura e a pecuária. “Como o próprio nome do projeto sugere, pretende-se que o crescimento econômico traga avanços para o Brasil, e nesse caso a Amazônia representa esse potencial espaço para avançar”. (CHERMONT, 2002, p. 4). Outra crítica ao “Avança Brasil”, feita por Kirby *et. al.* (2006), é que houve uma “miopia” ambiental e aparente desconexão de políticas sociais e desenvolvimentistas que poderiam melhorar a “qualidade de vida” da população. Os indicadores mostram que as políticas de desenvolvimento continuam a favorecer setores cujos interesses econômicos

coincidem com as prioridades governamentais, às expensas da população e da sustentabilidade regional (CARVALHO *et. al.*, 2002).

Serra & Fernández (2004) avaliam que houve contradições das políticas no Governo Fernando Henrique Cardoso. Eles salientam que políticas “verdes” e objetivos econômicos tradicionais de crescimento econômico podem ser conflitantes, tanto no Brasil quanto em outros contextos. Não obstante, os autores avaliam que um acirramento do conflito pode estar existindo em face de uma mudança básica na maneira pela qual o governo brasileiro e a sociedade, inclusive a internacional, olham para a região amazônica. As conjecturas de Serra & Fernández (2004) coincidem com as conclusões de Carvalho *et. al.* (2002) e Alencar *et. al.* (2002), os quais enfatizam que a polarização de políticas públicas repercute, inexoravelmente, nos seus resultados efetivos, em geral, com prejuízos maiores contabilizados às políticas conservacionistas.

Ciente dessa problemática, a Presidência da República (governo Lula) propôs, em 2004, um Plano para a Amazônia, cuja concepção sugere um novo passo dentro do escopo do desenvolvimento sustentável regional. Uma discussão sobre esse plano é feita seguir.

2.4.1 O plano de combate ao desmatamento do governo Lula

Em março de 2004, o Governo Federal lançou o Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), com o envolvimento de 13 ministérios. As suas justificativas partiram das deficiências e contradições históricas no conjunto das políticas públicas propostas para a região, entre as quais estão:

A implantação de rodovias e outras obras de infraestrutura com fortes impactos sobre a ocupação e uso dos recursos naturais, na ausência de ações prévias de ordenamento territorial e fundiário, de prevenção e mitigação de danos ambientais; conflitos entre a legislação ambiental e a política fundiária, referentes à alienação de terras públicas, regularização fundiária, e reforma agrária; e no âmbito das políticas produtivas (crédito, incentivos fiscais, assistência técnica e extensão rural, pesquisa científica e tecnológica), a falta de priorização para a melhor utilização de áreas desmatadas (em termos de sustentabilidade e eficiência econômica) e de valorização da floresta para fins de manejo de produtos madeireiros e não-madeireiros, e para a prestação de serviços ambientais. (MMA, 2004, p. 16).

A partir dessa avaliação, o governo do presidente Lula concebeu, por meio do Decreto Presidencial de 03 de julho de 2003, o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, que desenvolveu o PPCDAM, sobre a égide das bandeiras da transversalidade e integração de trabalhos dentre as pastas

governamentais (MMA, 2004). Quatro subgrupos foram instituídos no sentido de organizar as linhas de atuação e instrumentos de cada ministério, como descrito no Quadro 1:

Subgrupo	Área de Atuação e Instrumentos
Ordenamento Fundiário e Territorial	- instrumentos de ordenamento territorial com enfoque para política fundiária, unidades de conservação e estratégias de desenvolvimento local sustentável.
Monitoramento e Controle	- instrumentos de monitoramento, licenciamento e fiscalização de desmatamento, queimadas e exploração madeireira.
Fomento a Atividades Sustentáveis	- crédito rural e incentivos fiscais, assistência técnica e extensão rural, pesquisa científica e tecnológica.
Infraestrutura	- políticas de infraestrutura, com enfoque para os setores de transporte e energia.

Quadro 1 – Linhas de atuação dos quatros subgrupos do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal.
Fonte: MMA – Ministério do Meio Ambiente, 2004.

Análises recentes mostram que, a exemplo do governo do ex-presidente José Sarney, o lado que mais se desenvolveu do PPCDAM foi o dos instrumentos de comando e controle, conduzidos pelo subgrupo Monitoramento e Controle, coordenado pelo Ibama. Uma das ações desse subgrupo foi a Operação Curupira, realizada em conjunto com a Polícia Federal. Com enorme repercussão na mídia, a Curupira paralisou as frentes de desmatamento, principalmente no estado de Mato Grosso, o campeão em destruição florestal (GREENPEACE, 2005).

Apesar de todo o primor na estratégia de concepção e nas articulações de estratégias, com o discurso politicamente conveniente da transversalidade, o Plano do Governo Lula deu, logo de início, sinais de engessamento (GREENPEACE, 2005). Um dos problemas alegados, segundo relatório do Greenpeace, foram as diversas falhas na sua execução, principalmente ligadas às atividades de ordenamento territorial. Em outra avaliação, o Greenpeace constatou “que a coordenação exercida pela Casa Civil foi insuficiente, resultando na não execução de ações previstas pelos ministérios e suas autarquias e pela política ambígua, nitidamente contrária ao combate do desmatamento” (GREENPEACE, 2008, p. 19).

Para Abdala (2008), o desequilíbrio no desempenho entre os subgrupos foi um dos fatores determinantes da pouca efetividade das ações do plano sobre as principais causas dos desmatamentos. Além disso, o autor pontua que “não houve consenso no governo federal com relação às principais causas a serem enfrentadas, o que afeta substancialmente seus resultados”. (ABDALA, 2008, p. 82).

Em resumo, faltou coordenação das atividades dos subgrupos, investimento do governo e transversalidade nas ações entre os ministérios. Muitas causas do insucesso de algumas ações do Plano, constatadas pelo Greenpeace (2005; 2008) e por Abdala (2008), têm a ver com a falta de interesse político e com a ausência de recursos financeiros, de pessoal técnico qualificado e de participação social. São situações comuns em outras políticas públicas e instrumentos de gestão ambiental que não são implementados pela ausência de Estado no sentido de regulação pública e de vulnerabilidade institucional (SCARDUA & BURSZTYN, 2003).

Outro fator do insucesso das políticas ambientais está nas forças do mercado incitadas por políticas governamentais de estímulo às exportações, com o objetivo de gerar *superávits* na balança comercial. O Plano Plurianual 2004-2007 e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), formulados pelo governo Lula, deixam claro que as linhas centrais do modelo de desenvolvimento serão mantidas. As duas políticas prevêm investimento em infra-estrutura, aumento do Produto Interno Bruto (PIB), ampliação de exportações de commodities agrícolas e geração de mais de sete milhões de empregos.

O PAC, lançado em janeiro de 2007, prevê aplicar em quatro anos um total de investimentos em infraestrutura da ordem de R\$ 503,9 bilhões, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos (BRASIL, 2007). Com a posterior inclusão de novas ações, o montante para o período subiu para R\$ 646 bilhões (BRASIL, 2009). Muitas dessas obras previstas no PAC serão destinadas à Região Norte, principalmente no que se refere à geração de energia e investimento em transportes.

2.4.2 Plano Amazônia Sustentável

Um ano após o PAC, o governo federal lançou o Plano Amazônia Sustentável (PAS), elaborado inicialmente sob a coordenação geral do Ministério da Integração Nacional (MI) e da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Algumas justificativas do PAS foram praticamente as mesmas de planos anteriores, ao considerar que as políticas

públicas voltadas para o desenvolvimento da Amazônia brasileira foram implantadas em contextos de baixa legitimidade política e tênue base institucional, apresentando resultados insatisfatórios (MMA, 2004).

O PAS tem com o objetivo definir as diretrizes para o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira (MMA, 2008). Contudo, o plano contempla as mesmas diretrizes gerais para as ações estruturantes de desenvolvimento do PPA 2008-2011 e do PAC. Segundo consta no texto de apresentação do Plano:

O PAC, aliás, casa-se coerentemente com as diretrizes estratégicas do PAS, que estabelece a ampliação e melhoria da infra-estrutura como um de seus pilares e condição para impulsionar o pleno desenvolvimento econômico e social da Amazônia, tendo necessariamente como pressuposto, o planejamento estratégico das obras. (MMA, 2008, p. 8).

O PAS também apresenta consonância com o PPCDAM, em que palavras e expressões-chave como sustentabilidade, presença do Estado, ordenamento territorial, combate à ilegalidade, valorização de recursos naturais compõem de forma recorrente os discursos dos dois planos (ABDALA, 2008).

Desta maneira, constata-se que os planos e programas lançados pelo governo para a região amazônica são exemplos claros de políticas públicas paradoxais. O próprio texto do PPCDAM destaca que "uma série de deficiências e contradições históricas no conjunto das políticas públicas, que paradoxalmente, a despeito do interesse de preservação do Bioma, incentivavam o desmatamento". (ABDALA, 2008, p. 35).

3 O DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA NA IMPRENSA

3.1 MÉTODO E UNIVERSO PESQUISADO

Este estudo da cobertura jornalística do “desmatamento da Amazônia” tem por objetivos avaliar o espaço que o tema ocupou ao longo dos períodos pesquisados e identificar cinco aspectos da cobertura: 1) as fontes de informação consultadas; 2) os atores citados; 3) os assuntos mais abordados; 4) os principais focos das notícias; e 5) as causas do aumento ou queda do desmatamento apontadas pelas fontes e atores nos meios de comunicação pesquisados. A intenção é mostrar também as diferenças da cobertura dos jornais de grande circulação nacional nos três momentos escolhidos para a análise, fornecendo uma visão geral do comportamento da mídia impressa nacional sobre o tema.

O material selecionado para a análise engloba as matérias jornalísticas publicadas por três jornais impressos nacionais – *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e *O Globo* – sobre o desmatamento da Amazônia nos anos de 2005, 2007 e 2008. Especificamente, foram estudados três momentos distintos da divulgação do índice de desmatamento da Amazônia Legal, cada um correspondente a três semanas de cada ano: o período de 12 de maio a 1 de junho de 2005; o período de 4 a 24 de agosto de 2007; e o período de 17 de janeiro a 06 de fevereiro de 2008. Cada um desses períodos representa a semana da divulgação da taxa de desmatamento, a semana anterior à divulgação da taxa de desmatamento e a semana posterior à divulgação da taxa de desmatamento.

A escolha desses três momentos se deu em função da quantidade de matérias publicadas sobre o tema, com diferentes enfoques, discursos e debates, além da especificidade do contexto histórico-político do momento. O período selecionado do ano de 2005 corresponde ao momento de divulgação do segundo maior índice de desmatamento (2003-2004)¹⁵, desde que o monitoramento começou a ser feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 1988. Já no período de 2006 a 2007 houve uma queda do desmatamento da Amazônia em cerca de 30% com relação ao período anterior¹⁶. E no início de 2008 houve a divulgação da taxa de desmatamento de 3.235 quilômetros quadrados

¹⁵ O INPE estima que o desmatamento no período de agosto de 2003 a agosto de 2004 foi de 27.423 km². Esta quantidade só foi menor a de 1995, quando foi desmatado 29.059 km².

¹⁶ Neste período, o Inpe estima que a taxa projetada de desmatamento no período de agosto de 2006 a agosto de 2007 foi de 11.532 km². A taxa de 2005-2006 foi estimada em 18.846 km².

entre agosto e dezembro de 2007, um recorde desde que foi iniciado o monitoramento em tempo real pelo sistema Deter¹⁷, há quatro anos.

A intenção foi fazer uma avaliação do comportamento da mídia impressa na cobertura do desmatamento da Amazônia nesses três períodos distintos, verificando a quantidade de matérias produzidas pelos três jornais, as fontes de informação utilizadas, os diversos temas relacionados, os focos principais dos textos jornalísticos, os atores considerados e as causas citadas.

A definição do universo, para além da escolha dos dias a serem analisados, implicou na pesquisa da palavra-chave “desmatamento”. Após a seleção do conjunto de notícias, que incluem reportagens, matérias, editoriais, artigos opinativos e entrevistas, foi realizada uma triagem com o intuito de excluir da amostra as peças jornalísticas que não se enquadrassem no tema “desmatamento da Amazônia”. As notas não foram consideradas por não apresentarem elementos suficientes para a análise. A amostra final foi de 206 matérias jornalísticas publicadas.

O método utilizado para a classificação e sistematização das matérias jornalísticas foi o da análise de conteúdo, com o objetivo de delinear o perfil quantitativo e as principais tendências gerais da cobertura, identificando os atores envolvidos, as fontes consultadas e os temas abordados.

Essa prática de análise de mídia de temas ligados à questão ambiental foi utilizada por outros pesquisadores, como Motta *et. al.* (2006) e Medeiros (2007), que abordaram a cobertura dos transgênicos na grande imprensa. Similarmente, a ANDI¹⁸ publicou em 2008 a pesquisa "Mudanças Climáticas na Imprensa Brasileira" (ANDI, 2008), com a análise de 997 textos, publicados em 50 jornais brasileiros, de 2005 a 2007. O estudo da agência de notícias foi inspirado no de Boycoff & Boycoff (2004) sobre a cobertura americana do Aquecimento Global¹⁹.

¹⁷ Como esse sistema só registra cerca de 40% da área realmente devastada, o governo estima que o estrago tenha sido maior no período, chegando a 7.000 km².

¹⁸ A Agência de Notícias dos Direitos da Infância realiza desde 1992 um trabalho com a mídia, por meio de ações de conscientização, qualificação e mobilização na área dos direitos da criança e do adolescente. Mais recentemente aderiu ao tema mudanças climáticas como um dos seus focos de estudo.

¹⁹ Os autores fizeram a análise da cobertura das Mudanças Climáticas, no período de 1988 a 2002, dos jornais de prestígio dos Estados Unidos (*The New York Times*, *The Washington Post*, *Los Angeles Times* e o *The Wall Street Journal*).

A análise de conteúdo é potencialmente uma das mais importantes técnicas de pesquisa empírica na área da Ciência Social, usada principalmente em pesquisas de jornalismo e comunicação. Krippendorff (2004), em seu livro *Content analysis: an introduction to its methodology*, discute três características distintas da análise de conteúdo contemporânea: 1) empiricamente enraizada, exploratória no processo que transcende noções tradicionais de símbolos, conteúdo, e de intenções, e que tenha sido forçada a desenvolver uma metodologia que seja própria; 2) um plano que permite aos pesquisadores, executar, comunicar e reproduzir; e 3) uma análise crítica independente da conveniência de seus resultados.

Segundo Fonseca Júnior (2006), a análise de conteúdo, em concepção ampla, refere-se a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa. No contexto dos métodos de pesquisa em comunicação de massa, a análise de conteúdo se ocupa basicamente da análise de mensagens, o mesmo ocorrendo com a análise semiótica.

A análise aqui apresentada foi sistematizada em cinco categorias:

- 1) *Fontes de informação*: instituições, autoridades ou atores consultados pelos autores da matéria – são aquelas pessoas ou instituições que tiveram “voz” e emitiram opiniões nos textos analisados.
- 2) *Atores*: aqueles que foram mencionados nas matérias jornalísticas, tanto pelos autores das notícias quanto pelas fontes consultadas.
- 3) *Temas*: assuntos relacionados ao desmatamento da Amazônia mencionados nos textos analisados, como agricultura, políticas públicas, regularização fundiária etc.
- 4) *Focos*: principais assuntos discutidos no texto, como, por exemplo, os sistemas de monitoramento do desmatamento, estudos ambientais e conflitos políticos.
- 5) *Causas do desmatamento*: principais causas do aumento ou queda do desmatamento, reportadas pelos meios de comunicação pesquisados.

Enfatizamos que os resultados não podem ser generalizados, visto que foram estudados momentos e períodos específicos da divulgação das taxas de desmatamento da Amazônia. Os resultados podem ser tratados como indícios, evidências que apontam comportamentos e tendências do que se passa no variado e complexo universo dos meios de comunicação de massa em geral e, em particular, dos grandes jornais brasileiros.

3.2 OS JORNAIS ANALISADOS: HISTÓRICO E PERFIL

Este trabalho focaliza em três jornais: *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e *O Globo*²⁰, que foram escolhidos por serem considerados os três maiores jornais do Brasil. Estão entre os de maior tiragem e circulação do País. Projetam-se como nacionais, tanto na abrangência territorial e temática quanto na influência nas tomadas de decisão de políticos e empresários. Para explicitar melhor a escolha dos três jornais, utilizaremos, em grande parte, o trabalho de Sant’anna (2008a) sobre a crise do jornalismo impresso e as perspectivas futuras da FSP, OESP e GLB. Segundo o autor, os três jornais:

[...] procuram cobrir os temas de relevância nacional e preservar sua saúde financeira e a diversidade de suas carteiras de anunciantes, ambas com precondições do que consideram sua independência editorial. (SANT’ANNA, 2008a, p. 27).

A escolha desses jornais se deu também porque foram os que mais apresentaram matérias – que incluem editoriais, artigos opinativos e reportagens – sobre o desmatamento da Amazônia no período pesquisado. Inicialmente, a intenção era trabalhar também com o *Correio Braziliense* e o *Jornal do Brasil*, tidos como jornais de projeção nacional. No entanto, pouco espaço para esta temática foi dado por estes dois jornais, que se ativeram em publicar as taxas de desmatamento quando divulgadas pelo Inpe.

Além disso, o *Jornal do Brasil* perdeu algumas das características essenciais que o faziam pertencer ao mesmo grupo do OESP, da FSP e do GLB. No ano 2000, foi arrendado a um empresário sem tradição no ramo, o que significou “uma drástica falta de investimento, o que reduziu o número de jornalistas, a circulação, a penetração nacional e a qualidade do produto” (SANT’ANNA, 2008a, p. 28). O *Correio Braziliense*, como pontua o mesmo autor, não tem o mesmo alcance e circulação dos três grandes jornais, apesar de explorar uma temática de abrangência nacional, colocando no topo de prioridade os grandes temas políticos e econômicos. Os jornais OESP, FSP e GLB formam um conjunto relativamente homogêneo, como explica o autor:

[...] Têm custos industriais e logísticos semelhantes, receitas e margens de lucro próximas; pagam salários equiparáveis; adotam critérios editoriais próximos; têm finalidades, problemas e soluções parecidos. (SANT’ANNA, 2008a, p. 28)

²⁰ Neste trabalho, os jornais analisados serão referenciados pelas seguintes siglas: GLB (O Globo), FSP (Folha de São Paulo) e OESP (O Estado de São Paulo).

Por todos esses aspectos, eles são reconhecidos como os três grandes jornais do País. Sendo assim, serão tratados algumas vezes, nesse trabalho, como um único objeto. As diferenças entre eles serão apontadas quando relevantes.

Dos três veículos, o OESP é o mais antigo. Foi fundado em 1875 por um grupo de abolicionistas e republicanos, com a finalidade de lutar contra a escravidão e o regime monarquista no Brasil. Foi o primeiro diário a ser vendido também nas ruas da cidade de São Paulo, a partir de 23 de janeiro de 1876; “até então os jornais eram distribuídos apenas por meio de assinaturas e exemplares avulsos só podiam ser encontrados nas redações”. (MELO & QUEIROZ, 1998, p. 164).

Em 1902, o OESP seria o grande órgão político na capital paulista, como observa Sodré:

[...] se desenvolve mais rapidamente e em que as relações capitalistas depressa se generalizam: a cidade de São Paulo é, agora, centro industrial de grande desenvolvimento, “o maior parque industrial da América Latina”, como os paulistas se habituarão a proclamar, logo adiante. Em 1906, a redação passa a funcionar à Praça Antônio Prado. No ano seguinte a empresa volta a ser sociedade anônima, quando apresenta tiragens de 35.000 exemplares de 16 a 20 páginas. (1999, p. 323)

A família Mesquita assumiu o controle em 1902 e está na quarta geração à frente do jornal. Desde aquela época, o OESP era um jornal ostensivamente de oposição, tendo apoiado o candidato da Aliança Liberal para a presidência, em 1929, e a Revolução Constitucionalista de 1932. Nas palavras de Melo & Queiroz (1998):

O Estado de São Paulo era um jornal de noticiário pesado, conservador no estilo e na forma, enfim, um jornal difícil de ler, embora, do lado político, se avalie a si mesmo como um veículo de extraordinária independência editorial, citando sua adesão à Revolução Constitucionalista de 1932, a luta pela redemocratização do País em 1945, a ruptura com o regime militar em 1968. (p. 165-166)

Em 1996, a redação do OESP passou por um processo de grandes modificações. Foi quando surgiu o Caderno 2, direcionado aos de leitores mais jovens, já que na época 70% dos leitores tinham mais de 35 anos (MELO; QUEIROZ, 1998, p. 165). Em outubro de 2004, o jornal passou por “uma reforma gráfica radical, que lhe tirou o ar tradicionalmente pesado e sisudo, dando-lhe feição mais moderna e mais leve. Deu maior peso às reportagens especiais e maior agressividade ao jornal”. (SANT’ANNA, 2008a, p. 145-146).

O OESP teve, em 2007, tiragem média diária de 241 mil exemplares, o que o coloca em quarto lugar no ranking nacional, depois da FSP, GLB e *Extra* – jornal popular do Rio de Janeiro. O grupo detém também o *Jornal da Tarde*, a *Rádio Eldorado* (AM e FM) e uma gráfica, entre outros interesses (como as Listas Telefônicas).

A FSP surgiu em 1960, da fusão *Folha da Noite*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*, com o lema: “um jornal a serviço do Brasil”. (MELO; QUEIROZ, 1998, p. 157). Daquela época até hoje, a empresa editora passou por diversos donos e a sua filosofia editorial sofreu mudanças ao longo dos anos. Em 1962, a empresa foi vendida para os empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, que iniciaram na FSP uma revolução tecnológica, transformando-a, a partir de 1980, no diário de maior circulação e de maior influência no Brasil. “Era um jornal defensor de um jornalismo apartidário, pluralista, moderno e crítico”. (MELO; QUEIROZ, 1998, p. 158). Dos três jornais, a FSP é a única que continua sendo gerida pelos herdeiros do dono, os irmãos Otavio Frias Filho e Luís Frias. Otavio é o diretor editorial e Luís é o presidente da empresa.

O aspecto gráfico da FSP tem se renovado constantemente. Em 1983, foi a pioneira ao instalar computadores na redação. Nos anos 1980, a FSP passou por arrojadas reformas, com base em um projeto editorial que modernizou o jornal.

A Folha de São Paulo inovou com o seu *Manual de Redação*, que impôs normas de conduta aos jornalistas, a mais famosa delas a de ‘ouvir o outro lado’. Também introduziu a divisão do jornal em cadernos temáticos e instituiu a figura do *ombudsman*, espécie de ouvidor. Sua última reforma gráfica foi feita em maio de 2006, mas com alterações superficiais, seguindo a matriz introduzida nos anos 1980. (SANT’ANNA, 2008a, p. 147- 148, grifo do autor)

Com o lançamento do caderno “Cidades”, em 1987, a FSP passou a ser o primeiro jornal do País totalmente organizado em cadernos. Segundo Melo e Queiroz assinalam:

Quando circulou pela primeira vez, a Folha de São Paulo não possuía gráfica própria. Hoje controla o maior centro tecnológico gráfico da América Latina, com 24.924 m², dotado de duas rotativas Uniman e duas Geoman, que aumentam a capacidade de impressão do jornal em 41,7%, aumentando-a para 1,7 milhão de cópia por hora e multiplicando por 12 a velocidade de impressão em cores. (1998, p. 159)

Com todas estas inovações, a FSP ultrapassou em tiragem o seu concorrente direto, OESP, e consolidou-se, nos últimos anos como o jornal de maior circulação do País, com 302 mil exemplares de média diária, em 2007.

O GLB foi fundado em 1925 pelo jornalista Irineu Marinho, junto com Hebert de Moses e Justo de Moraes, e está na terceira geração da família Marinho. Os precursores tinham como proposta colocar em circulação um jornal “que inovasse os padrões da imprensa carioca, declarando-se independente, sem afinidade com o governo e livre de interesses conjugados com empresas privadas”. (MELO; QUEIROZ, 1998, p. 170). O GLB tem sido um jornal muito ligado às questões políticas e sociais do País. “Desde sua fundação defendia o aumento do salário mínimo e combatia a carestia. Geralmente seus posicionamentos têm sido de direita e às vezes contraditórios”. (MELO; QUEIROZ, 1998, p. 170). Com a eleição e posse de Getúlio Vargas na década de 1950, o GLB prosseguiu sua intensa oposição ao governo e combatendo fortemente o comunismo. Em 1965, o GLB foi acusado de ter recebido cinco milhões de dólares e de ter vendido o prédio da *TV Globo* ao grupo *Time-Life*, configurando-se a existência de uma sociedade entre essas duas empresas, o que era proibido pela Carta Magna do Brasil e pelo Código Brasileiro de Telecomunicações.

Com o definhamento do *Jornal do Brasil*, a partir dos anos 1990, o GLB ficou sem concorrente no Rio. Sua tiragem média, em 2007, foi de 280 mil exemplares, o que o coloca em segundo ou terceiro lugar, dependendo das oscilações da tiragem do *Extra*, também pertencente às Organizações Globo²¹, que teve circulação média diária de 273 mil exemplares naquele ano (SANT’ANNA, 2008a).

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo foram analisadas 206 matérias dos jornais OESP, FSP e GLB. No ano de 2005, entre 12 de maio a 1 de junho, foram publicadas 61 matérias (29,6%), sendo que 24 foram do OESP, 22 do GLB, e 15 da FSP. No ano de 2007, de 04 a 24 de agosto, a quantidade de matérias foi muito menor em comparação aos outros períodos selecionados, apenas 25 (12,1%), como mostra a Tabela 1.

Esta situação nos faz constatar que em momentos de crise há maior repercussão nos jornais sobre as questões ambientais, como é observado claramente no ano de 2008, quando houve um forte acréscimo em relação aos anos de 2005 e 2007. Foram veiculadas neste período, de 17 de janeiro a 6 de fevereiro de 2008, pelos três jornais, 120 matérias, o que significa 58,3% do total da amostra (Tabela 1). A FSP foi o veículo que mais repercutiu o assunto no período analisado de 2008, com 51 matérias (42,5%), seguido pelo OESP, com 48 matérias (40%). O GLB publicou apenas 21 notícias no período (17,5%).

²¹ As Organizações Globo são um conglomerado de empresas brasileiras concentradas especificamente na área de comunicação e que pertencem à família Marinho.

Tabela 1 - Total de matérias pertinentes publicadas, por ano e por jornal.

Jornal	2005	2007	2008	Total	%
GLB	22	3	21	46	22.3
OESP	24	14	48	86	41.7
FSP	15	8	51	74	35.9
Total	61	25	120	206	100.0
%	29.6	12.1	58.3	100.0	

Em síntese, a evolução da cobertura pelos períodos pesquisados também denota que ocorreram grandes sobressaltos no material analisado. A peculiaridade do calendário de 2008 acabou por gerar uma intensa concentração da discussão do aumento do desmatamento da Amazônia nos meios de comunicação. Foi nesse período, após a divulgação da área desmatada, em 23 de janeiro de 2008, de 3.235 quilômetros quadrados entre agosto e dezembro de 2007 – cifra quatro vezes superior à do mesmo período de 2004 –, que o tema ganhou maior relevância nas agendas do governo, dos movimentos ambientalistas e dos grandes agricultores e pecuaristas.

Observa-se que os três jornais, de maneira geral, tenderam a aumentar significativamente o número de matérias em 2008, fato que pode estar associado aos questionamentos quanto à veracidade dos dados do desmatamento da Amazônia apresentados pelo Inpe e, principalmente, aos conflitos e crises internas no governo a respeito das causas do desmatamento.

As suspeitas do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, quanto aos dados apresentados pelo Inpe foram constantemente assuntos principais das notícias publicadas pelos jornais analisados. Em uma das matérias publicadas pelo OESP, Maggi argumenta: “Será que pode ter havido também diferença em anos anteriores? Acho que o correto é rever tudo. Todos os indicativos que tínhamos apontavam numa direção oposta” (ESCOBAR & TOMAZELA, 2008, p. 20). Em uma entrevista, também do OESP, o governador Maggi foi mais agressivo ao dizer que o Inpe estaria mentindo sobre os dados do desmatamento:

Recebemos esse dado com muita surpresa. Todos nós sabemos que esses números não são verdadeiros com base no trabalho dos nossos técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, que vem promovendo um arrocho nos últimos anos. O Inpe está mentindo a serviço de alguém. Queremos saber a serviço de quem. (SANT’ANNA, 2008b, p. 29)

Houve grandes repercussões quando o diretor do Inpe, Gilberto Câmara, admitiu que o Inpe “superestimou” os dados de setembro (2007). Segue um trecho da sua fala extraída da matéria da FSP, na qual ele garante que não há mais erro: “O problema já havia sido corrigido quando o novo alerta foi publicado, na última quarta-feira. O dado publicado e compilado foi checado, ‘rechechado’ e ‘trechechado” (ZANINI & CABRAL, 2008, p. 15).

A outra situação que teve grande destaque nos veículos analisados foi a divergência do ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) com a então ministra Marina Silva (Meio Ambiente) sobre a causa da devastação. O tema chegou a ter chamada na capa dos jornais, como o GLB, e um número considerável de matérias. Uma delas, intitulada “A soja da discórdia”, revela a briga entre os dois ministros e a intervenção do presidente Lula: “Não é hora de acusar ninguém. Os ministros têm de ir ao local, ver o que está acontecendo e tomar as providências necessárias. Temos que redobrar nossos esforços” (DAMÉ & OLIVEIRA, 2008, p. 31).

Em outro momento Lula fez uma advertência pública à ex-ministra Marina Silva, fato que também teve repercussão nos jornais estudados, com direito a espaço na capa do GLB. Sem citar o nome de Marina Silva, o presidente da República deixou claro que não viu como alarmantes os dados do desmatamento da Amazônia registrados pelo Inpe. Nas palavras de Lula: “O que aconteceu... não sou comunicador, posso estar errado, mas você vai ao médico detectar que está com um tumorzinho aqui e, em vez de fazer biópsia e saber como vai tratar, você já sai dizendo que estava com câncer” (FRANCO; FRANCO; AGGEGE, 2008, p. 3).

Comparando separadamente as três mídias analisadas, constata-se que a FSP teve um aumento em 2008 expressivo de matérias em termos proporcionais aos demais veículos, como refletido no Gráfico 4. Esse aumento foi seguido pelos outros dois jornais (Gráfico 4).

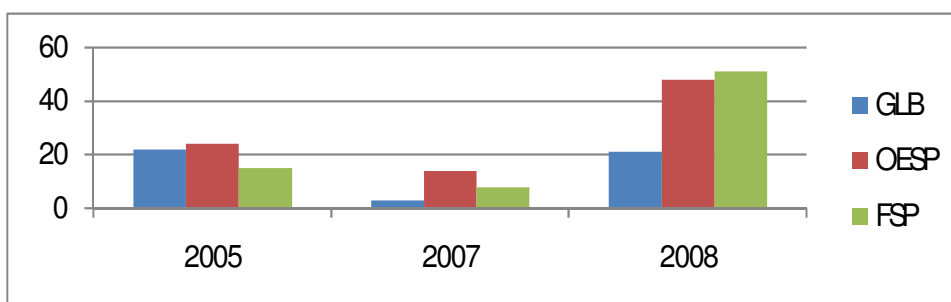


Gráfico 6: Total de matérias pertinentes publicadas, por ano e por jornal.

Diferente da FSP, o OESP publicou um número considerável de matérias em 2005 (24). Em 2007, o OESP veiculou 14 matérias, o que representa 56% da amostra selecionada neste ano. Em 2008, houve um salto, com 48 matérias. Nos três períodos analisados, o OESP foi o veículo que mais cobriu o desmatamento da Amazônia, com 86 matérias, seguido pela FSP, com 74 matérias.

O GLB apresentou um comportamento diferenciado ao longo do período pesquisado, visto que publicou uma quantidade considerável em 2005 (22 matérias), e nos anos seguintes produziu menor quantidade de matérias em comparação com os demais meios (três e 21, respectivamente).

Analisando as três semanas separadamente, dos três anos selecionados, percebe-se que o desmatamento da Amazônia não é um tema recorrente nos jornais. Uma semana antes da divulgação da taxa (nos anos de 2005, 2007 e 2008) quase não foram encontradas matérias sobre o assunto (ver Tabelas 2, 3 e 4). Além disso, a maior parte das notícias deste período não tinha a ver com o desmatamento da Amazônia. Muitas tinham como foco principal pesquisas que apresentavam alguma relação com desmatamento, como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre os problemas ambientais dos municípios brasileiros. Outras mencionavam a devastação e queimadas, mas não especificamente na Amazônia.

Na *Semana 1* de 2005 (12 a 18 de maio), foram veiculadas apenas dez matérias sobre desmatamento, o que representa 16,4% do universo estudado. Na *Semana 2* (19 a 25 de maio), quando houve a divulgação do índice anual de desmatamento da Amazônia, o número de matérias subiu para 36, compondo 59% da amostra. Já na *Semana 3* a cobertura jornalística sobre o assunto diminuiu, sendo publicadas 15 matérias (24,6%).

O OESP publicou seis matérias na *Semana 1* de 2005. A Folha e GLB publicaram apenas duas notícias neste período. Nos períodos seguintes o número de matérias foi diferenciado em cada jornal. Na *Semana 2*, GLB e OESP deram mais destaque para o tema, com 14 e 13 notícias, respectivamente, e a Folha publicou nove matérias. Já na *Semana 3*, os três veículos deram quase o mesmo espaço ao assunto (ver Tabela 2 e Gráfico 5).

Tabela 2 - Total de matérias pertinentes publicadas pelos jornais nas três semanas de 2005.

Jornal	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Total	%
GLB	2	14	6	22	36.1
OESP	6	13	5	24	39.3
FSP	2	9	4	15	24.6
Total	10	36	15	61	100.0
%	16.4	59.0	24.6	100.0	

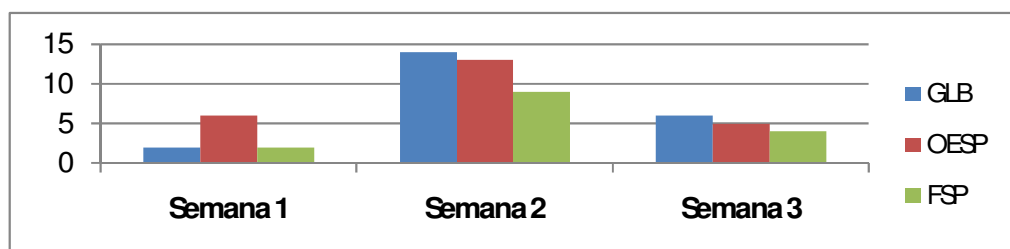


Gráfico 7 – Total de matérias pertinentes publicadas pelos jornais nas três semanas de 2005.

No período analisado de 2007, quando houve a queda do índice de desmatamento da Amazônia, o número de matérias foi muito baixo em comparação aos dois outros anos analisados (2005 e 2008), com apenas 25 matérias (ver Tabela 3).

Tabela 3 - Total de matérias pertinentes publicadas pelos jornais nas três semanas de 2007.

Jornal	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Total	%
GLB	0	3	0	3	12.0
OESP	1	8	5	14	56.0
FSP	1	5	2	8	32.0
Total	2	16	7	25	100.0
%	8.0	64.0	28.0	100.0	

Na *Semana 1* (4 a 10 de agosto), foram veiculadas duas matérias (8%). Foi na *Semana 2* (11 a 17 de agosto), quando houve o anúncio da taxa de desmatamento, que mais se falou em desmatamento nos três jornais, sendo publicadas 16 matérias (64%). Na *Semana 3* (18 a 24 de agosto), a cobertura diminuiu (28%). O GLB publicou apenas três matérias sobre o assunto, e somente na semana da divulgação do índice. O OESP liderou nos três momentos estudados de 2007, somando 14 matérias (56%). A FSP publicou oito matérias nessas três semanas analisadas (ver Gráfico 6).

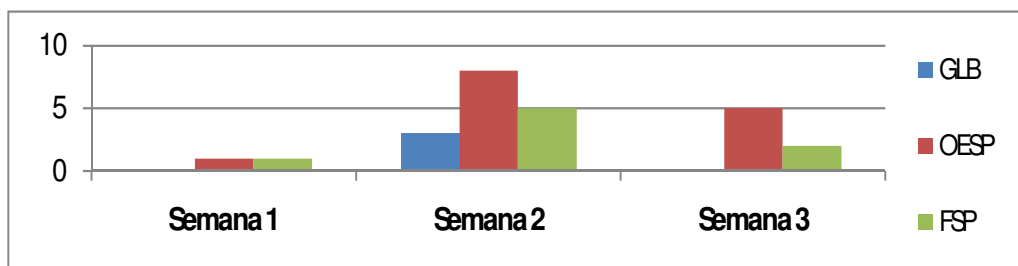


Gráfico 8 – Total de matérias pertinentes publicadas pelos jornais nas três semanas de 2007.

No período analisado de 2008, como mencionado, o assunto foi muito mais repercutido nos três jornais em comparação aos anos de 2005 e 2007 (ver Gráfico 7). Contudo, na semana anterior à divulgação do índice de desmatamento considerado alarmante, a tendência foi a mesma apresentada nos dois outros anos estudados, menor quantidade de matérias sobre o assunto. Na *Semana 1* de 2008 (17 a 23 de janeiro), houve a veiculação de seis matérias (ver Tabela 4).

Já na *Semana 2* (24 a 30 de janeiro), quando ocorreu a divulgação da taxa de desmatamento, houve um *boom* de notícias sobre o assunto, representando mais de 50% da amostra. Durante a *Semana 3* (31 de janeiro a 06 de fevereiro), a quantidade de matérias continuou alta (40%), revelando uma tendência peculiar em comparação às semanas III dos anos anteriores, que apresentaram quase metade deste percentual (ver acima Tabelas 2 e 3). O GLB manteve nas três semanas um número de matérias muito baixo em comparação aos demais, nada publicando sobre o tema na *Semana 1*.

Tabela 4 - Total de matérias pertinentes publicadas pelos jornais nas três semanas de 2008

Jornal	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Total	%
GLB	0	13	8	21	17.5
OESP	2	22	24	48	40.0
FSP	4	30	17	51	42.5
Total	6	65	49	120	100.0
%	5.0	54.2	40.8	100.0	

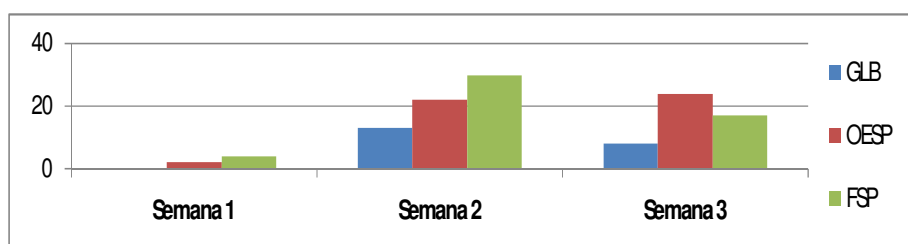


Gráfico 9 – Total de matérias pertinentes publicadas pelos jornais nas três semanas de 2008 (%).

Em resumo, nota-se que o assunto desmatamento da Amazônia tem repercussão em momentos de crise ou quando um novo dado é divulgado. Esse aspecto foi comprovado com a pesquisa realizada nos três momentos – semana anterior (*Semana 1*), semana durante (*Semana 2*), e semana posterior à divulgação da taxa de desmatamento pelo Inpe (*Semana 3*). A *Semana 1*, no somatório dos três anos pesquisados, representa 8,7% da amostra; sendo que a *Semana 2* abrange 56,8%; e a *Semana 3*, 34,5% (ver Tabela 5). Esses três momentos podem ser observados claramente também no Gráfico 10 que segue abaixo.

Tabela 5 - Total de matérias pertinentes publicadas em cada uma das três semanas por ano.

Ano	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Total
2005	10	36	15	61
2007	2	16	7	25
2008	6	65	49	120
Total	18	117	71	206
%	8.7	56.8	34.5	100.0

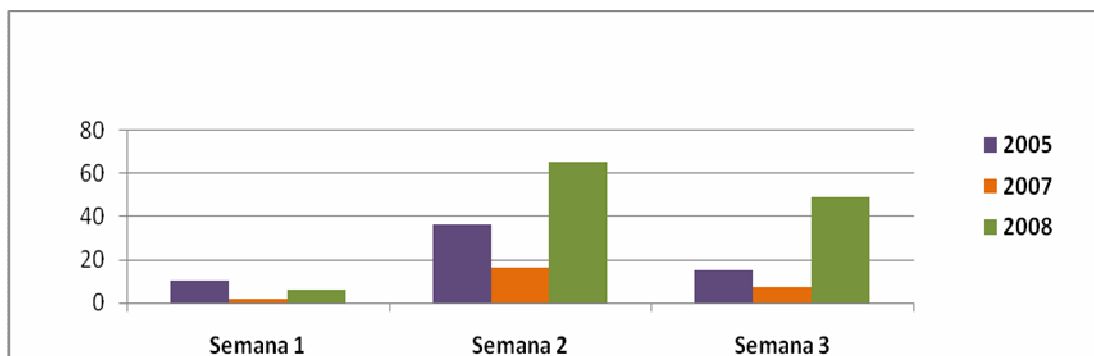


Gráfico 10 – Total de matérias pertinentes publicadas por ano em cada uma das três semanas analisadas.

3.3.1 As fontes de informação

Outro aspecto considerado importante para esta análise diz respeito às fontes de informação usadas nas matérias selecionadas, as quais foram identificadas e classificadas pelos seguintes grupos: 1) governo (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário); 2) cientistas e especialistas (pertencentes a institutos de pesquisa e universidades); 3) Organizações Não-Governamentais – ONGs e ambientalistas; 4) setor produtivo (agropecuarias, madeireiros e representantes de sindicatos de produtores rurais); e 5) outros (fontes que não se encaixaram em nenhum dos grupos anteriores).

As fontes ligadas ao Grupo 1 (governo) foram as mais consultadas pelos jornais analisados nos três períodos estudados (45,8%). No ano de 2005, nas três semanas selecionadas, as fontes governamentais representaram 54,3%. Em 2007, significaram 40,4%; e em 2008, 43,7% (Tabela 6).

Tabela 6 – Fontes consultadas nos três períodos analisados (total da amostra).

Fontes	2005	%	2007	%	2008	%	Total	%
Governo	44	54.3	19	40.4	86	43.7	149	45.8
Cientistas	16	19.8	15	31.9	54	27.4	85	26.2
ONGs/Ambientalistas	11	13.6	8	17.0	33	16.8	52	16.0
Setor Produtivo	3	3.7	2	4.3	13	6.6	18	5.5
Outros	7	8.6	3	6.4	11	5.6	21	6.5
Total	81	100	47	100	197	100	325	100
%	24.9		14.5		60.6		100	

O total contido nesta tabela (325) corresponde ao total de citações de fontes nas matérias analisadas.

Cientistas e especialistas (Grupo 2) foi o segundo setor mais ouvido pelos jornais estudados, representando 26,2%. Esse percentual se deu principalmente pela forte presença do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), como fonte consultada, nas matérias jornalísticas analisadas. O Inpe é o órgão responsável pelo monitoramento do desmatamento da Amazônia e os seus dados (mensais e anuais) são frequentemente divulgados na imprensa. Em 2008, o Inpe foi constantemente “ouvido” pelos jornais pela polêmica a respeito da veracidade dos números de desmatamento referentes ao último quadrimestre do ano de 2007.

As ONGs (Grupo 3) representam 16% do total de fontes consultadas. Comparando os três anos, verifica-se que 2005 foi o período que os ambientalistas foram menos consultados, com a participação maior das fontes ligadas ao governo. No outros anos, 2007 e 2008, o percentual foi praticamente a mesmo.

O setor produtivo (Grupo 4) serviu de fonte em 5,5% das matérias analisadas nos três períodos, o que é considerado baixo por causa do envolvimento direto no tema. Comparando os três períodos, percebe-se que no ano de 2008 este segmento teve participação maior.

Já o Grupo 5 (outros) representara 6,5% da amostra (Tabela 6). Fazem parte desse grupo todas as fontes que não se encaixaram nos quatro grupos, como organismos internacionais, veículos de comunicação e comunidades locais. Estas últimas foram consultadas raramente e, por isso, não foram separadas em um grupo distinto.

Sistematizando os dados para os três anos, constatou-se que as coberturas foram distintas na categoria fontes consultadas. A cobertura do ano de 2007, a qual tratou da divulgação da queda do desmatamento e da comemoração do governo, foi a que menos "ouve" fontes em comparação aos outros períodos. Isso tem relação direta com a quantidade de matérias produzidas sobre o desmatamento no período pesquisado. Destaca-se que em 2008 houve um ineditismo em comparação com as coberturas anteriores, visto que foram consultadas 197 fontes (60,6% da amostra). A maior parte é ligada ao governo (43,7%).

Para identificar as principais fontes consultadas dos cinco grupos, foi feita uma análise mais detalhada, representada na Tabela 7. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi a fonte do Grupo 1 (governo) mais ouvida pelos três jornais nos três momentos da divulgação da taxa de desmatamento (16,6%), seguida pelas ONGs (16%), pertencentes ao Grupo 3. As comunidades locais foram ouvidas raramente pelos jornais, representando menos de 1% da amostra.

Tabela 7 – Fontes consultadas nos três períodos, por jornal (total da amostra).

Fontes	GLB	%	OESP	%	FSP	%	Total	%
Grupo 1								
Presidência da República/Casa Civil	11	12.9	5	3.8	4	3.6	20	6.2
Ministério do Meio Ambiente	15	17.6	17	13.1	22	20.0	54	16.6
Ministério da Agricultura	2	2.4	1	0.8	5	4.5	8	2.5
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2	2.4	3	2.3	2	1.8	7	2.2
Ministério da Justiça	2	2.4	2	1.5	0	0.0	4	1.2
Governos Estaduais	7	8.2	10	7.7	6	5.5	23	7.1
Governos Municipais	0	0.0	4	3.1	2	1.8	6	1.8
Legislativo	5	5.9	4	3.1	2	1.8	11	3.4
Judiciário	1	1.2	2	1.5	0	0.0	3	0.9
Ibama	3	3.5	3	2.3	7	6.4	13	4.0
Grupo 2								
INPE	7	8.2	17	13.1	20	18.2	44	13.5
IBGE	4	4.7	4	3.1	3	2.7	11	3.4
Cientistas/Especialistas	3	3.5	18	13.8	9	8.2	30	9.2
Grupo 3								
ONGs/Ambientalistas	12	14.1	26	20.0	14	12.7	52	16.0
Grupo 4								
Agropecuáristas	5	5.9	4	3.1	4	3.6	13	4.0
Madeireiros	2	2.4	1	0.8	2	1.8	5	1.5
Grupo 5								
Veículos de Comunicação	2	2.4	4	3.1	3	2.7	9	2.8
Organismos Internacionais	2	2.4	3	2.3	4	3.6	9	2.8
Comunidades Locais	0	0.0	2	1.5	1	0.9	3	0.9
Total	85	100.0	128	100.0	110	100.0	325	100.0

O total contido nesta tabela (325) corresponde ao total de citações de fontes nas matérias analisadas.

Analisando separadamente os dados por jornal, constata-se que o GLB ouviu menos fontes que os demais, realizando apenas 85 consultas às fontes de informação. Já o OESP e a FSP fizeram 128 e 110, respectivamente. Observa-se ainda que GLB utilizou-se pouco do Inpe como fonte de informação (sete matérias), enquanto os outros jornais o consultaram muito mais vezes, a FSP quase o triplo. Já a Presidência da República serviu de fonte mais que o dobro de vezes para o GLB do que para o OESP e à Folha.

Na realidade, por mais que a cobertura de 2007 possa ser considerada peculiar pela quantidade menor de matérias e pela diversidade de fontes em comparação aos outros períodos estudados, a cobertura jornalística do desmatamento da Amazônia nas três semanas pesquisadas nos anos de 2005, 2007 e 2008 seguiu a mesma tendência em relação às fontes de informação. A maior parte das fontes consultadas pelos três jornais impressos é de cunho governamental, como mostram os dados apresentados nas tabelas anteriores e no Gráfico 11.

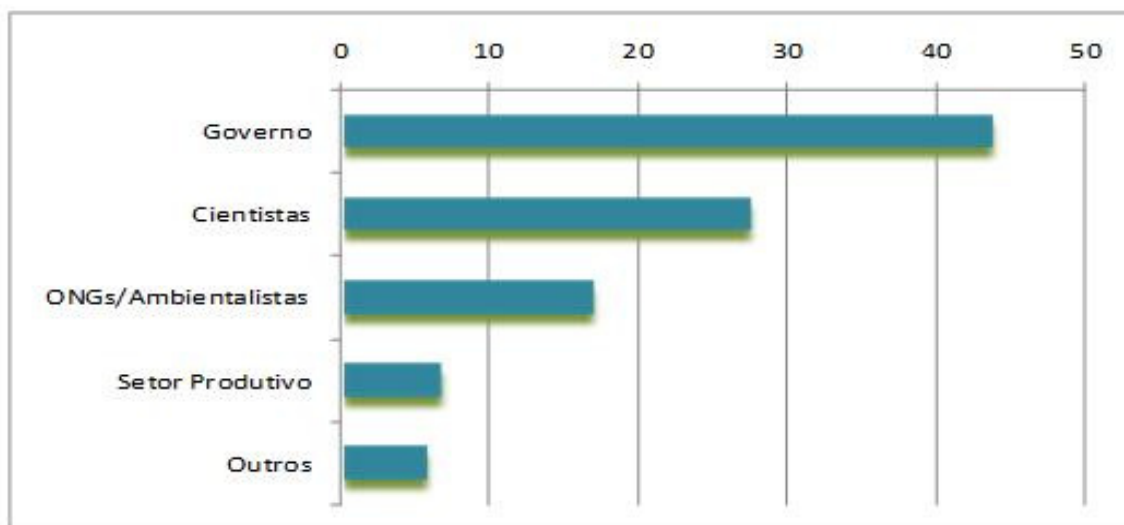


Gráfico 11 – Fontes de informação consultadas pelos jornais nos três períodos analisados (%).

É importante considerar que a mídia não tem o hábito de ouvir as comunidades locais, ou porque isso é mais complicado, principalmente pelo difícil acesso, ou porque os governantes estão mais disponíveis. De uma forma ou de outra, a imprensa tem apresentado um comodismo frequente e pouca criatividade nas coberturas no que diz respeito às fontes de informação, consultando sempre os mesmos atores do governo. Além disso, utiliza-se sempre das mesmas ONGs para fazer o contraponto ou mudar o foco da matéria. Os cientistas que estudam o fenômeno de desmatamento foram consideravelmente consultados pelos veículos ao longo dos períodos analisados, principalmente aqueles ligados ao Inpe.

3.3.2 Os atores

Além das fontes de informações, os atores citados nas matérias também constituem um importante fator de medição da contextualização da cobertura jornalística. Os atores são aqueles que normalmente não emitiram opiniões nas matérias, ao contrário das fontes ouvidas pelos jornalistas. Os atores, como as fontes, possibilitam verificar se os jornais apresentaram a complexidade do debate sobre o desmatamento e se refletiram a pluralidade de atores envolvidos na questão. Podem ser mencionados no decorrer da matéria pelo próprio autor do texto ou mesmo pelas fontes consultadas. Eles foram divididos seguindo a mesma classificação das fontes²².

Os atores mais citados nos textos pesquisados são ligados ao governo, como mostra a Tabela 8 e o Gráfico 10. O setor produtivo foi o segundo ator mais mencionado nas matérias, com 10,9%. Nos três anos, esse grupo apresentou praticamente o mesmo percentual.

Tabela 8 – Atores citados nos três períodos analisados (total da amostra).

Atores	2005	%	2007	%	2008	%	Total	%
Governo	168	74.3	46	65.7	368	68.1	582	69.6
Cientistas	13	5.8	9	12.9	54	10.0	76	9.1
ONGs/Ambientalistas	12	5.3	4	5.7	29	5.4	45	5.4
Setor Produtivo	23	10.2	8	11.4	60	11.1	91	10.9
Outros	10	4.4	3	4.3	29	5.4	42	5.0
Total	226	100.0	70	100.0	540	100.0	836	100.0
%	27.0		8.4		64.6		100.0	

O total contido nesta tabela (836) corresponde ao total de citações de atores nas matérias analisadas.

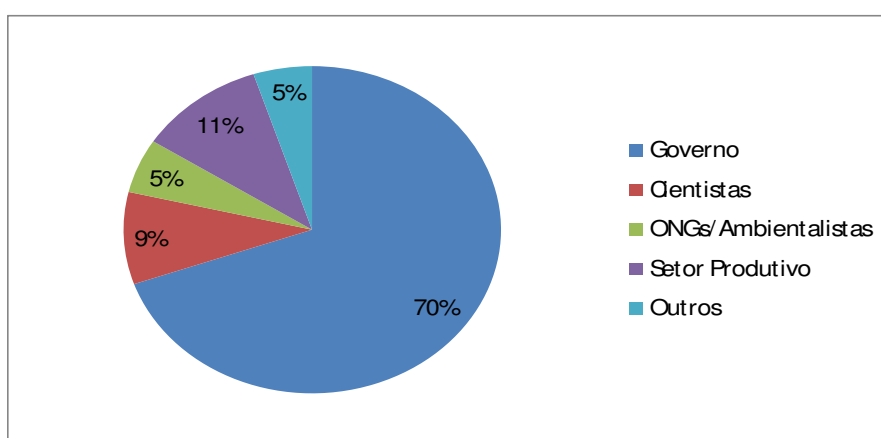


Gráfico 12: Atores citados nas matérias pertinentes publicadas (total da amostra- %)

²² Grupo 1 (governo), Grupo 2 (cientistas e especialistas), Grupo 3 (Organizações Não-Governamentais – ONGs e ambientalistas), Grupo 4 (setor produtivo) e Grupo 5 (outros).

Os cientistas e ONGs tiveram pouca presença no geral da cobertura sobre o tema, aparecendo em 76 e 45 textos, respectivamente. Em 2005, esse grupo aparece em menor quantidade, apenas 5,8%. Nos demais anos, o percentual deste segmento é praticamente o dobro. Outra peculiaridade do ano de 2005 foi com relação à quantidade de citações de atores do governo, que significou mais de 74% da amostra do período. Nos outros anos (2007 e 2008) a percentagem foi alta também, 65,7% e 68,1% respectivamente. Anualmente, nota-se uma diferença grande na quantidade de citações de atores. No ano de 2008, por exemplo, a quantidade de menções de atores significou mais da metade da amostra (64,6%). O período pesquisado do ano de 2007, como apresentou poucas matérias (25), citou menos atores (8,4% da amostra). Como foi feito com relação às fontes, esses cinco grupos foram desmembrados para subsidiar a análise, no sentido de identificar quais foram os principais atores que compuseram o universo da cobertura. Com essa identificação e classificação, foi possível conhecer quais foram os atores mais mencionados e os menos citados, como está apresentado na Tabela 9.

Tabela 9 - Atores citados nas matérias analisadas (total por jornal).

Atores	GLB	%	OESP	%	FSP	%	Total	%
Grupo 1								
Governo Federal	19	9.8	29	8.4	31	9.3	79	9.4
Presidência da República	13	6.7	22	6.3	24	7.2	59	7.1
Casa Civil	3	1.6	6	1.7	4	1.2	13	1.6
Ministério do Meio Ambiente	20	10.4	29	8.4	27	8.1	76	9.1
Ministério da Agricultura	6	3.1	8	2.3	14	4.2	28	3.3
Ministério do Desenvolvimento	3	1.6	5	1.4	2	0.6	10	1.2
Ministério da Justiça	2	1.0	5	1.4	8	2.4	15	1.8
Ministério da Defesa	4	2.1	2	0.6	3	0.9	9	1.1
Ibama	12	6.2	22	6.3	16	4.8	50	6.0
Incra	3	1.6	8	2.3	5	1.5	16	1.9
Funai	2	1.0	2	0.6	0	0.0	4	0.5
Polícia Federal	6	3.1	12	3.5	13	3.9	31	3.7
Exército	1	0.5	5	1.4	3	0.9	9	1.1
Governos Estaduais	17	8.8	36	10.4	40	12.0	93	11.1
Governos Municipais	11	5.7	22	6.3	26	7.8	59	7.1
Poder Judiciário	4	2.1	3	0.9	0	0.0	7	0.8
Poder Legislativo	8	4.1	8	2.3	8	2.4	24	2.9
Grupo 2								
INPE	11	5.7	24	6.9	26	7.8	61	7.3
Cientistas/Especialistas	0	0.0	11	3.2	4	1.2	15	1.8
Grupo 3								
ONGs/Ambientalistas	9	4.7	20	5.8	16	4.8	45	5.4
Grupo 4								
Agropecuáristas/madeireiros	19	9.8	31	8.9	41	12.3	91	10.9
Grupo 5								
Organismos Internacionais	3	1.6	9	2.6	1	0.3	13	1.6
Bancos oficiais	6	3.1	4	1.2	8	2.4	18	2.2
Comunidade Locais	1	0.5	7	2.0	3	0.9	11	1.3
Total	183	100.0	330	100.0	323	100.0	836	100.0

O total contido nesta tabela (836) corresponde ao total de citações de atores nas matérias analisadas.

O Governo Federal tem grande destaque nas matérias, além dos governos estaduais e do Ministério do Meio Ambiente. Os agropecuaristas também são frequentemente considerados pelos jornais (10,4%), bem como os governos municipais (6,8%) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama (5,7%). Também fazem parte do universo de atores citados o Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Polícia Federal, ONGs etc. Os atores menos citados são do Poder Legislativo e Judiciário, a Fundação Nacional do Índio – Funai e comunidades locais, entre outros.

No geral, os jornais pesquisados negligenciaram na sua cobertura as comunidades tradicionais como os ribeirinhos, agricultores familiares e povos indígenas. Estes atores são elementos importantes, visto que são partes integrantes do contexto social amazônico. A perda de terras pela pressão dos produtores de *commodities* e o envolvimento no ciclo do desmatamento ilegal – por falta de outros meios de sobrevivência – são exemplos de situações que podem afligir estes segmentos.

Não oferecer ao leitor os contextos, os atores envolvidos, a pluralidade de vozes e as implicações de uma notícia, proporcionando a ele a advertência de que não existem fatos isolados, mas sim que cada um deles é parte de uma integração de ocorrências, significa praticar um jornalismo “mutilado”. Nas palavras de Beltrão:

[...] se o jornalista menospreza, camufla ou subtrai aspectos essenciais à exata compreensão do acontecimento ou destaca apenas aqueles de natureza impactual, isso significa passar uma informação mutilada, superficial e/ou sensacionalista [...]. (1980, p. 48-49)

3.3.3 Principais temas relacionados

O estudo buscou também verificar os temas frequentemente associados à discussão sobre o desmatamento da Amazônia. Para isso, foi realizada uma pesquisa por palavras-chave nas 206 matérias selecionadas. A mensuração da quantidade de assuntos relacionados ao desmatamento e a sua frequência nos textos pesquisados, em linhas gerais, possibilitou averiguar quais são os temas que mais povoaram a cobertura da mídia nacional impressa. A presença ou ausência de diferentes temas nas matérias pode ser considerada como um indicador da contextualização da cobertura jornalística.

Os temas que mais aparecem nos textos pesquisados são relacionados a *commodities* agrícolas (12,9%), monitoramento e detecção do desmatamento (11,8%), e às ações do

governo de combate ao desmatamento (10,2%). O Gráfico 13 apresenta a frequência dos principais temas identificados nas matérias, como exploração madeireira, desmatamento ilegal e questões fundiárias. Deve-se considerar também a frequência reduzida de assuntos importantes, como unidades de conservação (3,6%), biocombustíveis (1,7%), desenvolvimento sustentável (3,5%), mudanças climáticas (3,1%), desmatamento em outros biomas (2,3%) e questões indígenas (1,1%).

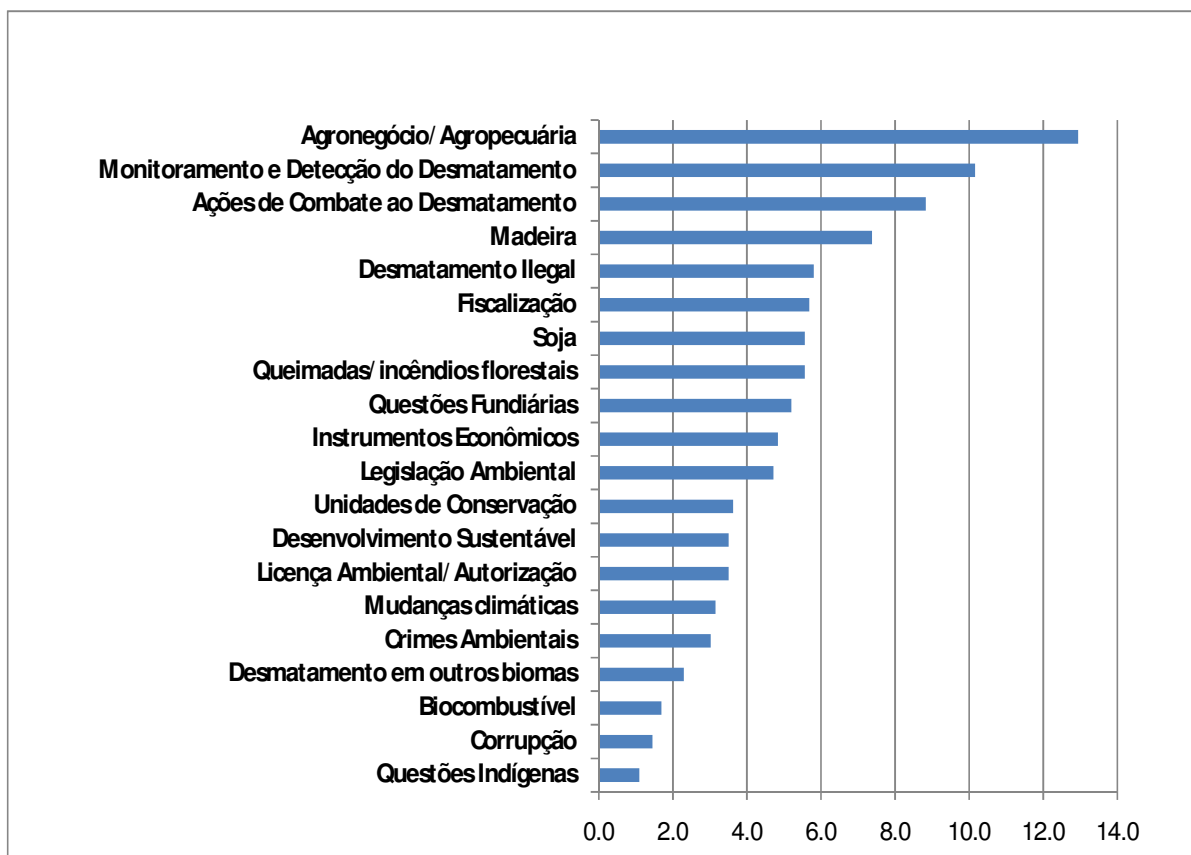


Gráfico 13: Temas abordados pelos jornais analisados (% de matérias).

É importante constatar a baixa frequência e ausência de temas importantes no contexto do tema desmatamento. A mídia deu pouca atenção às questões locais e a outros fatores ligados ao avanço do desmatamento na Amazônia brasileira, como a criação de áreas protegidas, terras indígenas e desmatamento em outros biomas. Sobre esse último aspecto, é importante destacar que os jornais deveriam ter mencionado na sua cobertura outros biomas que têm sofrido com o desmatamento, como o Cerrado. Segundo Machado *et. al.* (2004), o Cerrado tem perdido anualmente cerca de três milhões de hectares, podendo até desaparecer no ano de 2030, caso a pecuária e o agronegócio continuem avançando.

Outro resultado que merece destaque é a raríssima relação que os jornalistas fazem entre o desmatamento e o aquecimento global. Apenas 3% das matérias mencionaram as mudanças climáticas. No recente estudo da Andi (2008) sobre aquecimento global, a Amazônia apareceu em 8% de todos os textos jornalísticos pesquisados no período de julho de 2005 a junho de 2007. Esta frequência é muito baixa em ambas as pesquisas, visto que “as emissões brasileiras representam cerca de 2,5% da emissão global de gases do efeito-estufa, sendo que 75% são provenientes do desmatamento da Amazônia”. (DIAZ; SCHWARTZMAN, 2005, p. 93).

Almeida Jr. e Mattos (2005) observam que a falta de contextualização e a “distorção” nas matérias jornalísticas de cunho científico e ambiental têm efeitos prejudiciais na opinião da população a respeito do assunto e sobre a opinião dos próprios governantes e cientistas, que, muitas vezes, não chegam a formar um entendimento global sobre o assunto, dependendo, eles também, da mídia para tal entendimento. “Para o público, fica difícil distinguir quais informações são corretas e, principalmente, é muito difícil saber quais informações estão sendo suprimidas como resultado dos conflitos de interesse” (ALMEIDA JR.; MATTOS, 2005, p. 14).

A ausência de conexões é observada também em jornais de outros países com relação às questões ambientais e científicas. Boykoff & Boykoff (2004) fizeram um estudo da cobertura de jornais dos Estados Unidos (entre 1988 e 2002) sobre mudanças climáticas/aquecimento global e também encontraram uma “desconexão” do discurso científico com o que era veiculado pela mídia. A pesquisa demonstrou que existe uma diferença significativa entre os discursos da comunidade científica e os dos jornais dos EUA sobre: 1) as contribuições antropogênicas para o aquecimento global; e 2) as decisões com relação às ações de combate ao aquecimento global.

3.3.4 Focos principais das notícias

Foi realizada uma análise de todo o material selecionado no sentido de verificar qual foi o assunto de maior destaque de cada texto (foco principal da notícia). Diferentemente da categoria dos temas – pesquisados por palavras-chave –, os focos das notícias foram identificados por meio de um estudo interpretativo das notícias selecionadas. É importante destacar que algumas matérias apresentaram mais de um foco. Constatou-se que o debate sobre a política governamental de combate ao desmatamento apareceu como eixo central da cobertura jornalística, compreendendo cerca de 20% do material analisado. Esse assunto

foi mais tratado durante a semana de divulgação da taxa desmatamento (*Semana 2*), nos três anos analisados, com quase 30% das matérias deste período. A repercussão do tema na terceira semana não foi tão alta, mas apareceu em 16% dos textos analisados. Na *Semana 1*, antes da divulgação do índice de desflorestamento, foram veiculadas apenas duas matérias sobre o assunto.

Os conflitos políticos a respeito das causas do desmatamento e as denúncias e alertas também apareceram majoritariamente como foco das matérias, representando quase 20% do material pesquisado, como é possível visualizar na Tabela 10. Na *Semana 3*, as polêmicas serviram de “gancho” a maior parte dos textos, apresentando 20,7% da amostra.

Tabela 10 – Focos principais das matérias analisadas (total por semana).

Focos	Semana I	%	Semana II	%	Semana III	%	Total	%
Conflitos e divergências políticas	1	3.4	37	20.2	23	20.7	61	18.9
Política de combate ao desmatamento	2	6.9	50	27.3	18	16.2	70	21.7
Anúncio oficial da taxa pelo governo	1	3.4	16	8.7	4	3.6	21	6.5
Questionamento dos dados do INPE	0	0.0	16	8.7	22	19.8	38	11.8
Divulgação de estudos e pesquisas	10	34.5	10	5.5	5	4.5	25	7.7
Denúncia/Alerta	14	48.3	33	18.0	22	19.8	69	21.4
Repercussão na imprensa internacional	0	0.0	9	4.9	8	7.2	17	5.3
Outros	1	3.4	12	6.6	9	8.1	22	6.8
Total	29	100.0	183	100.0	111	100.0	323	100.0
%	9.0		56.7		34.4		100.0	

O total (323) corresponde a quantidade de focos encontrados nas matérias pertinentes analisadas, sendo que algumas delas apresentaram mais de um foco.

O questionamento dos dados apresentados pelo Inpe e matérias de denúncias ou alerta também tiveram destaque na cobertura jornalística nos períodos pesquisados. Os textos de denúncia do aumento do desmatamento representaram a maioria da amostra da *Semana 1*, quase 50%, como mostra a Tabela 10. A divulgação de estudos e pesquisas também teve grande representatividade na *Semana I*, aparecendo em 10 matérias (34,5%). Já nas outras duas semanas, poucas matérias tiveram este foco.

Em resumo, nota-se que, na semana anterior ao anúncio da taxa (*Semana I*), os assuntos de maior repercussão são a divulgação de pesquisas e as matérias denunciativas. Já na *Semana II*, que se pode considerar o momento da crise, os focos recaem sobre a política de combate ao desmatamento e os conflitos. Na *Semana 3*, quando ainda acontece a repercussão dos números do desmatamento apresentados pelo Inpe, a cobertura continua dando enfoque aos conflitos e às divergências políticas e apresentam textos alarmistas sobre o desmatamento.

Analisando os dados nos três anos, é notável a representatividade desses assuntos nas matérias no calendário de 2008, como os conflitos políticos e os debates sobre a política de combate ao desmatamento da Amazônia (ver Tabela 11 e Gráfico 12). Ambos os focos representaram 22% da amostra. A repercussão sobre os dados do Inpe também é alta. Já em 2005, apesar dos textos terem como assunto principal a política ambiental e os conflitos, houve mais matérias denunciativas (28,8%). Nesse ano, quase 10% das matérias abordaram a repercussão do tema na imprensa internacional, percentual considerado elevado em comparação aos demais anos. Em 2007, pela peculiaridade da cobertura, o foco principal foi a política de combate ao desmatamento – as ações do governo –, visto houve “comemoração” da queda do índice de desmatamento em cerca de 30% com relação ao período anterior. Mesmo assim, houve algumas matérias de alerta, que representaram quase 20% da amostra nesse ano (Tabela 11 e Gráfico 14).

Tabela 11 – Focos principais das matérias analisadas (total por ano).

Focos	2005	%	2007	%	2008	%	Total	%
Conflitos e divergências políticas	18	17.3	3	8.1	40	22.0	61	18.9
Política de combate ao desmatamento	21	20.2	9	24.3	40	22.0	70	21.7
Anúncio oficial da taxa pelo governo	7	6.7	6	16.2	8	4.4	21	6.5
Questionamento dos dados do INPE	1	1.0	1	2.7	36	19.8	38	11.8
Divulgação de estudos e pesquisas	8	7.7	5	13.5	12	6.6	25	7.7
Denúncia/Alerta	30	28.8	7	18.9	32	17.6	69	21.4
Repercussão na imprensa internacional	10	9.6	1	2.7	6	3.3	17	5.3
Outros	9	8.7	5	13.5	8	4.4	22	6.8
Total	104	100.0	37	100.0	182	100.0	323	100.0
%	32.2		11.5		56.3		100.0	



Gráfico 14 – Focos principais das matérias pertinentes analisadas (total da amostra - %).

No geral, os dados revelam que a cobertura média se orientou pelos acontecimentos político-institucionais, principalmente os aspectos relacionados às medidas do governo para o combate ao desmatamento, sendo maioria nos três períodos analisados. Todavia, os jornais pesquisados apresentam diferenças significativas com relação aos focos principais das matérias (Tabela 12 e Gráfico 15).

O GLB repercutiu na maior parte das matérias os conflitos e divergências políticas sobre o desmatamento da Amazônia (26,4%). O OESP fez uma cobertura mais denunciativa e com matérias que faziam alertas sobre o aumento do desflorestamento da Amazônia. A FSP, por sua vez, deu maior ênfase à política ambiental de combate ao desmatamento da Amazônia, publicando 34 matérias com este enfoque.

Tabela 12 – Focos principais das matérias analisadas (total por jornal).

Focos	GLB	%	OESP	%	FSP	%	Total	%
Conflitos e divergências políticas	19	26.4	17	12.8	25	21.2	61	18.9
Política de combate ao desmatamento	14	19.4	22	16.5	34	28.8	70	21.7
Anúncio oficial da taxa pelo governo	5	6.9	7	5.3	9	7.6	21	6.5
Questionamento dos dados do INPE	3	4.2	21	15.8	14	11.9	38	11.8
Divulgação de estudos e pesquisas	4	5.6	15	11.3	6	5.1	25	7.7
Denúncia/Alerta	14	19.4	33	24.8	22	18.6	69	21.4
Repercussão na imprensa internacional	6	8.3	9	6.8	2	1.7	17	5.3
Outros	7	9.7	9	6.8	6	5.1	22	6.8
Total	72	100.0	133	100.0	118	100.0	323	100.0
%	22.3		41.2		36.5		100.0	

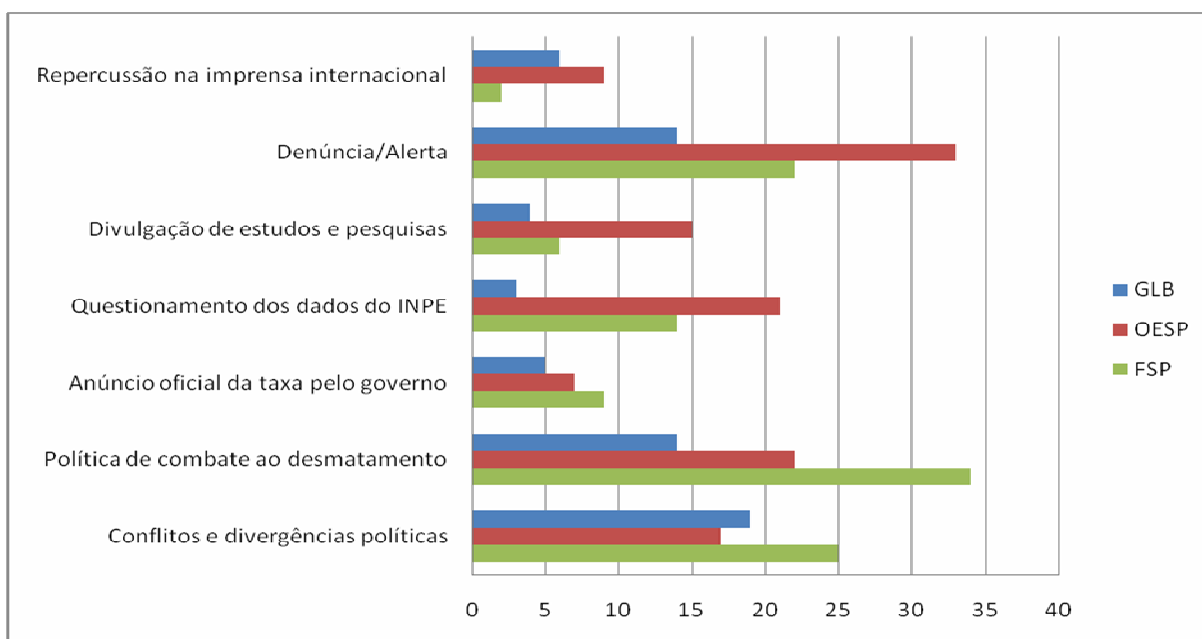


Gráfico 15: Focos principais das matérias pertinentes publicadas (total por jornal).

Outro dado interessante é que o GLB foi o que deu destaque menor aos questionamentos dos dados do Inpe, ao contrário dos outros dois jornais. Em síntese, constata-se que os jornais diferenciaram sua cobertura sobre o tema quanto aos focos principais das matérias. O GLB foi o que apresentou mais peculiaridades, dando maior enfoque aos conflitos políticos e menos aos dados apresentados pelo Inpe. O OESP fez uma cobertura alarmista. A FSP deu realce à política ambiental e aos conflitos que giraram em torno do tema.

3.3.5 Afinal, de quem é a responsabilidade?

A discussão sobre as causas da elevação da taxa de desmatamento da Amazônia permeou a cobertura da imprensa nos dias pesquisados de 2005 e 2008. Alguns fatores que impulsionaram o aumento da devastação na Amazônia foram constantemente apontados pelas fontes consultadas e atores citados. O aumento do preço das *commodities*, principalmente carne bovina e soja, foi a causa mais destacada pelas fontes e atores nos textos analisados (47,5%), como representado na Tabela 13.

Tabela 13 – Causas do aumento do desmatamento citadas nas matérias analisadas

Causas	2005	%	2008	%	Total	%
Aumento do preço das <i>commodities</i>	14	48.3	34	47.2	48	47.5
Ineficiência das políticas do governo	12	41.4	21	29.2	33	32.7
Exploração ilegal de madeira	3	10.3	7	9.7	10	9.9
Estiagem	0	0.0	7	9.7	7	6.9
Grilagem de terras	0	0.0	3	4.2	3	3.0
Total	29	100	72	100.0	101	100.0

A deficiência das políticas ambientais do governo, as atividades ilegais madeireiras, fatores climáticos (estiagem) e grilagem de terras também são assinalados como precursores do desmatamento na Amazônia, segundo as fontes e atores identificados nos jornais pesquisados. É importante destacar que duas relações causais (estiagem e grilagem de terras) não foram mencionadas na cobertura de 2005. Já a política ambiental do governo recebeu mais críticas neste ano, por sua ineficiência no combate ao desmatamento da Amazônia. Já no ano de 2007, pela sua diferença com relação aos anos anteriores (houve a queda em vez da elevação do desmatamento), a causa principal apontada para o fenômeno foi o sucesso das ações de combate ao desmatamento do governo federal (57%). A baixa no preço das *commodities* também foi listada como um dos motivos de diminuição do desmatamento da Amazônia (35,7%), como mostra a Tabela 14. Nesta categoria de análise,

aponta-se uma inversão de responsabilidades quando se fala em aumento e queda. Nas coberturas de 2005 e 2008, quando houve a elevação do desmatamento, as *commodities* aparecem em primeiro lugar; em 2007, quando aconteceu a queda, as ações do governo receberam o crédito.

Tabela 14 - Causas da queda do desmatamento citadas nas matérias analisadas

Causas	2007	%
Ações do governo	8	57.1
Diminuição do preço das <i>commodities</i>	5	35.7
Estiagem	1	7.1
Total	14	100.0

É necessário ressaltar que este resultado está relacionado diretamente às fontes de informação consultadas pelos jornais, sendo a maior parte ligada ao governo. Quando foram questionadas pelo crescimento do desmatamento, o governo não teve culpa; mas quando o índice abaixou, o governo foi o responsável. Os Gráficos 16 e 17 mostram nitidamente esta inversão de causas.

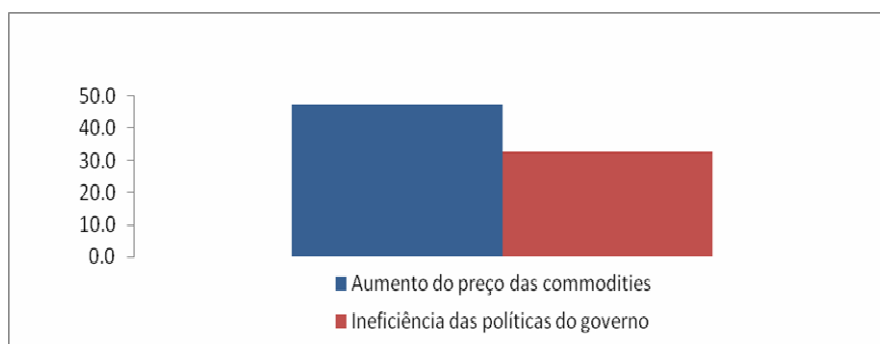


Gráfico 16 – Causas citadas do aumento do desmatamento (2005 e 2008).

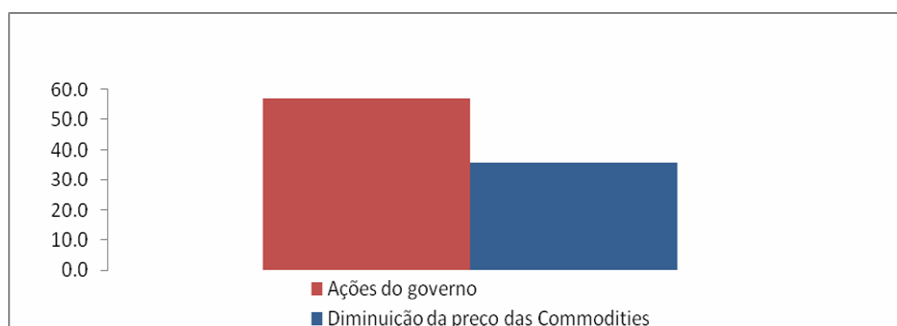


Gráfico 17 – Causas citadas da queda do desmatamento (2007).

Os resultados aqui apresentados atestam que a mídia, que deveria ser pautada principalmente pela sociedade, acaba sendo pautada quase que exclusivamente pelo

governo, que se aproveita dos conflitos e das ações políticas para se promover. Como a maior parte da sociedade ainda é carente de educação e informação de qualidade (em parte a responsabilidade é da mídia), as pessoas acabam não sabendo como reivindicar do governo os seus direitos e nem mesmo cobrar da imprensa notícias que façam alguma diferença nas suas vidas e nas comunidades em que estão inseridas. É um ciclo que retroalimenta a imprensa e o governo – a imprensa tem a sua demanda por informação atendida pelo governo e o governo ganha espaço nos jornais para divulgar as suas ações e políticas.

No geral, pelo menos três aspectos significativos apontados na pesquisa comprometem a qualidade da informação jornalística sobre a Amazônia: 1) a falta de um acompanhamento regular da evolução do contexto socioambiental na região; 2) a participação inexpressiva de fontes e atores de comunidades locais; e 3) a carência de conexões entre temas intrínsecos e relevantes ao debate.

Sobre o primeiro aspecto, foi constatado que o tema ainda é pauta esporádica nos grandes jornais, tendo destaque em momentos de crise ou quando acontecem eventos especiais. A divulgação das taxas de desmatamento pelo Inpe, por exemplo, faz com que o assunto apareça com certa frequência nos jornais. Este estudo mostra que, uma semana antes da divulgação dos dados, nos três momentos analisados, quase não são encontradas matérias sobre o assunto. O ano de 2008 foi peculiar em comparação a 2005 e 2007, pois a repercussão acerca dos dados mensais apresentados pelo Inpe e das causas do aumento do desmatamento perdurou durante a semana seguinte à divulgação da taxa, ao contrário dos outros anos. A intensa concentração da discussão aconteceu principalmente na FSP e no OESP, que em conjunto foram responsáveis por mais de 80% da amostra no período de 2008. No entanto, o volume de matérias neste momento não condiz com uma melhoria da cobertura da imprensa sobre o assunto. Ainda há um longo caminho pela frente. A imprensa precisa aperfeiçoar a cobertura jornalística diante das tendências que requerem um jornalismo cada vez mais aprofundado e apto para atender as novas demandas ambientais, sociais, culturais e tecnológicas. Sendo assim, a imprensa precisa ser capaz de trabalhar a questão socioambiental de forma menos superficial e pontual. Precisa melhorar a contextualização, fazendo as conexões com outros temas de relevância na discussão – o que não foi constatado na maior parte das matérias analisadas.

Sobre o segundo aspecto, os resultados mostram que a imprensa fez uma cobertura focada principalmente nas fontes e nos atores do governo, apesar de a diversidade de

entrevistados ser considerada essencial para a construção de notícias que requerem grau de complexidade maior, como é o caso do desmatamento da Amazônia. A comunidade local quase não foi ouvida, apesar de ser elemento fundamental para a produção de uma cobertura realista, apresentando a multiplicidade de interesses aos quais estão vinculadas as questões sociais e ambientais na Amazônia.

Por fim, a carência de relações com temas como o aquecimento global faz com que o leitor não compreenda o real significado de assuntos relevantes e de suas implicações futuras em escala local e até mesmo global. O leitor acaba sem entender que o tema está ligado a uma gama de situações complexas, envolvendo os diversos povos que vivem na região – seja luta pela terra, violência, carência de meios de sobrevivência ou ausência do Estado. Como a mídia tem sido, para muitos brasileiros, a única maneira de entrar em contato e entender os acontecimentos socioambientais sobre a Amazônia, é essencial que ela produza matérias com mais qualidade, conteúdo crítico e diversidade de temas e fontes. No entanto, ela tem tido dificuldades para distinguir a boa informação científica/ambiental daquela produzida sob a disputa de interesses.

Ainda assim, a pesquisa permitiu reconhecer o papel fundamental dos jornais no processo de negociação política e conscientização social acerca de temas que demandam certa profundidade e diversidade de opiniões, como é o caso do desmatamento da Amazônia. Essa percepção é válida para os três jornais. Enquanto o GLB se empenhou em repercutir os conflitos e divergências políticas dentro do governo, o OESP direcionou a sua cobertura de forma mais denunciativa, com matérias que faziam alertas sobre o aumento do desflorestamento da Amazônia, e a FSP deu mais ênfase à política ambiental do governo Lula.

A partir dos resultados desta pesquisa, surgem questionamentos sobre o que precisa ser transformado dentro das redações para que o tema seja tratado com mais profundidade e transversalidade e sobre o que precisa ser feito para que o papel do jornalista na cobertura de assuntos ambientais complexos seja realmente cumprido. Todas essas indagações foram feitas aos próprios editores de Ciência dos jornais analisados e a especialistas, durante as entrevistas realizadas no decorrer do trabalho. Apesar reconhecerem que a cobertura da Amazônia ainda não é a ideal para esclarecer e situar o leitor, os jornalistas avaliam que houve alguns avanços e evoluções no tratamento de temas ambientais estão acontecendo. Estas e outras questões são detalhadas no capítulo a seguir.

4 A PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS E ESPECIALISTAS

4.1 ENTREVISTAS

Para conhecer a percepção dos profissionais da imprensa a respeito da cobertura jornalística do desmatamento da Amazônia, foram realizadas entrevistas com jornalistas renomados que trabalham na área de ciência e meio ambiente, sendo alguns editores de Ciência dos jornais objetos da pesquisa. De roteiro aberto, exploratórias e flexíveis, as entrevistas foram realizadas de julho a outubro de 2008. Elas abordam a evolução da cobertura do desmatamento da Amazônia nos grandes jornais e na imprensa, o papel do jornalismo e do jornalista na cobertura de temas ambientais complexos e as dificuldades de se realizar uma cobertura jornalística de qualidade.

Foram realizadas também entrevistas com especialistas e atores sociais ligados diretamente à questão ou que participaram de projetos e decisões acerca do desmatamento da Amazônia. Centradas no tema, essas entrevistas revelam um outro olhar da mídia sobre a cobertura de temas científicos e ambientais complexos. Os entrevistados são pessoas que, geralmente, participam dos debates no meio social e governamental e que, por isso, servem de fontes aos jornalistas. Esses especialistas conseguem apresentar uma visão mais crítica dos debates e temas que ficam de fora da pauta jornalística da grande imprensa.

Ao todo, foram realizadas – de outubro de 2007 a novembro de 2008 – dez entrevistas, sendo seis com profissionais da área de comunicação e quatro com especialistas. As entrevistas foram de roteiro aberto, exploratórias e flexíveis; e apenas uma de roteiro fechado, feita via correio eletrônico por causa e dificuldade de agenda do entrevistado.

As duas categorias de entrevistados (jornalistas e especialistas) serão tratadas em conjunto no decorrer deste capítulo, visto que as suas percepções e opiniões são muitas vezes complementares, semelhantes ou contrapostas. Apesar de haver visões e percepções diferenciadas, o diagnóstico que os entrevistados fazem, no geral, sobre a cobertura da imprensa do desmatamento da Amazônia apresenta muito mais pontos em comum do que divergências.

4.2 A COBERTURA

A maior parte dos entrevistados avalia que a mídia tem dado, nos últimos anos, mais espaço aos assuntos de meio ambiente e ciência, inclusive sobre o desmatamento da Amazônia. Na visão do repórter das *Organizações Globo* e editor-chefe do programa semanal "Cidades e Soluções", exibido na *Globo News*, André Trigueiro²³, houve uma mudança de tratamento:

Mudou no prestígio que os assuntos ambientais passam a ter, fora e dentro da redação. [...] O que era motivo aqui da coisa do "rótulo do verde", do xiita, do eco-chato, mudou a percepção de que aquilo ali é um assunto que sustenta a civilização do terceiro milênio, é um assunto que diz respeito à qualidade de vida, onde você estiver, na cidade, no campo, onde você estiver existem problemas sistêmicos, globais, e a gente precisa compreender essa realidade no fato jornalístico. É um processo em andamento, é melhor do que já foi.

Para a jornalista e editora do "Caderno Vida&" do OESP, editoria que cobre assuntos de ciência e meio ambiente, Luciana Constatino²⁴, o tema ambiental, especialmente a Amazônia, tem ganhado mais espaço nos últimos anos, tanto na mídia impressa, quanto nas outras mídias. A jornalista considera que um dos fatores desta abertura é a preocupação da sociedade:

[...] tem muita gente pesquisando sobre o assunto, tratando o assunto e isso ajuda a colocar o tema em debate; e eu acho que outro fator que ajudou foi o próprio IPCC que trouxe o debate do aquecimento global e mudanças climáticas para o foco, e isso, de uma maneira ou de outra, vai acabar desaguando na Amazônia. Mesmo que você não fale diretamente da Amazônia, isso acaba trazendo o foco e você acaba prestando mais atenção para a região.

O colunista da FSP Marcelo Leite²⁵, que foi o editor de Ciência da FSP, também avalia que o aumento de matérias nos últimos anos sobre o desmatamento da Amazônia é devido à associação do tema ao do aquecimento global. O jornalista afirma que, com a divulgação dos relatórios do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), cresceram no mundo todo, de alguma maneira, o interesse e a cobertura jornalística das questões ambientais globais e das mudanças climáticas.

²³ Entrevista concedida no dia 29 de julho de 2008 na *Globo News*, no Rio de Janeiro. O resumo do currículo do entrevistado está disponível no Apêndice desta Dissertação.

²⁴ Entrevista concedida no dia 16 de outubro de 2008 na sede do OESP, em São Paulo. O resumo do currículo da entrevistada está disponível no Apêndice desta Dissertação.

²⁵ Entrevista concedida no dia 16 de outubro de 2008, na sua residência, em São Paulo. O resumo do currículo do entrevistado está disponível no Apêndice desta Dissertação.

[...] e obviamente também o Nobel para o Al Gore²⁶ e para o IPCC. Com o filme do Al Gore, que saiu no ano anterior, então havia um certo terreno fértil em termos de opinião pública, uma sensibilidade maior, aumentada sobre essa questão. E a questão da Amazônia, desde 1988, ela sempre surgiu associada com essa questão – mudanças climáticas e perda de biodiversidade – que são os dois temas sempre associados com o desmatamento da Amazônia.

O jornalista Alexandre Mansur²⁷, editor de Ciência da Revista *Época*, tem a mesma opinião quando diz que hoje o tema desmatamento da Amazônia está vinculado principalmente à discussão do aquecimento global.

[...] esse desmatamento é preocupante, não por causa da biodiversidade, dos índios, da beleza natural, é preocupante por causa do aquecimento global. Então é completamente diferente, a razão é completamente diferente. E a cobertura também é diferente. A cobertura agora é muito mais em busca de soluções, do que era naquele outro período. [...] Então o desmatamento hoje deixou de ser visto como uma questão de preservar o “bichinho na floresta”, mas pelo desperdício econômico de recursos.

Para o editor, que trabalha há mais de 16 anos com jornalismo ambiental, houve nas últimas décadas uma mudança significativa na maneira que a imprensa aborda temas relacionados ao desmatamento da Amazônia. Durante a década de 1970, com o fim das utopias socialistas, a temática ambiental virou a grande agenda dos movimentos internacionais, “porque as únicas organizações não-governamentais eram as ambientais, num momento em que ninguém tinha grandes sonhos, o sonho ambiental era disponível, então ele virou o grande lance”.

Foi especificamente depois da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, que as questões ambientais começaram a aparecer com maior frequência na imprensa internacional. Após este evento houve uma diminuição da produção de matérias relacionadas ao meio ambiente. O assunto voltou a aparecer com mais força na mídia mundial a partir da segunda metade da década de 1980, com a descoberta do buraco na camada de ozônio e as primeiras hipóteses sobre o impacto das atividades humanas no aumento do aquecimento global. Contudo, a repercussão dos temas ligados ao desmatamento da Amazônia ainda acontecia de “fora para dentro”, como lembra Mansur:

²⁶ Al Gore foi vice-presidente dos Estados Unidos e vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2007, por seu trabalho de divulgação mundial das mudanças climáticas. Ele dividiu o prêmio com o corpo de especialistas do IPCC. Gore ganhou destaque como defensor da necessidade de combater o aquecimento global em 2006, ao lançar o filme *An Inconvenient Truth*. Em 2007, essa obra de Gore ganhou o Oscar de melhor documentário.

²⁷ Entrevista concedida no dia 16 de outubro de 2008, na Editora Globo, em São Paulo. O resumo do currículo do entrevistado está disponível no Apêndice deste trabalho.

Os brasileiros não estavam nem aí para o assunto. Porque o que você tinha de meio ambiente forte no Brasil, de trabalho ambiental forte no Brasil, estava no Sudeste. Era SOS Mata Atlântica, era a SBCN, era o Pró-natura, que era importante naquela época, era o pessoal trabalhando Mata Atlântica, basicamente, oceanos, e não tinha muita gente na Amazônia, a não ser o pessoal que trabalhava com índio, mas a opção deles era outra, não era desmatamento. Então foi muito de fora para dentro.

O mesmo jornalista diz que naquela época a grande imprensa, principalmente a internacional, passava a idéia de que o Brasil precisava preservar a Amazônia, “a riqueza do mundo”. Foi neste momento que começaram a falar em desmatamento: “Era uma coisa como “vocês, brasileiros, não têm o direito de jogar fora essa riqueza biológica”. A repercussão era sobre o valor da floresta, o fato de ela ser bonita, de ela ter uma riqueza natural, biológica, de ser “o pulmão do mundo”.

Com a realização da “ECO 92”, houve um *boom* de matérias sobre a Amazônia e meio ambiente. Participaram mais de sete mil profissionais, entre jornalistas, fotógrafos e técnicos. Eles representavam agências de notícias, redes de TV, jornais impressos e revistas de todo o mundo (RAMOS, 1996). Depois da ECO 92 houve uma diminuição drástica da cobertura de temas ambientais pela grande imprensa, como afirma Mansur:

A ECO 92 foi o fim. A partir de 92 em diante, caiu brutalmente. [...] Quando chegou em 94, ninguém queria mais nem saber disso. Tanto que entre 87 e 92, a imprensa foi criando editorias de meio ambiente, que não existiam. Então os jornais criaram editorias de meio ambiente, as revistas criaram editorias de meio ambiente, começaram a surgir revistas especializadas, tipo a “Caminhos da Terra”, “Ecologia e Desenvolvimento”, e, quando chegou em 92, essas editorias se desmontaram, porque elas começaram a enfrentar muita resistência para implantar a pauta, [...] então era uma coisa muito marginalizada.

Especificamente sobre o desmatamento da Amazônia, houve também uma diminuição na cobertura após a ECO-92, visto que “deixou de ser um tema constante”, segundo o Mansur. Para ele, na década de 1990, o tema só ganhava destaque quando o Inpe divulgava as taxas anuais de desmatamento da Amazônia:

Então toda vez que tinha a divulgação dos números, só nesse período, se falava do assunto. E como quem estava cobrindo era muito novo, sempre, porque não tinha uma cobertura regular, toda vez que você chegava num índice de desmatamento, era como se estivesse escrevendo tudo de novo. Todo ano tinha desmatamento, aí você tinha que explicar tudo do zero de novo e você trabalhava em cima dos preconceitos, então: “são as madeiras que estão destruindo”, “tem que preservar a beleza natural”, aí o debate do “interesse estrangeiro x interesse nacional”, tudo de novo! Você começava do zero todo ano. E a única resposta era regulação: proibir, proibir, proibir.

Marcelo Leite lembra que na época em que era o editor de Ciência da FSP, o desmatamento da Amazônia não era um assunto prioritário da estrutura toda do jornal, “a cobertura ficava muito dependente de espaço disponível na editoria de Ciências”. Hoje, segundo ele avalia, o desmatamento na Amazônia, na FSP, e mesmo em outros jornais como o OESP, raramente é coberto por gente que não entende nada do assunto.

4.3 OS JORNAIS

Ao comentar as diferenças entre a FSP e OESP a respeito da quantidade de matérias publicadas no período pesquisado que abordam o desmatamento da Amazônia, como apresentado no capítulo anterior, Marcelo Leite diz que o OESP sempre teve uma cobertura mais regular do tema, apesar de a editoria de Ciência da FSP ter boas fontes e uma boa cobertura.

[...] eu diria até que durante muitos anos, até hoje, a Folha de São Paulo tem uma cobertura bastante admirada, considerada boa em termos de informação, de furo, de qualidade de aprofundamento, qualidade técnica e tal, mas com esses altos e baixos. Mas o restante do tempo você tem que cobrir o resto das Ciências. [...] Por isso eu digo que a cobertura da Folha era irregular nesse aspecto. A do Estado de São Paulo, não. O Estado de São Paulo tinha gente na sucursal de Brasília. Duas ou três pessoas que sistematicamente cobriam o Ministério do Meio Ambiente, da Tecnologia, o Itamaraty.

Um dos fatores que explica a regularidade da cobertura de meio ambiente do OESP, segundo a editora de Ciência deste jornal, Luciana Constantino, é que desde meados de 2004 foi criada uma página fixa sobre ambiente. A jornalista acredita que o aumento de matérias sobre o assunto tem a ver também com o interesse e especialização do jornalista no assunto:

[...] obrigatoriamente, toda semana, acaba tendo matéria, quase que diariamente; se não diariamente, a cada... Dia sim, pulando dois ou três, no máximo. Aí, não só de Amazônia, mas de ambiente como um todo. [...] é um tema que interessa ao jornal e que tem peso aqui dentro. Acho que também é um pouco dos próprios profissionais, os próprios jornalistas têm mais atenção, têm se especializado nisso e têm se interessado e a editoria foi criada para isso, para dar espaço e atenção para este tipo de tema.

Já a FSP antigamente dava menor atenção ao tema, segundo informou Marcelo Leite. Ele conta que na época em que foi editor, para conseguir uma matéria da sucursal de Brasília da FSP sobre a Amazônia, era muito complicado porque sempre havia outra prioridade: “era sempre economia, sempre política, no máximo, o cotidiano e acabou”.

Segundo o jornalista e atual editor de Ciência da FSP, Claudio Angelo²⁸, quando ele entrou na Folha, em 2000, só tinha duas pessoas para Amazônia (ele e Marcelo Leite):

Eram duas pessoas no *Grupo Folha*, o que inclui o *UOL*, todos os jornais. E, claro, como o tema não interessava a mais ninguém, não fazia diferença e a gente fazia o que a gente queria, dava todo o espaço... Claro, isso cria um problema também; como não interessa a ninguém, a gente tinha menos dinheiro para viajar para a Amazônia para fazer as matérias. Tudo bem, a gente ainda fazia uma cobertura consistente, ainda eu acho que menos temática do que a do Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo, tradicionalmente, desde sempre, dá uma atenção muito maior a essa área.

Claudio Angelo acredita que o comportamento da FSP mudou nos últimos anos. Para ele, o desmatamento da Amazônia “é o assunto da hora” e a FSP, de fato, despertou para o tema, depois de tanto tempo. A explicação do jornalista para esta mudança de comportamento da FSP foi que o assunto “desmatamento da Amazônia” passou para a editoria Brasil, que cobre política. No entanto, na opinião do editor o fato não foi totalmente positivo.

Acho até que para eles o fato de isso (desmatamento da Amazônia) estar indo para a editoria nobre do jornal, que é a Editoria Política, na cabeça deles sinaliza que estão dando atenção e prioridade para isso. Na verdade, a intenção foi boa, que é aumentar o espaço e a visibilidade dessa cobertura. Mas o resultado foi um desastre.

O problema alegado por Claudio Angelo é que “tudo é muito compartimentado e com foco político” e a cobertura atual sobre o desmatamento da Amazônia “ainda está longe de ser a ideal para situar o leitor”. Claudio Angelo argumenta que as pessoas que trabalham na editoria de Política não estão preparadas para cobrir o assunto, não gostam do tema e não é prioridade para eles:

Prioridade para eles é eleição. Apesar do nome da editoria ser Brasil, o trabalho deles é muito focado em política. É um assunto completamente alienígena para eles. Ao mesmo tempo eu acho que não pode acontecer... Isso é ruim para os leitores de Ciência. Por exemplo, saiu uma matéria, perto do Carnaval, que era assim: “PT controla superintendências regionais do Ibama”, o que não tem absolutamente nada a ver com Ciência. Eu acho que tinha que ter uma possibilidade... “Minc brigando com Gabeira”. Uma questão política, loteamento político do Ibama, isso tinha que sair em Brasil.

Mesmo assim, apesar dos ajustes a serem feitos na cobertura de Meio Ambiente da FSP, Claudio Angelo avalia que o jornal tem uma boa disposição com relação a esta área, pois contratou uma jornalista recentemente para cobrir Ciência. Ele também acredita que as

²⁸ Entrevista concedida no dia 17 de outubro de 2008, na sede da FSP, em São Paulo. O resumo do currículo do entrevistado está disponível no apêndice desta dissertação.

pessoas que cobrem Amazônia hoje, no Brasil, o fazem a sério – “que são 10 pessoas no País inteiro, que sabem quem são as fontes”.

Para Marcelo Leite, com a mudança na FSP passou a existir mais espaço para as matérias:

[...] porque o caderno Brasil tem várias páginas, com a Ciência tem só uma, quando muito, uma, geralmente é só meia página – e tem mais recursos, tem mais “braços” e mais recursos garantidos da sucursal de Brasília. E tem uma grande aquisição que foi feita, que é uma repórter de Brasília, [...] que tem feito boas matérias, e está cobrindo mais sistematicamente essa área. E isso realmente mudou a cobertura da Folha de São Paulo. Por incrível que pareça, às vezes, uma coisa dessas muda mesmo, porque você ter um bom editor e um bom repórter como Cláudio, em São Paulo, levantando o tema, propondo pautas, mesmo que não saia na editoria de Ciências, que saia em Brasil, mas ele ainda é muito ouvido e mobilizado, faz matéria e tal. Eu, ou mal ou bem, com as minhas colunas, de vez em quando faço uma matéria, faço editoriais sobre o assunto, e uma boa repórter do primeiro time em Brasília, atenta pelo menos – não vou dizer cobrindo cotidianamente, mas atenta para o assunto – com fontes e dando furos, você pode talvez entender um pouco essa mudança na Folha de São Paulo.

No entanto, na visão de Marcelo Leite, também houve um retrocesso, já que a pessoa da editoria de Brasil não tem tanta familiaridade com o tema como tem o editor de Ciência.

Para você fazer um título, para você cortar, para você decidir que tamanho deve ocupar na página, realmente editar o material, faz diferença você ter ou não familiaridade. Às vezes, uma coisa que quem acompanhou o assunto percebe que é importante, o cara que não acompanha – o editor, subeditor, ou sei lá o quê – de Brasil, que não acompanha tão de perto, pode não atribuir a mesma importância e dar uma coisa pequena, no pé da página, sendo que em Ciência talvez fosse um abre de página. É por esse tipo de coisa que às vezes, também, tem um retrocessozinho ali.

Sobre o fato de o GLB ser o veículo que menos repercutiu o assunto no período pesquisado em comparação à FSP e ao OESP, como foi apresentado no capítulo anterior, André Trigueiro, que é jornalista das Organizações Globo, acredita que tem a ver com o perfil do jornal. O veículo cobre principalmente assuntos de interesse ao Rio de Janeiro, onde fica a sede do jornal. O jornalista também aponta outras hipóteses para o fato da descontinuidade de cobertura da grande mídia sobre o assunto:

[...] a grande mídia está concentrada na região Sudeste, basicamente, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, que é o centro do poder, que seria exceção. Quer dizer, Brasília não concentra nem a população nem a maior parte da economia do Brasil, mas é onde está o centro do poder. O resto do Brasil é periférico e isso é terrível. O que é o resto do Brasil? É região Sul, Espírito Santo, que é Região Sudeste, e Minas Gerais que não está coberto com a devida importância, o Nordeste é periférico, Região Norte é periférica, Região Centro-Oeste também. Então o eixo gravitacional dos

assuntos entendidos como notícia tende para a Região Sudeste. A Amazônia, via de regra, parece não ter tragédia. Se você tem assuntos trágicos, assuntos que chamam atenção pelo aspecto catastrófico, a natureza desses assuntos emplaca muito mais rapidamente manchete, espaço, importância, prestígio na Redação, do que outras notícias associadas à Amazônia. Este é o problema.

O coordenador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Paulo Moutinho²⁹, avalia que o assunto não é disseminado de maneira homogênea na mídia nacional:

[...] Eu sempre falo dos jornais do Rio de Janeiro. Os jornais do Rio de Janeiro, se você os compara com os de São Paulo na questão da abordagem de temas ambientais, e aí os amazônicos, há uma defasagem enorme. São Paulo está muito mais à frente no acompanhamento do problema. [...] você tem redutos ou jornais que têm uma linha um pouco mais frequente, ambiental, e outros copiam ou ficam somente na questão urbana, questão regional.

Para Alexandre Mansur, existe mesmo uma questão “muito esquisita” na cobertura da Amazônia que é a separação entre Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Em sua opinião, as pessoas que entendem do assunto estão em São Paulo ou no Rio de Janeiro, no caso do GLB:

O pessoal de política, que está tão mais perto (em Brasília), não entende nada. Então às vezes você está muito mal informado aqui. Você que é o cara que entende está muito bem informado do que está acontecendo lá. E você não consegue cobrir direito a política de meio ambiente, porque você não está lá. E o cara que está lá cai muito verde na história e ainda é engabelado por qualquer um lá.

Por outro lado, especialistas dizem que ocorreu uma evolução de comportamento do GLB no último ano. Na visão de Adalberto Veríssimo³⁰, diretor e pesquisador sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), em 2007 o GLB ainda tinha uma cobertura esporádica sobre a Amazônia; em 2008, o tema passou a ser tratado também por outras áreas, como a de Economia, como é o caso da jornalista Miriam Leitão, e foi escalado um grupo de repórteres para tratar de forma seguida o tema. Veríssimo destaca que o caso mais notável da evolução da cobertura de 2007 para 2008 foi a forma como a FSP passou a cobrir o tema – antes (em 2007) a cobertura estava restrita às editorias de Ciência e, em 2008, passou para a editoria de Política. Já o OESP manteve a

²⁹ Entrevista concedida no dia 01 de outubro de 2007, no Ipam, em Brasília. O resumo do currículo do entrevistado está disponível no apêndice desta dissertação.

³⁰ Entrevista de roteiro fechado, respondida via correio eletrônico, no dia 23 de novembro de 2008. O resumo do currículo do entrevistado está disponível no apêndice desta dissertação.

equipe base e fez várias matérias especiais em 2008. Mesmo assim, Veríssimo considera que a cobertura atual sobre o tema apresenta pontos negativos:

Ao abrir para jornalistas com pouco conhecimento da Amazônia (em especial, da editoria de Política) algumas pautas velhas (assuntos já tratados no passado) acabam voltando como novidades. Aumentam também os erros conceituais sobre a Amazônia.

Em resumo, os jornalistas/editores e especialistas acreditam que houve, em geral, melhoria na cobertura do desmatamento da Amazônia da grande imprensa nos últimos anos. Mesmo assim, a maioria dos entrevistados reconhece que ainda existem problemas acerca desta cobertura nos três jornais analisados. Esses problemas não estão ligados apenas à posição geográfica dos jornais e ao interesse dos jornalistas, mas também à falta de transversalidade dentro das redações e da abordagem descontínua, que dificulta a realização de uma cobertura mais contextualizada, com diversidade maior de fontes, atores e temas.

A visão dos jornalistas/editores e especialistas com relação aos problemas e dificuldades da cobertura do desmatamento da Amazônia será apresentada nos próximos itens.

4.4 OS PROBLEMAS

Os quatro especialistas entrevistados avaliam que a cobertura da imprensa sobre o desmatamento da Amazônia ainda apresenta uma série de problemas, como falta de contextualização e continuidade do assunto, pouca prioridade e espaço dentro do jornal e desconhecimento do tema pelos jornalistas.

O coordenador do Ipam, Paulo Moutinho, lista três problemas atuais da cobertura da imprensa sobre o desmatamento da Amazônia:

A primeira delas é a falta de coerência da mídia na abordagem do problema. Quer dizer, não há um olhar para trás do que foi já produzido por aquela mídia e usá-la como ganchos para abordar um problema atual. Sei que muitas vezes isso é difícil de fazer, mas essencial. A segunda, a mídia muitas vezes faz essa abordagem fragmentada, extremamente simplificada e esquece o contexto onde está acontecendo o problema. E por fim eu acho que ela não tem tido muito sucesso em transmitir o problema de uma maneira mais simplificada. [...] Eu costumo brincar que uma boa matéria sobre um assunto científico ou desmatamento, coisas desse tipo, é quando sua mãe entende. Quando ela entende, aí a coisa foi bem feita.

Na visão da assessora de políticas públicas do Instituto Socioambiental (ISA), Adriana Ramos³¹, coordenadora da Iniciativa Amazônica³² e membro do Conselho Diretor do ISA, existe uma limitação geral na grande imprensa de desconhecimento do assunto e uma limitação geral de espaço e de prioridade para este tema nos jornais. Além disso, Adriana complementa:

[...] tem o fato de que boa parte do que a gente tem a dizer sobre esse assunto vai se chocar com interesses econômicos que muitas vezes são prezados pelo jornal, quando não são anunciantes e tal, e tem a ver um pouco com a questão de qualidade mesmo. [...] Faz diferença é quando é a favor do governo e acho que essa superficialidade é normal, mas dificulta o tratamento de uma questão como essa. A gente não tem muito espaço para desenvolver o raciocínio.

Para o ex-secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, no governo Marina Silva, Cláudio Langone³³, a imprensa só trata o desmatamento da Amazônia na superfície: “Não existe na imprensa uma lógica de dar coerência e ter uma linha de continuidade na cobertura”. Segundo avalia o especialista, a imprensa dedica-se sempre a cobrir crise e faz uma cobertura muito pontual, muito episódica, a partir de fatos novos que surgem:

[...] ela não tem uma linha continuada de cobertura de questões mais relevantes. Não só de agenda negativa como de agenda positiva, porque a região está tendo uma transformação interessante, várias possibilidades novas se colocando. Mas como não tem essa coisa continuada, um debate forte sobre o significado das novas infra-estruturas... Existem hoje alguns empreendimentos de grande porte sendo construídos na Amazônia que mereceriam uma análise de estudo, de análise de caso mesmo. [...] a Amazônia está sofrendo uma transformação que não está sendo acompanhada pela mídia brasileira: a experiência das primeiras concessões florestais, as obras de infra-estrutura, os grandes investimentos do PAC nas cidades amazônicas, a mudança de correlação de forças políticas na região.

O especialista Paulo Moutinho tem opinião semelhante quando diz que “a mídia reage muito na emergência, somente quando são divulgadas as taxas do desmatamento da Amazônia”:

[...] se cresceu, desceu e aí se retoma toda a discussão que se for olhar para trás é mesma de anos atrás. Não tem o aprendizado da evolução porque fica uma coisa pontual. O que é preciso fazer, na medida em que as taxas vão sendo liberadas, é analisar dentro de uma evolução histórica e ao

³¹ Entrevista concedida dia 09 de outubro de 2008, em Brasília. O resumo do currículo da entrevistada está disponível no apêndice desta dissertação.

³² A Iniciativa Amazônica é um dos componentes do Programa de Política e Direito Socioambiental do ISA, que opera desde 2003. O programa é uma fusão de três linhas de ação desenvolvidas pelo ISA: políticas públicas, direito e biodiversidade. Entre as suas atividades, estão o monitoramento de políticas ambientais e produção de conhecimento técnico. O ISA tem sede em Brasília, DF.

³³ Entrevista concedida dia 21 de novembro de 2008, em Brasília. O resumo do currículo do entrevistado está disponível no apêndice desta dissertação.

mesmo tempo qualificada esse desmatamento. O que a gente está falando? Outros 20 mil quilômetros quadrados desmatados? Mas o que foi desmatado? Em que situação? Quais são as variações? Ou seja, você não tem muito discernimento na mídia para uma qualificação do desmatamento. Porque em alguns casos, pode parecer até paradoxal.

A repórter da editoria de Ciência e Tecnologia da revista *Época* que cobre assuntos referentes à Amazônia, Juliana Arini³⁴, reconhece que existe uma falta de constância no tratamento pela grande imprensa do desmatamento da Amazônia:

[...] porque você está caminhando para explicar uma coisa para o público e aí você volta lá atrás. E as coisas ficam sempre sem ter uma explicação direta. O leitor vai passar o tempo inteiro achando que o madeireiro é quem desmata a Amazônia. [...] então você não discute os problemas de verdade. Você fica sempre no factóide.

Por esse lado descontínuo e mais emergencial da discussão do tema na mídia, Moutinho avalia que a diversidade de fontes acaba sendo prejudicada:

A mídia escolhe uma meia dúzia de dez [especialistas] que vão ser sempre consultados. Eu sei disso porque os jornalistas ligam aqui eu fico dizendo: “Por que vocês não conversam com aquele sujeito?” Por exemplo, a mídia escuta muito pouco a população local, escuta muito pouco os povos da floresta, índios e seringueiros.

Langone, por sua vez, analisa que a discussão sobre desmatamento da Amazônia se dá sempre em cima de uma avaliação superficial que não vai ao âmago da questão – que é a ausência de uma iniciativa do Estado para liderar o debate sobre uma agenda de desenvolvimento para a região. Langone pontua que há uma série de palpites sobre os elementos motivadores:

[...] quem tem que dar explicação envolvendo o desmatamento é sempre o setor ambiental, e a repercussão positiva ou negativa do desmatamento não leva o governo a tomar uma decisão clara no sentido de uma agenda real de desenvolvimento para a região, que combine infraestrutura, política industrial, política científico e tecnológico, política agrícola, uma agenda de desenvolvimento de fato. Então isso acaba fazendo com que se coloquem opiniões sobre as causas e o debate sobre o desmatamento. Principalmente quando ele aumenta, se transforma em um jogo de empurra entre os atores sobre quem é o responsável. E no fim das contas, para a sociedade acaba ficando uma coisa de que todos são os responsáveis e ninguém é responsável, em função da superficialidade com que o tema é abordado.

³⁴ Entrevista concedida no dia 16 de outubro de 2008, na Editora Globo, em São Paulo. O resumo do currículo da entrevistada está disponível no apêndice desta dissertação.

Sobre essa questão de a imprensa focar principalmente nos conflitos políticos dentro do governo e nos atores ditos responsáveis pelo aumento do desmatamento na Amazônia – um dos resultados apresentados neste trabalho –, Claudio Angelo avalia que isto aconteceu principalmente devido o deslocamento do assunto para a editoria Brasil:

[...] o olhar da política sobre o assunto é muito focado no tititi, na picuinha política do momento. Agora a coisa estrutural que subjaz a cobertura, quer dizer, porque eles estão brigando e qual vai ser o resultado dessa... Quer dizer, o quê que a briga entre os ministros... O que acontece com quem ganhar ou perder a briga, que é, enfim, o assunto que estamos discutindo, na verdade, mas isso não é pauta deles. Então o negócio se perde.

Claudio Angelo considera que “a imprensa paulista cobre a Amazônia aos soluços, tem espasmos, números de coisas, a demissão de ministros, aí tem picos de atividade jornalística em volta do tema”.

Para Luciana Constantino, o desmatamento tem sido usado como uma questão política pelo governo, o que acaba repercutindo também nas matérias. A editora defende que:

A partir do momento em que se têm autoridades brigando, isso é notícia. Não é uma questão de gostar ou não. O leitor tem que ser informado, até para que ele tenha informação para decidir para qual lado ele vai ficar, mas pelo menos o que ele entende como o que deveria ser, até para que ele possa tentar interferir numa eventual política pública. É direito dele.

André Trigueiro avalia como positivo este comportamento da imprensa. Primeiro, porque ele entende que “a questão da Amazônia é uma questão política”. Segundo porque “na área ambiental é preciso explicitar os conflitos”, visto que existem “os falsos consensos”:

Então explicitar os conflitos é algo didático, é algo que empresta lucidez à percepção dos fatos, caem as máscaras. [...] no debate, a mídia é o palco onde este debate precisa acontecer para você apurar quem está dizendo o quê, porque está dizendo e quem está com a razão. E a gente construir, portanto, uma consciência mais madura a respeito do problema. A questão da Amazônia não é “preserve a Amazônia”. A questão da Amazônia é como a gente oferece as devidas condições para que 23 milhões de pessoas tenham oportunidades e como estanca processos suicidas de desenvolvimento.

Cláudio Langone avalia que “a imprensa internacional aborda o tema da Amazônia com mais profundidade que a imprensa nacional”. Ele destaca que os grandes veículos nacionais continuam alimentando uma visão mítica da Amazônia e não conseguem abrir, racionalizar. “Então, sempre passa a idéia de que o negócio é muito complexo, muito

grande, e acaba fortalecendo a idéia de que o desmatamento nunca vai ser revertido, que não tem saída, que não há o que fazer e que isso vai ser sempre assim”.

Adriana Ramos acredita que a imprensa reconhece a importância do tema ambiental e “reconhece que para falar da Amazônia não pode defender o desmatamento”. No entanto, ela entende que a mídia esvazia esse discurso ao colocar uma “pecha de radicais nos ambientalistas e tenta analisar o enfraquecimento do órgão ambiental na sua capacidade de fazer a gestão”:

Mas eles não querem olhar o outro lado do problema e questionar e ajudar a construir o entendimento sobre qual é a perspectiva de desenvolvimento, um modelo que poderia ser diferenciado. Mas se você coloca este elemento na mesa, isso não interessa.

Além disso, Adriana Ramos destaca que “falar bem do governo não vende jornal”:

Porque o jornal não pode ser visto como um jornal governista. Tem que estar sempre, pelo menos aparentemente, questionando o governo. Então se o ministro disse uma coisa, quem vai fazer o contraponto da matéria é quem vai dizer o contrário. Quem vai concordar com o ministro não dá notícia. Isso é muito curioso.

Outro aspecto criticado pelos especialistas é a lógica da divulgação dos dados do Inpe do desmatamento da Amazônia. Para Adriana Ramos, o dado do desmatamento divulgado pelo Inpe diz muito pouco, visto que não informa, por exemplo, quanto desse número é desmatamento legal ou ilegal, quanto se refere a grandes ou pequenas propriedades, se as áreas abertas foram queimadas ou se foram desmatadas para qual tipo de cultura. Mesmo assim, segundo ela avalia, esta lógica de divulgação mensal acaba atendendo a imprensa:

E aí o ritual mórbido, que era uma vez por ano, passou a ser mensal. Então hoje a gente tem o mesmo problema que tinha há seis anos, só que a cada mês. A cada mês você tem uma taxa que pode não significar muita coisa. E vai ter polêmica, vai, porque é uma metodologia técnica. [...] esse é um processo que atende a mídia, porque para a mídia é muito mais fácil ter um gancho único do que ter que explicar uma situação complexa com diferentes vetores envolvidos. Então, ela vai lá e foca no número. Qualquer número do desmatamento é ruim, independente de se ele aumentou ou diminuiu.

Cláudio Langone acredita que com a publicação dos dados mensalmente pelo Inpe, antes feita anualmente, piorou a lógica de cobertura pela imprensa:

Fica um jogo de sobe e desce sem ponto de referência, então o cidadão olha para aquele negócio e diz: “ah, agora subiu” no mês que vem “desceu” e não tem uma idéia, de fato, do que está acontecendo, porque a divulgação anual dava uma lógica numa escala de comparação. Agora, a divulgação mensal cria uma enorme confusão na cobertura, ninguém consegue entender se afinal o aumento se refere a uma situação crítica ou não. Porque dá uma má notícia em um mês de que subiu muito aí no outro mês diz que desceu, mas em relação àquela má notícia. Essa dinâmica de divulgação mensal criou uma enorme confusão do ponto de vista da percepção da sociedade civil. [...] isso demonstra uma incapacidade de pensar ações estruturantes que revertam esta lógica que se prende só a dar notícia boa ou ruim do aumento do desmatamento e discutir quais são as causas, para não ficar numa polêmica sobre quais são as causas.

Para o especialista, quando se tem um dado bom, de diminuição do desmatamento, “o tratamento da imprensa é mais ameno”. Já quando a notícia é ruim, “é que a coisa pega”:

[...] porque não há dentro do governo um mínimo de acordo com relação às causas [do aumento desmatamento] e aí a tendência é que se abra inclusive uma controvérsia dentro da sociedade. Neste negócio de jogo de empurra, de dificuldade de identificação sobre as causas, há questões que exigem um determinado nível de aprofundamento para se definir as causas em função da diversidade da Amazônia. Mas a imprensa tende a tratar a Amazônia de maneira homogênea, como se fosse tudo igual.

Marcelo Leite reconhece que em cobertura mais tradicional sobre desmatamento, a tendência é o jornalista ficar em cima dos números e de interpretações sobre as causas. Para o colunista, seria bom se toda reportagem até entrasse numa discussão mais profunda de políticas públicas, mas nem sempre é possível fazer isso por uma série de razões: “recursos, espaço e até de oportunidade”. Na opinião de Marcelo Leite, a notícia do dia não são os atores que estão lá na região amazônica. “É a Marina, é o Blairo Maggi, o Carlos Minc, enfim são os atores mais visíveis”.

4.4.1 Ausência de relações

A maior parte das matérias analisadas neste estudo carece de construir relações do assunto desmatamento da Amazônia com temas de relevância como o aquecimento global, como foi discutido no capítulo anterior. Ao serem questionados sobre os motivos que levaram os jornalistas e a imprensa, em geral, a tratar o assunto com certa superficialidade e descontextualização, os jornalistas explicam que nem sempre é necessário ou possível fazer todas as relações. Na visão de Alexandre Mansur:

Em jornal você não precisa falar tudo em cada matéria. Se você teve um aumento no número de matérias, você também não vai fazer todas as relações em cada uma delas. Aí não cabe. A ambição de uma matéria de jornal é um recorte, ela não é abrangente. E mesmo quando você vai além do factual, você está fazendo um recorte de um pedaço do assunto. Você não está fazendo uma análise completa.

Marcelo Leite, por sua vez, entende que o que falta no noticiário diário “são as relações que vão além daquele cercadinho da cobertura tradicional”:

Fulano disse isso, fulano disse aquilo, o dado numérico é tal, o Ibama divulgou ontem não sei o quê, botou tantas pessoas, o Incra está no primeiro lugar da lista... Essas são as informações factuais. Se você consegue abrir isso, é ótimo. O leitor fica muito mais bem informado e mais satisfeito. Mas não pode ser no jornal inteiro, todos os dias. Não há meios de fazer dessa maneira.

Mas, segundo Leite, “o texto jornalístico tem que achar um equilíbrio entre os desafios da contextualização e o excesso de didatismo da contextualização”, que também deixa o texto “meio bobo”.

[...] vamos supor, sai a taxa do desmatamento, cria uma briga incrível! Na sequência, nas suítes das matérias que vão vir depois, você dificilmente vai ficar falando em desmatamento, porque isso já foi falado lá atrás, vai falar é das consequências, das disputas, dos conflitos, da saída da Marina, da briga do INPE com Blairo Maggi, essas coisas. E só vai falar no meio que foi divulgado na semana passada que o desmatamento cresceu X por cento. E vai ficar por aí. E aí é uma decisão editorial sempre complicada. Quantas vezes você precisa repetir a contextualização, quando o assunto está na ordem do dia? Todo dia tem que ter um box dizendo “o desmatamento é a principal causa...”.

Por outro lado, Marcelo Leite reconhece que talvez exista um equívoco jornalístico de presumir que essa relação do desmatamento com o aquecimento global está dada na cabeça de todas as pessoas. “De fato, ela não deve estar”. O jornalista entende também que, de um modo geral, “a relação que se faz com perda de florestas na Amazônia é com perda de biodiversidade”. Para ele, “talvez falte dizer com mais frequência que, além disso, estamos dando nossa maior contribuição para o aquecimento global”.

André Trigueiro também avalia que a relação do desmatamento com as mudanças climáticas não precisa ser feita, necessariamente, toda vez que for apresentado um novo dado do desmatamento da Amazônia:

Eu não sei se é tão importante, sinceramente. Por exemplo, a gente aqui no *Jornal das Dez*, quando sai o novo relatório do INPE, eu não me sinto obrigado a me lembrar que quando se destrói as florestas, agrava o aquecimento global. Eu não me sinto obrigado a fazer isso sempre.

Luciana Constantino acredita que se a pesquisa tivesse sido feita de maneira inversa – nas matérias sobre o aquecimento global e não nas matérias específicas sobre o desmatamento da Amazônia –, a relação seria mais frequente: “são as matérias de aquecimento que mostram qual a porcentagem de desmatamento, quanto o desmatamento

é responsável pela emissão”. Além disso, a editora argumenta que o Brasil ainda tem pouquíssimos dados que tratam do aquecimento global no país:

[...] a gente já conseguiu avançar bastante nessa questão de desmatamento, mas ainda não se refinou o desmatamento ligado ao aquecimento, até porque esse efeito não é um efeito tão imediato, porque o desmatamento você consegue medir todos os meses se a área está avançando ou não, os focos de queimada, os focos de incêndio você consegue checar se estão sendo constantes ou não. Agora, no caso do aquecimento, eles precisam criar metodologias, pois são metodologias mais em longo prazo. [...] tanto é que a gente não tem, por exemplo, o acompanhamento da emissão de carbono.

Mesmo assim, Luciana Constantino concorda que esta ausência de relações de temas correlatos e intrínsecos nas matérias tem a ver com o interesse dos jornalistas de ir atrás e a correria do dia-a-dia:

Eu acho que é um pouco de cada coisa. Um pouco, a correria do dia-a-dia. Um pouco, o fato de você não ter um dado atualizado, porque aí também fica a pergunta... O único dado que a gente tem em relação a isso é de 1994. É da década de 1990. Esse dado ainda é confiável? Os dados que a gente tem são suficientemente fortes ou atualizados para a gente continuar martelando sempre? Porque também tem uma coisa, não adianta nada a você dizer “ah, isso está ligado ao aquecimento”. E não mostrar como isso está ligado.

Na percepção de Adriana Ramos, a mídia, em geral, tem dificuldade de fazer essas conexões, mesmo hoje em dia, quando a questão ambiental é mais reportada. Isto se deve também ao fato da dificuldade do governo brasileiro reconhecer essa relação:

[...] o governo brasileiro teve, historicamente, no processo de discussão das questões climáticas no campo internacional, uma resistência ao reconhecimento do desmatamento como uma questão climática, então isso de certa forma também influencia, porque o governo não falava disso. Então isso é muito recente, foi quando essa discussão começou a surgir no campo internacional, que de certa forma você tem algum rebatimento ou alguma menção, porque algumas ONGs começaram a, insistentemente, fazer essa relação. Mas, sem dúvida nenhuma, isso é uma coisa que passa meio despercebida para a maioria. [...] O jornal não faz isso e ele não constrói as pontes entre os diferentes assuntos.

4.5 OS JORNALISTAS

Pelo fato de o desmatamento da Amazônia ser um assunto complexo, os especialistas avaliam que muitas vezes o jornalista não tem condições e nem tem interesse de aprofundar a discussão e acaba produzindo uma matéria muito superficial. Para ela, existem três tipos de jornalistas que cobrem esta área:

No geral, eles são jornalistas diários, que a gente vê fazendo qualquer tipo de matéria - o cara estava naquele dia no plantão e sobrou para ele vir aqui. Esses jornalistas têm posturas diferentes. Tem aquele cara que vem com a matéria na cabeça dele, pronta. [...] Ele quer que você diga sim ou não, e, no geral, essas perguntas não são perguntas que, para a gente que é especialista, possam ser respondidas com sim ou não. [...] Tem jornalistas que vêm com uma perspectiva mesmo de aprendizado. E aí são jornalistas que gastam um tempo maior com você para entender a história, e, depois de uma conversa, ele chega e fala: “bom, então agora vamos gravar?” E ele faz algumas perguntas, porque ele está mapeando mais ou menos como é que ele encaixa na matéria dele. É o melhor tipo de jornalista para atender. E tem aquele cara que, na verdade, não entendeu, não procurou entender, ele vem só com a pergunta que ele quer fazer [...] e para ele não está fazendo muita diferença entender o assunto. E aí, enfim, você sabe que vai sair qualquer nota.

Paulo Moutinho questiona se há acesso palatável do leitor à informação ambiental. Para o especialista, existe uma sensação do leitor de que o desmatamento da Amazônia é assunto tão complicado que ele não tem como e nem pode dar opinião:

E ele tem essa sensação porque consegue achar informação, mas não há um mecanismo de tradução em termos mais adequados, e não necessariamente mais simples, mas mais adequados, para que ele possa entender e ter sua própria opinião. [...] e a mídia ganha importância porque é o único espaço em que um leitor, um padeiro, caminhoneiro, ou mãe da gente vai buscar para entender um pouco mais uma coisa que de antemão ela já acha que é complicado, que só os poucos iluminados podem entender. Isso é uma coisa que a mídia tem papel fundamental de quebrar.

Moutinho entende que este é um processo que a mídia tem que criar com momentos de tradução e investimento, que alguns jornais e jornalistas conseguem fazer, mas nem todos: “Aí tem vários motivos para isso, a culpa não é só do jornalista. Geralmente é do cientista que não consegue explicar de outra forma, sem falar academicamente”. Moutinho diz que é preciso haver uma preparação maior dos jornalistas:

Uma coisa que é mais comum na Europa, às vezes mais na Europa do que nos Estados Unidos, que a gente tem alguns aqui... Que são os jornalistas mais científicos. Aquele cara que às vezes fez até um doutorado numa instituição científica para poder reportar coisa de uma forma bastante adequada e gerar essas oportunidades de absorção pelo leitor das informações que antes ele achava que eram complicadas.

Na opinião de André Trigueiro, o jornalista é o responsável mesmo que exista hierarquia em uma redação: “nós não somos, a rigor, vacas de presépio, até que você tente sugerir”. Para Trigueiro, ninguém tem o direito de reclamar sem ter antes mobilizado recursos na direção da proposta, da sugestão, de ter instigado as chefias a fazer diferente:

Você tem que ser propositiva, você não pode reclamar de barriga cheia, tem que fazer diferente. Sim, fazer o quê? A gente tem que ter competência para sugerir o que fazer de diferente. Você tem que pensar como fazer isso. É um desafio.

Outro ponto alertado por Trigueiro é o “analfabetismo ambiental”, que ainda não foi resolvido dentro das faculdades de comunicação:

Na maior parte das faculdades brasileiras você consegue passar quatro anos estudando para ser jornalista, sai bacharel em comunicação, apto para pegar o registro e ir para o mercado, sem saber discorrer com alguma segurança sobre aquecimento global, o que é a biodiversidade, pra quê serve e por que a gente tem que se preocupar com isso, a escassez dos recursos hídricos, a questão da produção monumental de lixo, os dilemas da sociedade de consumo, o inchaço das cidades... Tudo isso a gente não conhece. A gente tem que ter a pretensão de mostrar que no século XXI, experimentando a maior crise ambiental da história da humanidade, onde tudo isso está relacionado e interligado, tem que ter a pretensão em reuniões de pautas sugerir pautas criativas e interessantes e renovar, pois é isso que oxigena o debate.

Para Cláudio Langone, seria razoável que os grandes veículos do país apostassem em ter gente especializada para abordar com mais profundidade a questão, seja de repórteres, seja de colunistas:

A gente tem no Brasil a maior floresta tropical do mundo, um tema que é o desmatamento, de enorme repercussão internacional e que passou a ser muito mais em função do tema climático. [...] há determinados temas e debates que deveremos processar que não cabem dentro de uma lógica de cobertura jornalística, que é a cobertura de fatos, porque são mais no patamar de análise.

Langone destaca ainda que quando existe um profissional mais especializado, este sempre está muito referenciado na agenda imposta pelo governo. Para ele, quando há um assunto de grande importância, em muitos casos, a imprensa pauta o governo. “No caso da Amazônia, em geral é o governo que pauta a imprensa”.

Adriana Ramos entende que existe realmente uma crise, especialmente com os veículos voltados para a massa.

Se você pega outros veículos mais especializados, você tem um aprofundamento com mais qualidade. Mas na grande maioria da imprensa, existe muita opinião, pouca informação e muitas vezes é uma informação desqualificada mesmo.

4.5.1 Falta de recursos e investimentos

A maior parte dos jornalistas entrevistados alega que existe um “outro lado”, algumas dificuldades que impedem a elaboração de uma reportagem mais contextualizada sobre o desmatamento da Amazônia. São situações que vão além do interesse e da disposição do jornalista. A principal delas seria a ausência de investimentos do jornal nesta área, seja para o aumento da equipe e, principalmente, para o deslocamento de repórteres para regiões da Amazônia. André Trigueiro diz que são os empresários que definem as regras do jogo em uma redação:

O importante é o quê? [...] E isso não é só televisão. Você está com seu dinheirinho para tirar férias, você compara: sete dias em Orlando, em Miami, com carro alugado, e sete dias em Manaus. Eu já fiz as duas viagens. Manaus é infinitamente mais caro. Pagando em reais. Então Manaus é mais longe do que Miami, em todos os aspectos, pacote turístico ou logística para você colocar ao vivo pessoas interessantes no jornal.

Luciana Constantino enxerga da mesma forma:

O custo é alto, é difícil de chegar, dependendo da época do ano, você não consegue ir. Se estiver chovendo muito, você não consegue chegar. Há uma série de entraves. Este ano nós fomos acho que umas três ou quatro vezes para a Amazônia. Fomos ao começo do ano, logo que começou a aumentar o número de desmatamentos.

Esta falta de recursos para o deslocamento da equipe para outras cidades prejudica a cobertura, segundo jornalistas e especialistas entrevistados. Para Marcelo Leite, a cobertura sempre é melhor quando o jornalista sai de Brasília ou de São Paulo, porque é possível dar uma diversidade maior de pontos de vista:

Fala com madeireiros, fala com pecuaristas, fala com o cara do Ibama, que está lá na frente, não está em Brasília, sentado num gabinete, está lá no dia-a-dia. Mas isso é muito esporádico, errático, acontece às vezes duas vezes no mês, depois passa quatro meses sem acontecer.

Claudio Angelo conta que ainda é muito difícil conseguir recursos financeiros do jornal para o deslocamento a regiões da Amazônia: “Sabe quanto custa uma passagem para Manaus, uma passagem para Rio Branco? É dureza!”. Mesmo assim, ele avalia a importância do jornalista ir a campo:

Eu acho que a gente tinha que ir, mas... Quer ver um exemplo concreto? Aconteceu comigo. Ia ter o Encontro dos Povos Indígenas do Xingu em Altamira, a mesma cidade onde, em 1988-89, a índia encostou o facão na cara do presidente da Eletronorte. Aí eu passei duas semanas avisando: a gente precisa ir a Altamira, a gente precisa ir, vai discutir Belo Monte, aí vai ter problema. Os kaiapós não estão gostando dessa história, vai ter problema. Eles ignoraram. Aí pediram o orçamento. O orçamento foi sete mil reais para ir a Altamira. Vetaram meu orçamento. A Folha de São Paulo não foi para Altamira. O que aconteceu? Deu merda. A índia passou o facão no braço. E humilhação suprema: a matéria da Folha de São Paulo foi feita por telefone, com o correspondente de Belém e com parte de agência internacional.

Leite explica que as viagens para a Amazônia são difíceis de acontecer porque o seu orçamento compete com todos os outros orçamentos do jornal: “para cobrir, por exemplo, a crise mundial em Nova Iorque”. Então a “ecologia interna” do jornal, da competição entre as diferentes pautas, assuntos e recursos, impede que sejam feitas mais coberturas na Amazônia. Por outro lado, o colunista avalia que a questão da Amazônia ganhou projeção maior e que hoje é um pouco mais fácil obter recursos.

Paulo Moutinho diz que entende que a imprensa brasileira não tem dinheiro para mandar o jornalista para “o meio do mato”, mas invariavelmente, para se ter matérias um pouco mais substanciais, é preciso mandar o jornalista para o campo:

Vai lá falar com seu Zé, sair correndo do fazendeiro que quer pegar o cara [...] para que você possa conviver com o problema e ter um pouco mais de experiência e falar do assunto. Então, geralmente a consulta sempre é feita por telefone. É óbvio que você não vai mandar todo dia o jornalista para algum lugar, mas no desmatamento raramente são vistas compilações em que o jornalista foi a campo. Isso é pouco usual, principalmente pela questão de grana.

4.5.2 Mais interesse e dedicação

Mesmo que faltem recursos e investimentos das empresas de comunicação em temas como o desmatamento da Amazônia, os editores entrevistados reconhecem que o jornalista é a peça fundamental de uma cobertura de qualidade sobre assuntos ambientais/científicos complexos. Por isso, é preciso mais interesse e dedicação do repórter em conhecer e estudar o assunto. Para Claudio Angelo, o repórter, para entender a realidade amazônica, tem que se dedicar ao assunto, ler sobre o tema, eventualmente ir até o local e conversar com os cientistas. Ele cita o seu exemplo:

Eu me considero uma pessoa medianamente bem informada sobre a Amazônia, certamente muito acima da média do cidadão brasileiro, e bastante acima da média dos outros jornalistas. Eu não sei nada, mas comparado com as outras pessoas, eu sei alguma coisa. Se eu não tivesse tido esse tempo para me dedicar a entender o tema, eu não seria... Se eu ficasse ouvindo troca de documentos em gabinete em Brasília, eu acho que não conheceria essa questão. Tem que sentar a bunda na cadeira, estudar, conversar com cientistas, ir até lá.

Para isso, Angelo destaca que é preciso tratar o assunto com mais transversalidade dentro das redações:

Não adianta nada a gente cobrir um negócio aqui, se a editoria de Economia, que é responsável por hidrelétricas do Madeira, não entende que existe um problema de desmatamento insuflado pela construção de hidrelétricas na Amazônia. Acho que tem uma falta de diálogo dentro do próprio jornal, que acaba prejudicando a cobertura.

Luciana Constantino afirma que a cobertura melhora muito a partir do momento em que escrevem mais sobre o tema e mais gente começa a falar sobre o assunto: “A variedade de fontes aumenta porque se abre um leque de visões muito maior, mais amplo, e isso ajuda bastante”. Outro ponto citado pela editora é o fato de os jornalistas estarem mais interessados pela temática ambiental:

Acaba fazendo com que eles vão estudar, prestar atenção aos dados e se preparar melhor para tratar do tema. Com isso acabam sempre melhorando em contextualização, em dados, em qualificação da informação.

André Trigueiro entende que o viés da sustentabilidade está colocado na base, não importa onde você estiver. Ele entende que esse é o primeiro dilema do jornalismo. E “não tem desculpa”, principalmente em uma faculdade paga, que o estudante está pagando para sair um jornalista formado. “Se ele não recebe esses conteúdos, não está apto a cumprir a sua função social”:

Toda profissão tem sua função social. A do jornalista seria, grosso modo: denunciar o que está errado e sinalizar rumo e perspectiva. “Está errado isso aqui?” “Onde funciona e como dá certo?” Ninguém consegue fazer isso, sem apetite de conhecimento, sem descobrir... Sem ter facilitadores que passem pelo teu caminho e que te puxem para isso, porque, basicamente, pela amplitude da questão ambiental, todos os jornalistas interessados em meio ambiente são autodidatas. Você vai ter um curso aqui, outro ali, você vai ter uma formação, mas ela não se esgota. É extremamente dinâmica.

Na opinião de Trigueiro, se o jornalista não faz concessões, no sentido de tornar o assunto interessante, “apetitoso”, de não permitir que a pessoa deixe de ouvir, de ver ou de ler, pode haver uma aversão plenamente justificada do público que consome mídia:

O texto pode estar tecnicamente correto – tem o lead e o infográfico, mas o texto está chato. Como você transforma um assunto que é chato num assunto que seja interessante? A culpa é do jornalista.

Em certa medida, o que o jornalista precisa fazer e “nem sempre faz bem” é não “burocratizar” a notícia. Segundo Trigueiro, no caso da ciência existe esse “ranço”:

[...] porque a ciência tem um pouco esse verniz do conhecimento sofisticado e ininteligível para as massas, e é uma coisa que não é fácil você comunicar o saber científico, e o jornalista é o médium – mídia – ele faz um meio de campo ali, ele vai ter “ossos do ofício”, tem que transcodificar. É a função dele.

Por outro lado, Trigueiro diz que é preciso ter clareza de que a mídia não pode tudo. “O compromisso do repórter é com o factual: ele pega o relatório do Inpe e coloca lá o número do Inpe e repercute o número e acabou!”. O ensejo para contextualizar, segundo o jornalista, surge na edição de domingo, que é a mais rebuscada porque é o dia que se vende mais jornal, ou “chamando no rodapé para o site”. Além disso, Trigueiro defende que esta lógica de cobertura factual acaba atendendo mais as pessoas, que andam mais apressadas e sem tempo para ler jornal: “As pessoas estão muito sem tempo de aprofundar leituras do dia-a-dia. As pessoas não têm muito tempo a perder”.

Como os jornais e jornalistas devem interagir nesse ambiente de vertiginosa pressa social, onde as pessoas conseguem ter fácil acesso a milhares de informações, sem deixar de fazer uma cobertura de qualidade sobre assuntos de relevância como o desmatamento da Amazônia? Esta é obviamente uma questão em aberto. A visão dos especialistas e jornalistas aponta para a mudança no tratamento da mídia sob uma ótica mais inter e multidisciplinar das questões ambientais, com matérias mais contextualizadas e contínuas, que abordem com mais profundidade assuntos complexos como as mudanças climáticas. Alguns jornalistas têm conseguido fazer isso, mas ainda são muito poucos, na percepção dos especialistas.

A maior parte dos especialistas entrevistados considera que a imprensa peca muito na cobertura do tema. Para eles, há lacunas e desafios a serem vencidos na cobertura jornalística da Amazônia – que ainda é reportada em momentos de crise, de forma descontínua, condicionada a fatos e conflitos políticos dentro do governo, principalmente em

momentos quando são anunciadas as taxas do desmatamento. A falta de uma melhor qualificação deste desmatamento (se é ilegal ou não), a pouca diversificação das fontes de informação e a ausência de conexões entre os assuntos foram apontadas pelos especialistas como aspectos problemáticos da cobertura.

Os editores e jornalistas reconheceram, em alguns momentos das entrevistas, que a cobertura sobre o desmatamento da Amazônia precisa de melhorias. Mas para se fazer uma cobertura jornalística de qualidade sobre temas complexos como o desmatamento da Amazônia, alegam a necessidade de mais investimentos e recursos para viagens. Isso é complicado dentro do orçamento do jornal, visto que os assuntos políticos e econômicos são considerados prioritários em relação aos de meio ambiente e acabam usando mais dinheiro e espaço nos jornais. Além disso, falta interesse, dedicação e conhecimento dos próprios jornalistas com relação aos temas ambientais e científicos.

Mesmo assim, os jornalistas e mesmo os especialistas dizem que a cobertura da imprensa tem evoluído de forma positiva, com mais equilíbrio e melhor apuração. Nas décadas passadas, o desmatamento da Amazônia aparecia na mídia de forma ainda mais esporádica e era pautada principalmente pela imprensa internacional. Hoje o assunto ganhou tratamento diferenciado pela mídia e pela sociedade, especialmente quanto à associação com o aquecimento global, que tem ganhado cada vez mais prioridade nas agendas sociopolíticas mundiais.

A Amazônia saiu da área restrita de ciência, passando a ser tratada também por jornalistas de outras áreas como economia e política. O caso mais notável de mudança editorial aconteceu na FSP – que deslocou o assunto para a editoria Brasil, a mais importante dentro do jornal. O OESP continuou cobrindo o assunto com a tradicional regularidade, e com aumento considerável de materiais especiais.

Estes fatos revelam que há alguma melhoria na cobertura do tema. Mas o caminho ainda é longo. Se o assunto for tratado com transversalidade e prioridade dentro das redações, se houver mais interesse e investimentos das empresas de comunicação e se o jornalista realmente compreender a sua função social, dedicando-se para produzir matérias de qualidade sobre os assuntos socioambientais, talvez seja possível chegar a um outro tipo de jornalismo.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como objeto a cobertura do desmatamento da Amazônia feita pelos jornais *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Folha da São Paulo*. A partir da análise de 206 matérias, em três períodos distintos de divulgação da taxa de desmatamento, foi possível reconhecer o papel relevante da mídia no processo de negociação social e política acerca de temas que demandam certa profundidade e diversidade de opiniões. Ao mesmo tempo, a pesquisa incita que a grande imprensa, em geral, precisa se aperfeiçoar diante das tendências que requerem um jornalismo cada vez mais aprofundado e apto a atender as novas demandas ambientais, sociais, culturais e tecnológicas.

No geral, pelo menos três aspectos significativos apontados nesta pesquisa comprometem a qualidade da informação jornalística sobre a Amazônia: 1) a falta de acompanhamento regular da evolução do contexto socioambiental na região; 2) a participação inexpressiva de fontes e atores das áreas atingidas pelo desmatamento; e 3) a carência de conexões entre temas intrínsecos e relevantes ao debate.

Quando o projeto deste estudo foi elaborado, no segundo semestre de 2007, os grandes jornais publicavam matérias sobre a queda expressiva do desmatamento da Amazônia no período 2006-2007 – com um volume total de matérias cerca de 30% maior do que o publicado no ano anterior. Dois anos antes, no período de 2003-2004, a área desmatada estimada foi de 27.423 quilômetros quadrados – o segundo maior índice desde que o Inpe iniciou o monitoramento anual do desmatamento na Amazônia Legal, em 1988. A intenção era fazer inicialmente uma análise da cobertura jornalística do desmatamento da Amazônia considerando os dois momentos distintos e simbólicos da divulgação dos dados do Inpe.

Seis meses depois, em janeiro de 2008, foram divulgadas pelo Inpe os números mensais do desmatamento da Amazônia Legal do último semestre de 2007, que revelaram um aumento alarmante em comparação ao mesmo período de anos anteriores. A crise foi tamanha dentro do governo, com direito a “brigas” entre ministros e polêmicas sobre a veracidade dos dados do Inpe, que o assunto ganhou repercussão inédita nos grandes meios de comunicação do País. Por esses motivos, o período também foi incluído na análise, tornando-se parte essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

A constatação é que o assunto tem recebido tratamento esporádico dos grandes jornais de massa. Deixa de ser importante para a imprensa quando não há ocorrência de conflitos políticos ou acontecimentos de grande impacto. Muita repercussão foi dada pelos jornais enquanto durou a crise política no governo em torno do assunto, o que representou mais de 50% da amostra. Mas tão logo os ânimos esfriaram, o tema foi deixado de lado, como se o desmatamento na Amazônia tivesse cessado de uma hora para outra.

Mesmo assim, não se desconhece a ocorrência de fenômenos parecidos em outras áreas do jornalismo atual. Esse caráter descontínuo na cobertura jornalística, em geral, reflete o sistema de funcionamento da imprensa na sociedade capitalista. São empresas de comunicação que visam prioritariamente o lucro e, por isso, dão prioridade às notícias que propiciam maior venda dos jornais. Tal situação instiga a questionar de que forma esta estrutura da mídia pode estar contribuindo para a concretização de uma percepção superficial e fragmentada da sociedade a respeito das questões socioambientais.

Nesta direção, os resultados obtidos apontam para uma cobertura jornalística do desmatamento da Amazônia com pouca qualidade e contextualização. Além do tratamento descontínuo, a pesquisa evidenciou que determinados temas e fontes tiveram participação diferenciada. Alguns assuntos e atores receberam destaque mais expressivo do que outros, refletindo a predominância de certos segmentos na cobertura. Os setores que têm acesso privilegiado aos meios de comunicação acabam apresentando mais condições de manifestar os seus interesses e, desta forma, influenciar o processo de formação de opinião pública e de tomada de decisão.

Neste sentido, vale retomar aqui alguns resultados discutidos no Capítulo 3. Nessa etapa, foi possível identificar o espaço que o tema ocupou ao longo dos períodos pesquisados e apontar cinco fatores relevantes da cobertura: 1) as fontes de informação consultadas; 2) os atores citados; 3) os assuntos mais abordados; 4) os principais focos das notícias; e 5) as causas do aumento ou queda do desmatamento apontadas pelas fontes e atores nos meios de comunicação pesquisados. Contatou-se que as coberturas foram distintas na categoria fontes consultadas e atores citados. A cobertura dos jornais no ano de 2007 foi a que menos "ouviu" fontes de informação e citou atores, em comparação aos outros dois períodos, por apresentar menor quantidade de matérias. Em 2005, o total de fontes ouvidas representou quase 25% da amostra. Destaca-se que em 2008 houve uma peculiaridade, quando foram consultadas 197 fontes e citados 540 atores sociais, o que correspondeu a mais de 60% da amostra nos dois casos.

Nos três períodos, a cobertura jornalística apresentou a mesma tendência com relação às fontes de informação e à participação de atores sociais. A maior parte das fontes consultadas e de atores citados é de cunho governamental. Os resultados apontam que os grandes jornais não têm hábito de ouvir as comunidades locais, seja pelo difícil acesso ou porque os governantes estão mais disponíveis – muitas vezes aparecer na imprensa é do interesse deles. De uma forma ou de outra, a imprensa nacional tem apresentado um “comodismo” frequente e pouca criatividade nas coberturas no que diz respeito às fontes de informação, consultado sempre os mesmos atores do governo. Além disso, quando muda o foco da informação, são entrevistadas as mesmas ONGs e cientistas, principalmente aqueles ligados ao Inpe.

Outro resultado desta pesquisa que merece ser destacado é com relação aos temas abordados. Foram mensuradas a quantidade de assuntos relacionados ao desmatamento e a sua frequência nos textos pesquisados, possibilitando averiguar quais foram os temas que mais povoaram a cobertura da mídia nacional impressa. Entende-se que a ausência ou mesmo a presença de diferentes temas nas matérias pode ser considerada um indicador da contextualização da cobertura jornalística. O assunto mudanças climáticas, por exemplo, que tem ganhado prioridade na agenda política global, foi mencionado em apenas 3% da amostra. Mesmo sabendo que o desmatamento é responsável pela maior parte das emissões brasileiras de gases do efeito estufa, as relações entre esses dois fenômenos raramente foram discutidas nas matérias analisadas. A mídia também deu pouca atenção às questões locais e a outros fatores ligados ao desmatamento na Amazônia brasileira, como a criação de áreas protegidas, a demarcação de terras indígenas e o desmatamento em outros biomas. Já a agropecuária e as ações governamentais de combate ao desmatamento apareceram em pelo menos 10% das matérias.

A discussão sobre as causas da elevação do desmatamento da Amazônia também permeou a cobertura da imprensa nos períodos analisados do ano de 2005 e 2008. Alguns fatores tidos como “vilões” do aumento da devastação na Amazônia foram constantemente apontados nas matérias jornalísticas. O aumento do preço das *commodities* no mercado externo, principalmente carne bovina e soja, foi a causa mais destacada a pelas fontes e atores nos textos analisados, correspondendo cerca de 50% da amostra. A deficiência das políticas ambientais do governo, as atividades ilegais madeireiras, fatores climáticos (estiagem) e grilagem de terras também são assinalados como precursores do desmatamento na Amazônia.

Já no ano de 2007, pela sua diferença com relação aos anos anteriores (por abordar a queda em vez da elevação do desmatamento), a causa principal apontada para o fenômeno foi o sucesso das ações de combate ao desmatamento do governo federal (57%). A baixa do preço das *commodities* também foi listada (35,7%). É necessário ressaltar que este resultado está relacionado diretamente às fontes de informação consultadas pelos jornais, sendo a maior parte ligada ao governo. Quando foram questionadas pelo crescimento do desmatamento, o governo não teve culpa; mas quando o índice abaixou, o governo foi o responsável.

Os dados quantitativos revelam ainda um pico de publicação de matérias no período de 2008, que representou quase 60% da amostra analisada. Tal fato se deve principalmente à repercussão dos dados mensais do Inpe, considerados alarmantes (sete mil km² de desmatamento nos últimos cinco meses de 2007). Nesse momento foi gerado um conflito interno no governo sobre as causas do aumento do desmatamento, amplamente repercutido pela imprensa nacional.

Os resultados deste trabalho demonstram que a mídia tem tido dificuldades para distinguir a informação científica relevante daquela produzida sob disputa de interesses. A intensa concentração da discussão do aumento do desmatamento da Amazônia aconteceu principalmente na FSP e no OESP, responsáveis por mais de 80% da amostra no período de 2008. Mas houve uma diferença de foco entre as coberturas dos três jornais. O GLB foi o que apresentou mais peculiaridades em relação aos demais, dando maior enfoque aos conflitos políticos e menos aos dados apresentados pelo Inpe. O OESP fez uma cobertura mais alarmista com relação ao avanço do desmatamento da Amazônia. A FSP deu realce às ações governamentais de combate ao desmatamento e às polêmicas que giraram em torno do tema.

No geral, os jornais deram muita voz ao governo para anunciar as suas políticas ou repercutir “intrigas” que acabaram por ofuscar acontecimentos mais relevantes para a conservação e o uso da biodiversidade brasileira. Muito se falou dos atores governamentais e pouco dos atores locais que vivenciam o desmatamento. Muito se falou dos dados do Inpe e pouco se falou das mudanças de atitudes necessárias para a contenção do desmatamento. Foi comemorada uma simples queda da taxa de desmatamento em 2007, mas os jornais pouco enfatizaram que a destruição da Floresta Amazônica continua em ritmo acelerado.

Resultados semelhantes foram obtidos na segunda parte desta pesquisa, que corresponde à realização de entrevistas com profissionais da comunicação, inclusive editores de Ciência dos jornais analisados e especialistas. Os entrevistados apontaram que a cobertura sobre o desmatamento da Amazônia precisa de melhorias no sentido de apresentar melhor contextualização, qualidade analítica e regularidade de tratamento. Ao mesmo tempo, os jornalistas alegaram a falta de investimentos e recursos financeiros dos jornais para o deslocamento da equipe a locais da região amazônica – requisito considerado essencial para uma cobertura jornalística de qualidade sobre temas complexos como o desmatamento da Amazônia. Houve ainda falta de interesse, de dedicação e conhecimento dos próprios jornalistas com relação aos temas ambientais e científicos.

Apesar das falhas apontadas, os jornalistas e mesmo os especialistas disseram que a cobertura da imprensa sobre o assunto tem evoluído de maneira mais equilibrada e com melhor apuração. Temas relacionados ao desmatamento da Amazônia saíram da área restrita de ciência, passando a ser tratada também por outras áreas, como economia e política. O caso mais evidente de mudança editorial apontado pelos entrevistados ocorreu na FSP – que deslocou o assunto para o caderno Brasil, o mais importante dentro do jornal.

Nas décadas anteriores, o desmatamento da Amazônia aparecia na mídia de forma muito mais esporádica, quando ocorriam grandes catástrofes, e era pautada especialmente pela mídia internacional. Os jornalistas e editores entrevistados acreditam que atualmente o assunto tem ganhado um pouco mais de atenção da imprensa e da sociedade, especialmente pela associação com o aquecimento global, mesmo que a pesquisa quantitativa tenha apontado a carência desta relação nas matérias analisadas.

No geral, os resultados revelam que há um longo caminho pela frente. Muito ainda precisa ser feito para que o jornalismo cumpra as suas funções e se aperfeiçoe diante das novas demandas socioambientais. A polêmica sobre o desmatamento na Amazônia está longe de acabar e muito menos cessarão os conflitos diversos que envolvem os tomadores de decisão e setores da sociedade, incluindo aqueles tidos como colaboradores pelo o avanço do desmatamento. Em muitos momentos, quando surgem novos fatos no cenário político de crise ambiental que envolve a Amazônia, observa-se que a disputa de interesses continua latente e que as decisões são tomadas no calor das discussões.

Durante a conclusão deste trabalho, em fevereiro de 2009, novas polêmicas foram instauradas e o assunto voltou aos palcos da imprensa. Grandes jornais e meios alternativos de comunicação – principalmente a mídia impressa e a eletrônica – noticiavam que o governo tinha decidido ampliar as áreas de agricultura e pecuária na Amazônia e flexibilizar as exigências de replantio de floresta em áreas degradadas na região próxima à rodovia BR-163, que liga Santarém (PA) a Cuiabá (MT). Essa medida é referente ao Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da área de influência da BR-163, aprovado em lei estadual do Pará, e que possibilita o reflorestamento em apenas 50% do terreno desmatado, em vez dos 80% anteriores. A mudança levantou críticas e preocupação no meio ambientalista e científico, que consideraram a medida um retrocesso, por abrir um precedente para a devastação da Amazônia, que pode ser impulsionada pela ausência de fiscalização aliada à corrupção. Tal situação é caracterizada como um dos principais entraves ao combate do desmatamento, junto como a expansão desenfreada da agropecuária e demais crimes ambientais contra a floresta. Apesar dos questionamentos, o Ministério do Meio Ambiente defendeu que o ZEE é uma das chaves para se combater o desmatamento, conforme nota de esclarecimento do ministro Carlos Minc à imprensa – enviada no dia 11 de fevereiro de 2009. Ao mesmo tempo, o presidente da República assinava a Medida Provisória (MP 458/2009), que permite a regularização fundiária de terras na Amazônia de áreas de até 1.500 hectares (15 milhões de metros quadrados).

Os exemplos citados nos possibilitam perceber a rede de interesses e disputas diversas que envolvem a região amazônica. O fato de a imprensa brasileira abrir cada vez mais espaço aos bastidores e escândalos políticos que envolvem a temática tem feito dela a principal porta voz das ações travadas entre os atores envolvidos nas discussões acerca do desmatamento.

Para muitas pessoas, a mídia tem sido a única forma de entrar em contato com o que tem acontecido nos bastidores da política ambiental do País. Sendo assim, é importante que ela enfoque não somente os atores e ações governamentais, mas também a rede de temas que está por trás de um assunto tão complexo quanto o desmatamento da Amazônia, como, por exemplo, a emissão de gases do efeito estufa, o conflito pela terra, as políticas governamentais de incentivo às atividades econômicas, a substituição da floresta por pastagens e a quase total ausência do Estado na região.

Em meio a este cenário de crise ambiental, fica evidente o papel contribuinte da imprensa no processo de negociação sociopolítica, seja por meio da conscientização e mobilização social, seja pelo seu poder de agendamento. É neste aspecto que se pode perceber a relevância de trabalhos que avaliam o desempenho da mídia no tratamento das questões socioambientais complexas, como o desmatamento da Amazônia.

A gama de assuntos e atores que envolvem o desmatamento na Amazônia nos permite ainda visualizar a dimensão dos desafios que a imprensa terá que enfrentar nos próximos anos – seja com a melhor qualificação das equipes jornalísticas e mudança de tratamento da pauta ambiental, seja com mais investimentos por parte das empresas de comunicação para a realização de cobertura mais qualificada de assuntos socioambientais complexos.

Da mesma maneira, é possível esperar mudanças culturais de percepção na sociedade em geral – que influenciará no surgimento de um jornalismo mais apto e mais aprofundado com relação às novas tendências socioambientais globais. Mas ainda é difícil prever. A resposta depende, sobretudo, do compromisso das empresas de comunicação e dos jornalistas com a sua função social, buscando retratar com qualidade e transversalidade as teias que envolvem as questões ambientais e suas ramificações sociais, econômicas, políticas, culturais e tecnológicas.

REFERÊNCIAS

ABDALA, G. C. (Org.) **Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal**: documento de avaliação 2004-2007. Relatório técnico não publicado. Brasília: MMA, 2008. 99 p.

ABREU, M. S. **Quando a palavra sustenta a farsa**: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. 180 p.

AB'SABER, A. N. **Os domínios morfoclimáticos na América do Sul**. Geomorfologia, São Paulo, n° 52, p. 1-22, 1977.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Mudanças climáticas na imprensa brasileira**: uma análise de 50 jornais no período de julho de 2005 a junho de 2007. ANDI – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. Dezembro de 2007. 59 p. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/pdfs/MudancasClimaticas.pdf>>. Acesso em: 11/05/2008.

ALENCAR, A. *et. al.* **Desmatamento na Amazônia**: indo além da emergência crônica. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2004. 85 p.

ALMEIDA JR., A. R.; MATTOS, Z. P. B. Ilusórias sementes. **Ambiente & Sociedade**, Vol. VIII, n° 1, p. 1-19, jan./jun. 2005.

ANDRADE, T. **Ecológicas manhãs de sábado**: o espetáculo da natureza na televisão brasileira. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003. 240 p.

ÂNGELO, H.; SÁ, S. P. O desflorestamento na Amazônia brasileira. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 17, n. 3, p. 217-227, jul-set, 2007.

BARRETO, P; PEREIRA, R.; ARIMA E. **A pecuária e o desmatamento na Amazônia na era das mudanças climáticas**. AMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA. Dezembro de 2008. 44 p. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br>>. Acesso em: 20/01/2009.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 172 p.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**. Vol. 19 (53), p. 71-86. 2005.

BELTRÃO, L. **Jornalismo interpretativo**: filosofia e técnica. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BELTRÃO, L.; QUIRINO, N. O. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa**. São Paulo: Summus, 1986.

BITTENCOURT, M. P. H. Jornalismo e Amazônia: inovação na cobertura da questão ambiental amazônica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal. **Anais**. Natal: Intercom, 2008. 11 p.

BOYKOFF, M. T.; BOYKOFF, J. M. Balance as bias: global warming and the US prestige press. **Global Environmental Change**, v. 14 (2), p.125–136, 2004.

BACCHETTA, V. L. El periodismo ambiental. In: BACCHETTA, V. L. (Ed.). Ciudadanía planetaria: temas y desafíos del periodismo ambiental. Paris: IEF, 2000. 221 p.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Programa de Aceleração do Crescimento**. 2007. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/>> Acesso em: 16/11/2007.

_____. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília: MMA, 2008. 112 p.

_____. Presidência da República. **Programa de Aceleração do Crescimento**: Balanço do PAC – 2 anos. Fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/arquivos/pac2anos_apresenta.pdf>. Acesso em: 13/02/2009.

BRONDÍZIO, E. *et. al.* The colonist footprint: toward a conceptual framework of land use and deforestation trajectories among small farmers in the Amazonian frontier. In: WOOD, Charles & PORRO, Roberto. **Deforestation and land use in the Amazon**. University Press of Florida, 2002. cap.2, p. 133-161.

BUENO, W. C. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007. 199 p.

BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 161 p.

CAMPARI, J. S. **The economics of deforestation in the Amazon**: dispelling the myths. Cheltenham, UK - Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing Limited, 2005. 242 p.

CARVALHO, G. *et al.* Frontier expansion in the Amazon: balancing development and sustainability. **Environment**, v. 44, n. 3, p. 32-45, 2002.

CHERMONT, L. S. **O programa Avança Brasil e a Amazônia**. Pará: Universidade Federal do Pará, 2002. 9 p.

COSTA, L. M. **Comunicação e meio ambiente**: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2006. 337 p.

_____. Sob o olhar da mídia: uma análise da cobertura da imprensa sobre desmatamentos e queimadas nos últimos 30 anos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília. **Anais**. Brasília: ANPPAS, 2008. 20 p. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/qt10.html>>. Acesso em: 15/12/2008.

DAMÉ, L.; OLIVEIRA, E. A soja da discórdia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de jan. 2008. Editoria País, p. 31.

DIAZ, M. C. V.; SCHWARTZMAN, S. Carbon offsets and land use in the Brazilian Amazon. In: MOUTINHO, P.; SCHWARTZMAN (Eds.). **Tropical deforestation and climate change**. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2005. 131 p.

DINES, A. **O papel do jornal**: uma releitura. 8. ed. São Paulo: Summus, 1986. 160 p. (Novas Buscas em Comunicação, 15)

ERBOLATO, M. L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação captação e edição no jornalismo diário. São Paulo: Ática, 1991.

ESCOBAR, H.; TOMAZELA, J. M. Governadores e prefeitos querem revisão de dados do desmatamento. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 de jan. 2008. Editoria Vida&, p. 20.

FAMINOW, M. D. **Cattle, deforestation and development in the Amazon**: an economic, agronomic and environmental perspective. CAB Internacional, 1998. 253 p.

FEARNSIDE, P. M. O cultivo da soja como ameaça para o meio ambiente na Amazônia brasileira. In: FORLINE, L & MURRIETA, R. (eds.). **Amazônia 500 anos**: o centenário e o novo milênio: lições de história e reflexões para uma nova era. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

_____. Deforestation in Brazilian Amazonia: History, Rates, and Consequences. **Conservation Biology**, v. 19, n. 3, p. 680-688, 2005.

_____. Deforestation in Amazonia. In: **Encyclopedia of Earth**. Washington, D.C.: Environmental Information Coalition, 2007.

FEARNSIDE, P. M.; LAURANCE, W. F. O futuro da Amazônia: os impactos do programa Avançar Brasil. **Ciência Hoje**, v. 31. n. 182, p. 61-65, 2002.

FERREIRA, L. V.; VENTICINQUE, E.; ALMEIDA, S. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 157-166, 2005.

FONSECA JR., W. C. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. Cap. 18, p. 280-304.

FRANCO, B. M.; FRANCO, L.; AGGEGE, S. Lula desautoriza Marina. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 de jan. 2008. Editoria País, p. 3.

FUJIYOSHI, S. H. **Os jornais como cenário de disputas da exploração da biodiversidade na Amazônia**. 2006. 205 p. Dissertação. (Mestrado em Política Científica e Tecnológica). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GERAQUE, E. A. **Reportagens atravessadas**: um mergulho, via na Teoria Geral dos Sistemas, na cobertura da poluição atmosférica feita por jornais brasileiros e mexicanos. 2006. 243 p. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Integração na América Latina – Prolam) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

GREENPEACE. **Faltou ação ao plano de ação**: relatório sobre as ações de governo para combater o desmatamento na Amazônia no período março de 2004 a maio de 2005. 2005. Disponível em: <http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/Fata_acao_web3.pdf>. Acesso em: 17/11/2007.

_____. **Comendo a Amazônia**. 2006. 64 p. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/raw/content/brasil/documentos/amazonia/comendoamazonia.pdf>>. Acesso em: 13/11/2008.

_____. **Desmatamento na Amazônia**: o leão acordou - uma análise do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. 2008. 21 p. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/documentos/amazonia/desmatamento-na-amazonia-1>>. Acesso em: 12/11/2008.

_____. **O rastro da pecuária na Amazônia**. Mato Grosso: O Estado da destruição. 2009. 16 p. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/atlasweb.pdf>>. Acesso em: 10/02/2009.

HECHT, S. B. Cattle ranching in Amazonia: political and ecological considerations. In: SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Frontier expansion in Amazonia**. University Press of Florida, 1991. cap. 3, p. 366-398.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE disponibiliza banco de dados sobre vegetação da Amazônia Legal**. IBGE, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1152&id_pagina=1>. Acesso em: 31/03/2009.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite**: estimativas anuais desde 1988 até 2007. INPE, São José dos Campos, 2008. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2007.htm>. Acesso em: 20/01/2009.

_____. **Monitoramento da cobertura florestal da Amazônia brasileira por satélites**: Avaliação DETER de outubro de 2008. INPE, São José dos Campos, 2008. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/deter/avaliacao/Avaliacao_DETER_outubro2008.pdf>. Acesso em: 21/01/2009.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira**. Brasília: MMA, 2006. 108 p. (Série Estudos, 8).

JOHN, L. **A imprensa especializada**: Um papel ainda incerto na educação ambiental. São Paulo: Contraponto, 1996.

KIRBY, K. *et al.* The future of deforestation in the Brazilian Amazon. **Futures**, v. 38, p. 432–453, 2006.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004. 302 p.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis**: an Introduction to Its Methodology. 2. ed., Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2004. 413 p.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001. 190 p.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E. (Coord.), *et al.* **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003. 342 p. Cap. 1, p. 15-64.

LUHMANN, N. **Ecological communication**. Cambridge: Polity Press, 1989. 187 p.

LUFT, S. **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia**: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica no Amazonas. São Paulo: Fapesp, 2005. 120 p.

MACHADO, R. B. *et al.* **Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro**. Relatório técnico não publicado. Brasília: Conservação Internacional, 2004.

MAHAR, D. J. **Frontier development policy in Brazil**: a study of Amazon. New York: Praeger, 1979.

MAIA, R. C. M. Mídia e deliberação pública: mediações possíveis. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 11., 2002, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Compós, 2002. 16 p.

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento da Amazônia brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 2003. 80 p.

MATTOS, L.; FALEIRO, A.; PEREIRA, C. Uma proposta alternativa para o desenvolvimento da produção familiar rural da Amazônia: o caso do Proambiente. IN: IV ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA (ECOECO), Belém, 2001, p. 26. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/pdf/e4_p1.pdf> Acesso em: 16/11/2007.

MEDEIROS, F. L. S. As páginas de ciência de prestígio papers brasileiros na cobertura dos Transgênicos em anos de 'hype' (1999-2000). **Intercom**, São Paulo, v. 30, n.1, p. 71-93, 2007.

MELO, J. M.; QUEIROZ, A. (coords.). **Identidade da Imprensa no final de século**: das estratégias comunicacionais aos enraizamentos e às ancoragens culturais. São Paulo: Unesco/Umesp, 1998. 277 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de ação para a prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/casacivil/desmat.pdf>>. Acesso em: 14/11/2007.

_____. **Plano Amazônia Sustentável**: diagnóstico e estratégia. Vol. 1. Brasília: MMA. Abril de 2004. 113 p. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/casacivil/arquivospdf/pas.pdf>>. Acesso em: 27/11/2008.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Plano Brasil de todos**: PPA 2004-2007. 2003. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 18/11/2007.

MORAN, Emilio F. Colonization in the Transamazon and Rondônia. In: SCHMINK, Marianne & WOOD, Charles H. **Frontier expansion in Amazonia**. University Press of Florida, 1991. cap. 2, p. 285-303.

MOTTA, L. G.; DRUMMOND, J. A.; QUEIROZ, A. C.; NASCIMENTO, E. P. Os transgênicos na grande imprensa: uma análise de conteúdo. In: NASCIMENTO, E.; VIANNA, J. N. (Orgs.). **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. Cap. 1, p. 11-38.

NASCIMENTO, E. & VIANNA, J. N. (Orgs.). **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

NELKIN, D. **Selling Science**: How the Press Covers Science and Technology. New York: W. H. Freeman, 1995.

NELSON, P. **Dez dicas práticas para reportagens sobre meio ambiente**. Washington: Centro para Jornalistas Estrangeiros, 1994. 50 p.

NEPSTAD, D, *et al.* Frontier governance in Amazon. **Science**, Washington, D.C., v. 295, p. 629-630, 2002.

NOBLAT, R. **A arte de fazer um jornal diário**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 174 p.

PARK, R. E. Notícia e poder da imprensa. In: BERGER, C; MAROCCO, B. (Orgs). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008. 191 p. Cap. 5, p. 71-83.

PIKETTY, M. G. *et. al.* Por que a pecuária está avançando na Amazônia Oriental? In: SAYAGO, D.; TOURRAND, J. F; BURSZTYN, M. (Orgs). **Amazônia: cenas e cenários**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. 382 p. Cap. 6, p. 169-189.

RAMOS, L. F. A. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1996. 160 p.

ROSS, E. A. A supressão das notícias importantes. In: BERGER, C; MAROCCO, B. (Orgs). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008. 191 p. Cap. 7, p. 87-102.

ROSSI, C. **O que é jornalismo**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 88 p. (Coleção Primeiros Passos, 15).

SANT'ANNA, L. **O destino do jornal: A Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Record, 2008. 272 p.

_____. Queremos saber a serviço de quem o Inpe está mentindo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 de jan. 2008. Editoria Vida&, p. 29.

SAWYER, D. R. Frontier expansion and retraction in Brazil. In: SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Frontier expansion in Amazonia**. University Press of Florida, 1991. cap. 2, p. 180-203.

SAYAGO, D.; TOURRAND, J. F; BURSZTYN, M. (Orgs). **Amazônia: cenas e cenários**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. 382 p.

SAYAGO, D; MACHADO, L. O pulo do grilo: O Incra e a questão fundiária na Amazônia. In: SAYAGO, D.; TOURRAND, J. F; BURSZTYN, M. (Orgs). **Amazônia: cenas e cenários**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. 382 p. Cap. 8, p. 217-260.

SCARDUA, Fernando P. & BURSZTYN, Maria Augusta A. Descentralização da política ambiental no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 18(1/2), p. 291-314, Jan/dez. 2003.

SCHARF, R. Verde como dinheiro. In: VILAS BOAS, S. (Org.). **Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004. Cap. 2, p. 49-78.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Frontier expansion in Amazonia**. University Press of Florida, 1991. 502 p.

SERVA, L. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: Senac, 2001. 144 p.

SERRA, M. A.; FERNÁNDEZ, R. G. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 502 p.

SOUZA JR., C.; VERÍSSIMO, A.; COSTA, A. **Transparência florestal: Amazônia Legal**. IMAZON – INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA. Outubro de 2008. Disponível em: <http://www.imazon.org.br/novo2008/arquivosdb/TFALOut2008.pdf>>. Acesso em: 21/01/2009.

TAUTZ, C. Oxigênio para a energia. In: VILAS BOAS, S. (Org.). **Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004. Cap. 5 p. 149-176.

TONI, F. *et. al.* **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia**: Acre, Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. 120 p.

VILAS BOAS, S. (Org.). **Formação e informação ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004. 206 p.

VILLAR, R. Cidades em mutação. IN: VILAS BOAS, S. (Org.). **Formação e informação ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004. Cap. 1, p. 15-48.

_____. Jornalismo ambiental e perspectivas. In: IMPRENSA E PANTANAL – Laboratório Ambiental de Jornalismo, 1997, Campo Grande. Campo Grande: UFMS, 29 a 31 de novembro de 1997. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>>. Acesso em: 17/06/2008.

WOOD, C. H.; WILSON, J. The magnitude of migration to the Brazilian frontier. In: SCHMINK, M. & WOOD, C. H. **Frontier expansion in Amazonia**. University Press of Florida, 1991. cap. 2, p. 142-152.

ZANINI, F.; CABRAL, M. C. Governo controla 81% das cidades líderes no desmate. **FSP**, 27 de jan. 2008. Editoria Ciência, p. 15.

APÊNDICE – ENTREVISTADOS

JORNALISTAS

André Trigueiro

André Trigueiro é jornalista com especialização em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professor e criador do curso de Jornalismo Ambiental da Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ). É autor do livro “Mundo Sustentável - abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação” (Editora Globo, 2005), coordenador editorial e um dos autores do livro "Meio ambiente no século XXI" (Sextante, 2003). Atualmente, é editor-chefe do programa “Cidades e Soluções” e âncora do jornal "Jornal das Dez" da Globo News, onde produz programas especiais ligados à temática socioambiental. Pela série "Água: o desafio do século 21" (2003), Trigueiro recebeu o Prêmio Imprensa Embratel de Televisão e o Prêmio Ethos - Responsabilidade Social, na categoria Televisão. Pela série "Kyoto: O protocolo da Vida" (2005), recebeu o título de "Hors Concours" no Segundo Prêmio CEBDS de "Desenvolvimento Sustentável".

Marcelo Leite

O jornalista Marcelo Leite é colunista da Folha de São Paulo e especializado em jornalismo científico. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Marcelo cobre a área de meio ambiente há 20 anos, sendo referência na área. É autor de diversas publicações sobre a temática ambiental e científica, entre elas "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007), originário de tese de doutorado defendida na Unicamp, "O DNA" (Publifolha, 2003), “A Floresta Amazônica” (Publifolha, 2001) e “Os alimentos transgênicos” (Publifolha, 2000). Marcelo Leite é responsável pelo *blog* “Ciência em Dia” e mantém uma coluna com o mesmo nome no caderno “Mais!” da Folha de São Paulo.

Claudio Angelo

Jornalista e editor de Ciência e Tecnologia da Folha de São Paulo desde 2004. Nasceu em Salvador em 1975, cresceu em Brasília, viveu em Ribeirão Preto, Rio Branco e Cambridge (EUA), onde foi bolsista Knight de Jornalismo Científico. É um dos principais comunicadores de ciência do Brasil e escreve sobre mudança climática há quase uma década. É autor do livro "O Aquecimento Global" (Publifolha, 2008), um dos primeiros livros populares sobre o assunto no País. Antes de ir para a Folha, era repórter da revista *Superinteressante*.

Luciana Constantino

Editora do caderno Vida&, do Estado de São Paulo. Também edita o caderno especial Vida& Sustentabilidade, publicado mensalmente pelo jornal para tratar de temas ligados ao meio ambiente e sustentabilidade. Trabalhou na Folha de São Paulo por 12 anos, onde foi repórter em Brasília, fazendo cobertura das áreas de meio ambiente, ciência, educação, saúde e políticas sociais. Foi coordenadora de Política e de Geral da sucursal de Brasília da Folha de S.Paulo e repórter dos cadernos regionais do mesmo jornal. É formada em jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e cursou o Master em Jornalismo - Gestão de Empresas de Comunicação.

Alexandre Mansur

Editor de Ciência & Tecnologia da revista Época. Cobre meio ambiente há 16 anos. Já ganhou alguns prêmios, como o *Reuters-IUCN Media Award*. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1987), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1992) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Atualmente é professor adjunto IV da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Juliana Arini

Repórter da revista Época que cobre Meio Ambiente, especialmente assuntos ligados à Amazônia. Trabalha com jornalismo ambiental há 12 anos. Já trabalhou para ONGs como a WWF, e produziu reportagens para a *National Geographic* e Folha de São Paulo. É formada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

ESPECIALISTAS

Adalberto Veríssimo

O engenheiro agrônomo Adalberto Veríssimo é uma das principais referências sobre a Amazônia. Pesquisador sênior e um dos fundadores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), nos últimos 15 anos ajudou a produzir grande parte das estatísticas sobre a maior floresta tropical do planeta, como o levantamento e análise dos dados do SAD do Imazon. Autor de mais de 15 livros, publicou cerca de 80 trabalhos sobre a Amazônia em revistas como Science e Nature.

Paulo Moutinho

Coordenador científico do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). É consultor científico da *The Woods Hole Research Center*, um instituto de pesquisa Norte-Americana. Moutinho tem se destacado pela sua liderança na defesa da incorporação das florestas tropicais nos mecanismos ligados ao regime climático global. Obteve seu grau de mestre e doutor em Ecologia pela Unicamp.

Adriana Ramos

É coordenadora para Amazônia do Instituto Socioambiental (ISA), organização na qual trabalha há 14 anos. Coordena o Grupo de Trabalho sobre Florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. É também membro do Comitê do Programa de Pequenos Projetos do GEF – *Global Environmental Facility* e do Comitê orientador do Fundo Amazônia, do BNDES. Estudou Comunicação Social e trabalhou na Fundação Vitória Amazônica, em Manaus.

Cláudio Langone

É graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Santa Maria. Exerceu a presidência da União Nacional dos Estudantes do Brasil (UNE) entre 1997 e 1998, foi assessor especial de Meio Ambiente e Saneamento da Prefeitura de Porto Alegre, presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema). Em 2002, teve participação destacada no processo preparatório da “Rio+10”, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, na África do Sul, quando liderou o grupo de secretários de Estado no encontro global, como membro da Delegação Oficial Brasileira. Foi secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) na primeira gestão do presidente Lula.